

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE  
LINHA DE PESQUISA 2: EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VANNESSA RIBEIRO DA SILVA

**A MULHER NO ENSINO PROFISSIONAL EM MANAUS: VISIBILIDADE,  
ESPAÇOS E DINÂMICAS NA ETM E ETFAM (1937-1971)**

Manaus - AM  
2018

VANNESSA RIBEIRO DA SILVA  
(Bolsista FAPEAM)

**A MULHER NO ENSINO PROFISSIONAL EM MANAUS: VISIBILIDADE,  
ESPAÇOS E DINÂMICAS NA ETM E ETFAM (1937-1971)**

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Pérsida da Silva Ribeiro Miki –  
Orientadora/ Presidente

Prof. Dr. Hércules Alfredo Batista Alves – Membro

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Cristina Conde Nogueira - Membro

Manaus - AM  
2018

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586m Silva, Vanessa Ribeiro da  
A Mulher no Ensino Profissional em Manaus : Visibilidade, Espaços e Dinâmicas na ETM e ETFAM (1937-1971) / Vanessa Ribeiro da Silva. 2018  
140 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Pérsida da Silva Ribeiro Miki  
Dissertação (Mestrado em Educação - Educação e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amazonas.

1. História das Mulheres. 2. Ensino Profissional. 3. Espaços Ocupados. 4. ETM e ETFAM. I. Miki, Pérsida da Silva Ribeiro II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

VANNESSA RIBEIRO DA SILVA

**A MULHER NO ENSINO PROFISSIONAL EM MANAUS: VISIBILIDADE,  
ESPAÇOS E DINÂMICAS NA ETM E ETFAM (1937-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

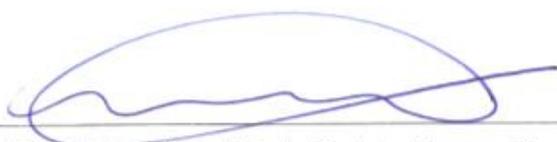
Aprovada em: Manaus/AM, 01 de novembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**



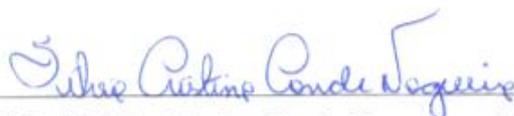
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Pérsida Ribeiro da Silva Miki – Orientadora e Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação –  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM



---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Hercules Alfredo Batista Alves – Membro Examinador  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET – MG – Uni. Varginha



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Cristina Conde Nogueira – Membro Examinador  
Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação –  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

*Dedico* ao meu pai Hipólito da Silva, minha mãe Mariany da Silva, e minha irmã Thamara da Silva que estiveram comigo nessa etapa, pelo incentivo e por serem a grande base na minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Nessa trajetória da minha formação como pesquisadora e para a construção desta dissertação, acredito que “sozinhos, pouco podemos fazer; juntos, podemos fazer muito” (Helen Keller).

Assim, eu agradeço...

À Deus por me dar coragem, sabedoria, e superação nas dificuldades enfrentadas durante esses dois anos de pesquisa.

À minha orientadora Professora Doutora Pérsida da Silva Ribeiro Miki, pelos momentos de orientação, estudos e reflexões acerca da História da Educação, e por acreditar em mim e nesta pesquisa. Minha grande admiração e gratidão.

Aos Professores Doutores da Banca de Qualificação e de Defesa: Hercules Alves e Silvia Nogueira, pelas contribuições e sugestões.

Ao Instituto Federal de Educação do Amazonas (IFAM) pela autorização ao acesso as fontes documentais essenciais para esta pesquisa, a Diretora da instituição Maria Stella de Vasconcelos Nunes de Mello, aos responsáveis dos setores: Nelma Loureiro, coordenadora do Arquivo da Coordenação de Controle Acadêmico (CCA), Israel Marques, arquivista do Arquivo Geral, Juarez Souza, coordenador do Museu Moacir Andrade, e o Professor Raymundo Luiz de Salles Teixeira, coordenador do ensino médio.

Aos professores de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFAM, em especial aos da Linha de Pesquisa 2 - Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, que a cada aula foi primordial para a construção desta dissertação.

À coordenadora do PPGE, Professora Doutora Fabiane Maia, sempre solícita e disposta a esclarecer minhas dúvidas do programa.

À querida Professora Doutora Arminda Mourão pelo incentivo a pesquisa desde a graduação com o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica).

À minha Turma de Mestrado 2016/2 pelo companheirismo, troca de ideias, e conforto nos momentos de inquietude e interrogações.

À amiga de pesquisa Kelly Vasconcelos, pelo apoio nessa trajetória, por compartilhar os momentos de estudos, os eventos, viagens e pesquisas de campo.

Ao Museu Amazônico da UFAM pelo acesso ao acervo iconográfico.

À Secretaria Municipal de Educação (SEMED/ Manaus) pela liberação da minha atividade docente para este estudo.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão da bolsa de estudos durante 9 meses, do último ano do Mestrado, para o desenvolvimento desta pesquisa.

E aos meus amigos pelo apoio, incentivo, compreensão e paciência nas minhas ausências nesta grande etapa em minha vida.

*Para que serve a história das mulheres? E a resposta viria, simples: para fazê-las existir, viver e ser. E mais, fazer a história das mulheres brasileiras significa apresentar fatos pertinentes, ideias, perspectivas não apenas para especialistas de várias ciências – médicos, psicólogos, antropólogos, sociólogos etc. -, como também para qualquer pessoa que reflita sobre o mundo contemporâneo, ou procure nele interferir. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história.*

*Mary Del Priore*

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar os espaços ocupados pela mulher e as dinâmicas frente as suas atividades exercidas no ensino profissional na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) no período de 1937 a 1971. O recorte temporal foi devido à necessidade de iniciar com o ano de 1937, período do Estado Novo (1937-1945), conforme a mesma época que ocorreu a criação da Escola Técnica de Manaus (ETM); e até a década de 1971 quando a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) delibera, em 8 de janeiro do respectivo ano, a autorização da matrícula de mulheres nos cursos oferecidos. A pesquisa é relevante ao visibilizar a mulher, mostrar que as suas atividades vão além do espaço privado, e que ao enfrentar uma sociedade patriarcal, busca pela igualdade de direitos, e torna-se sujeito na história. Na década de 60 a 70 o Brasil passou por transformações políticas, culturais, e as mulheres, nesse período, reivindicavam melhores condições no espaço público, já trabalhavam em fábricas, ingressavam nas universidades e eram influenciadas pelos movimentos feministas ocorridos nos Estados Unidos e Europa. Assim, os objetivos específicos que nortearam a pesquisa foram: 1) Contextualizar a história da mulher e sua inserção e visibilidade no mundo do trabalho e na educação; 2) Examinar os indícios sobre as mulheres no ensino profissional em Manaus na ETM e ETFAM frente à política educacional no período de 1937 a 1971; e 3) Descrever as mulheres nos espaços ocupados, assim como as suas funções, dinâmicas e atividades na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM). O método que elegemos foi o Histórico com base na perspectiva Social e Cultural. Essa concepção se preocupou com os estudos sobre os indivíduos esquecidos e marginalizados incluindo a mulher, e conseqüentemente nos dá bases epistemológicas e teóricas para o desenvolvimento da narrativa histórica. Trata-se de uma pesquisa documental, em que as fontes primárias foram coletadas no Arquivo Geral, Arquivo da Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) e no Museu Moacir Andrade, todos localizados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Esses documentos estavam dentro de caixas-arquivo e o registro foi através de fotografias. A coleta dos documentos também foi realizada em acervos públicos e privados, bibliotecas, jornais, e complementados com os documentos normativos, Decretos e Leis, de acordo com o período pesquisado. Por meio das fontes encontradas e problematizadas, as mulheres que ocupavam esses cargos e os espaços, passavam por pouca discriminação, algumas tinham formação superior, e pais e maridos influentes na sociedade Manauara. Antes de ocorrer a transição das Escolas de Aprendizes Artífices para as Escolas Industriais e Técnicas no governo de Getúlio Vargas, em 1942, foi implementada a Reforma Capanema pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema com as Leis Orgânicas do Ensino, e que regulamentaram o Ensino Secundário, Industrial, Comercial e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Foram com as mudanças da Lei Orgânica do Ensino Industrial que a organização do ensino e da formação profissional ganhou mais visibilidade. Com a LDB nº 4.024/61 ocorreu uma reformulação na estrutura do ensino profissional e modificou novamente o ensino no país. Desse modo, a pesquisa destaca em 3 capítulos a mulher na história, no trabalho feminino e nos espaços ocupados na ETM e ETFAM.

**Palavras-chave:** História das Mulheres; Ensino Profissional; Espaços Ocupados; ETM e ETFAM.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the spaces occupied by the woman and the dynamics in front of her activities performed in vocational education at the Technical School of Manaus (ETM) and the Federal Technical School of Amazonas (ETFAM) in the period from 1937 to 1971. The temporal cut was due to the need to start with the year 1937, period of the new State (1937-1945), according to the same time that occurred the creation of the Technical School of Manaus (ETM); And until the decade of 1971 when the Federal Technical School of Amazonas (ETFAM) deliberations, on January 8 of the respective year, the authorization of the enrollment of women in the courses offered. The research is relevant when visibilizing the woman, showing that her activities go beyond the private space, and that when facing a patriarchal society, seeks for equal rights, and becomes subject in history. In the decade of 60 to 70 Brazil underwent political, cultural transformations, and women, during this period, claimed better conditions in the public space, were already working in factories, joined the universities and were influenced by the movements Feminists in the United States and Europe. Thus, the specific objectives that guided the research were: 1) contextualize The history of women and their insertion and visibility in the world of work and education; 2) To examine the indications about women in vocational education in Manaus in the ETM and ETFAM in the face of educational policy in the period 1937 to 1971; and 3) Describe the women in the occupied spaces, as well as their functions, dynamics and activities at the Technical School of Manaus (ETM) and the Federal Technical School of Amazonas (ETFAM). The method we elected was history based on the Social and Cultural perspective. This conception was concerned with the studies about the forgotten and marginalized individuals, including the woman, and consequently gives us epistemological and theoretical bases for the development of the historical narrative. This is a documentary research, in which the primary sources were collected in the general archives, the archives of the coordination of Academic Control (CCA) and the Museu Moacir Andrade, all located in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas ( IFAM). These documents were inside file boxes and the record was through photographs. The collection of documents was also carried out in public and private collections, libraries, newspapers, and complemented with normative documents, decrees and laws, according to the period researched. Through the sources found and problematized, the women who occupied these positions and the spaces, went through little discrimination, some had higher education, and influential parents and husbands in the Manauara society. Before the transition from the schools of apprentices to industrial and technical schools in the government of Getúlio Vargas, in 1942, the Capanema reform was implemented by the Minister of Education Gustavo Capanema with the organic laws of education, and that Regulated secondary, industrial and commercial education and the creation of the National Industrial Learning Service (SENAI). It was with the changes of the Organic Law of Industrial Education that the organization of education and vocational training gained more visibility. With LDB No. 4.024/61 There was a reformulation in the structure of vocational education and changed the teaching in the country again. Thus, the research highlights in 3 chapters the woman in history, female work and occupied spaces in the ETM and ETFAM.

**Keywords:** Women's history; Vocational education; Occupied spaces; ETM and ETFAM.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Decretos-Leis (1941 a 1943) .....	51
Quadro 2. Decretos-Leis (1946). .....	51
Quadro 3. Turmas ETM e ETFAM. ....	72
Quadro 4. Disciplinas e Professoras da ETM.....	82
Quadro 5. Professoras ETM. ....	90
Quadro 6. Funcionárias da ETM e ETFAM .....	100
Quadro 7. Presidentes da República Federativa do Brasil de 1937 a 1971 .....	126

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Suplemento Feminino, 1943. ....	25
Figura 2. A família de Antonio Augusto Pinto (1891) - Almeida Júnior.....	25
Figura 3. Família campestre – Eugenio Zampighi (1859-1944). ....	26
Figura 4. Mulheres na fabrica Havea.....	26
Figura 5. Instituto Benjamin Constant.....	27
Figura 6. Colégio Santa Dorotéia. ....	27
Figura 7. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. ....	28
Figura 8. Patronato Santa Teresinha.....	28
Figura 9. Colégio Dom Bosco.....	29
Figura 10. Quadro de matrículas da Escola Normal.....	29
Figura 11. Primeira sede da Escola Normal. ....	30
Figura 12. Instituto de Educação do Amazonas. ....	30
Figura 13. Penitenciária.....	57
Figura 14. Escola de Aprendizes Artífices. ....	57
Figura 15. Fachada da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, em 1923. Fonte: Museu Moacir Andrade.....	58
Figura 16. Novas Instalações da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, em Manaus. ....	58
Figura 17. Escolas de Prendizes Artífices do Amazonas, em Manaus.....	59
Figura 18. Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, em Manaus.....	59
Figura 19. Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, em Manaus.....	60
Figura 20. Vista da quadra de voleibol da escola em 1948. ....	60
Figura 21. Residência do Diretor da Escola, situada à Rua Visconde de Porto Alegre em 1948. ....	61
Figura 22. Vista Parcial do refeitório dos alunos em 1948. ....	61
Figura 23. Gabinete médico da escola em 1950.....	62
Figura 24. IFAM (antiga Escola Técnica Federal do Amazonas). ....	62
Figura 25. Escola de Aprendizes Artífices, 1º pavimento.....	63
Figura 26. Escola de Aprendizes Artífices, 2º pavimento. ....	63
Figura 27. Alunos Diplomados – 1947.....	64
Figura 28. Quadro de matrículas – por secções – oficinas – cursos – séries.....	64
Figura 29. ETFAM. ....	64
Figura 30. Alunas da escola com os macacões de trabalho, em 1949. Doação Prof. Hildemar Pais Barbosa. ....	102
Figura 31. Alunas da escola desfilando na parada escolar de 1949. Doação Prof. Hildemar Pais Barbosa. ....	102
Figura 32. Foto do corpo discente da escola, tirada em 1949. ....	103
Figura 33. Corpo docente da escola, 1949.....	103
Figura 34. Deliberação nº 002/71 de 8 de janeiro de 1971.....	104
Figura 35. Maria Leonor Vasconcelos de Castro. ....	105
Figura 36. Desirée Tapajós Jansen da Silva. ....	105
Figura 37. Betty Antunes de Oliveira.....	105

Figura 38. Betty Antunes em frente ao piano.....	106
Figura 39. Betty e Albérico noivos.....	106
Figura 40. Hilda Tribuzzi. ....	107
Figura 41. Lindalva Paes de Albuquerque. ....	107
Figura 42. Olga Falcone da Silva. ....	107

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
<b>CAPÍTULO I MULHER, EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM CAMINHAR PELA HISTÓRIA .....</b>	<b>8</b>
1.1 A mulher na invisibilidade da história.....	9
1.2 A Mulher e o trabalho.....	15
1.3 A Mulher e a educação .....	20
<b>CAPÍTULO II O ENSINO PROFISSIONAL E A POLÍTICA EDUCACIONAL NA ESCOLA TÉCNICA DE MANAUS (ETM) E ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAZONAS (ETFAM): CARACTERIZAÇÃO, ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E REFLEXÕES .....</b>	<b>31</b>
2.1 Criação da Escola Técnica de Manaus (ETM): 1942 – 1965 .....	31
2.2 Estrutura predial: instalações da Escola Técnica de Manaus .....	36
2.3 O Ensino na Escola Técnica de Manaus.....	38
2.4 O funcionamento na Escola Técnica Federal do Amazonas: 1965 – 1971 .....	47
2.5 Política Educacional para o Ensino Profissional .....	50
<b>CAPÍTULO III ALUNAS, PROFESSORAS E FUNCIONÁRIAS: ESPAÇOS E DINÂMICAS NA ETM E ETFAM.....</b>	<b>65</b>
3.1 As alunas na Escola Técnica de Manaus (ETM): de 1947 a 1950 .....	67
3.2 A inexistência de alunas na ETM e ETFAM de 1960 a 1970 .....	71
3.3 As professoras na Escola Técnica de Manaus (ETM): de 1940 a 1962 .....	81
3.4 As professoras na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas: de 1962 a 1971.....	90
3.5 As funcionárias na Escola Técnica de Manaus (ETM): 1962 a 1965 .....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

O primeiro contato que tive com a pesquisa científica foi em 2008 quando participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Iniciei frequentando o grupo de estudos Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. A pesquisa foi sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Lula, no que se refere à Educação Profissional. Com essa experiência pude conhecer o campo da pesquisa científica e também obter uma proximidade com os estudos voltados para o Ensino Profissional.

Em 2009 permaneci no grupo de estudos e meu segundo projeto foi aprovado no PIBIC. Como no projeto anterior já tinha trabalhado o Ensino Profissional, este analisava a Educação Profissional no Amazonas por meio das Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema. Esse trabalho foi mais intenso, pois eu tive uma grande aproximação com a pesquisa documental e vivenciar o local da pesquisa<sup>1</sup>.

Durante a coleta dos documentos no IFAM (referente à pesquisa do PIBIC), tive acesso ao Arquivo Geral da instituição onde estavam guardados em caixas-arquivos os regimentos, decisões, relatórios, ofícios, memorandos e históricos escolares sobre a ETM e ETFAM. Como a pesquisa estava estruturada nos período de 1930 a 1960, a maioria dos documentos encontrados foi das décadas de 40 e 50. Dentre eles, um histórico escolar de uma aluna no período de 1948 a 1950. Assim, no decorrer da investigação (LE GOFF, 1990), o histórico encontrado apontou para a existência de indícios (GINZBURG, 1989), sobre a inserção da mulher na Escola Técnica em uma época em que as mesmas podiam estar inseridas no ensino profissional, mas, ao mesmo tempo, havia determinados processos que nos faz questionar se realmente a mulher poderia ocupar todos os espaços nesta instituição, sabendo que o contexto era favorável à educação masculina.

Após ser aprovada na seleção de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE - UFAM) no 2º semestre de 2016, o projeto inicial tinha o intuito de pesquisar sobre a mulher no ensino profissional, e verificar a inserção das primeiras alunas na ETM, utilizando o histórico escolar encontrado de uma aluna no final da década de 40 (com base no trabalho anterior). Assim, como eu já tinha realizado pesquisas no Arquivo Geral, retornei ao mesmo local para investigar.

---

<sup>1</sup>A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) – Unidade – Centro.

O recorte temporal de 1962-1971 foi eleito através dos primeiros documentos encontrados (Resoluções, Portarias, Ofícios, Serviços Prestados, Folhas de Pagamentos e Termos de Contratos) referente aos acontecimentos na instituição e entre eles os documentos citando as mulheres funcionárias.

Devido à escassez de fontes sobre as alunas e o próprio arquivo não possuir uma organização dos documentos, a pesquisa foi ampliada incluindo as mulheres funcionárias e as professoras, pois todas estavam inseridas no contexto do ensino profissional.

Nesse momento, foi modificado o período para 1937 devido à necessidade de iniciar com o período do Estado Novo (1937-1945), mesma época que ocorreu a criação da Escola Técnica de Manaus (ETM); e até a década de 1971 quando a Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM), por meio de uma Deliberação, de 8 de janeiro do respectivo ano, autorizou a matrícula de mulheres nos cursos oferecidos. Assim, a pesquisa constitui-se no período de 1937 a 1971.

Frente a essa investigação questiona-se: Quais dinâmicas podem ser percebidas nas atividades exercidas pelas mulheres no ensino profissional na ETM e ETFAM? Que espaços eram ocupados pelas mulheres nessa instituição? E quem eram essas mulheres?

Diante dos questionamentos formulou-se como objetivo geral desse trabalho analisar os espaços ocupados pela mulher, as funções e as dinâmicas frente as suas atividades exercidas no ensino profissional na Escola Técnica de Manaus e Escola Técnica Federal do Amazonas no período de 1937 a 1971. Como objetivos específicos, tem-se:

- Contextualizar a história da mulher e sua inserção e visibilidade no mundo do trabalho e na educação.
- Examinar os indícios sobre as mulheres no ensino profissional em Manaus na ETM e ETFAM frente à política educacional no período de 1937 a 1971.
- Descrever as mulheres nos espaços ocupados, assim como as suas funções, dinâmicas e atividades na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM).

As pesquisas que retratam a mulher na ETM e ETFAM são inexistentes, ao realizar uma busca a nível nacional constata-se uma deficiência nas pesquisas referente à inserção feminina nas escolas federais de ensino profissional no período de 1930 a 1971. Os estudos das mulheres na educação são mais trabalhados no campo do ensino primário, secundário e magistério.

Nas pesquisas preliminares realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e no Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas

(RIU), utilizando os termos: “Ensino Profissional”, “Escola Técnica de Manaus”, e “Escola Técnica Federal do Amazonas”, encontraram-se poucas pesquisas de teses e dissertações acerca da história das escolas técnicas durante as décadas de 1930 e 1971. Quanto às pesquisas produzidas que retratam especificamente sobre o CEFET-AM e IFAM, são referentes ao período de 1990 até os dias atuais.

### ***Procedimentos Metodológicos***

O método que elegemos é o Histórico com base na perspectiva Social e Cultural, pois essa concepção se preocupou com os estudos sobre os indivíduos esquecidos e marginalizados incluindo a mulher, e conseqüentemente, nos dá bases epistemológicas e teóricas para o desenvolvimento da narrativa histórica referente a mulher no ensino profissional na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) no período de 1937-1971. A pesquisa requer um estudo qualitativo, sendo norteadá pela pesquisa bibliográfica e documental.

Com a concepção histórica, Maria Matos (2000) afirma que se permite “a descoberta das ‘histórias de gente sem história’, procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro do discurso histórico convencional” (MATOS, 2000, p.11-12).

Os pesquisadores descendentes da Escola dos *Annales*<sup>2</sup> acreditavam na história de pessoas comuns, aquelas que diante dos grandes acontecimentos históricos, também contribuíram para o determinado contexto mediante a vários tipos de fontes (escrita, oral, fotográfica), e proporcionaram um amplo movimento nas pesquisas.

A concepção histórica passa por uma resistência entre passado e presente, no qual caminham juntos, e o historiador questiona, como caminhar entre eles. Assim para Le Goff (1990):

---

<sup>2</sup> Uma boa parte dessa nova história é o produto de um pequeno grupo associado à revista *Annales*, criada em 1929. As idéias diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras. O movimento dos *Annales* teve três gerações, e dentre elas, historiadores que destacaram-se. A primeira tendo dois líderes: Lucien Febvre e Marc Bloch; a segunda com Fernand Braudel; e a terceira com Emmanuel Le Roy Ladurie. Foi com terceira geração que ocorreu a inclusão das mulheres, no qual destacam-se: Christiane Klapisch, Arlette Farge, Mona Ozouf, e Michele Perrot. (BURKE, 1992, p.7, 39, 40 e 56).

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado está ainda por se descobrir. Parte material: a arqueologia decorre sem cessar dos monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida -, que deixa de ser “definitivamente passado”. (LE GOFF, 1990, p. 14).

Na perspectiva dos estudos da mulher, as contribuições de Burke (2005) ao retratar a história cultural, ressaltam que:

[...] o feminismo, teve implicações igualmente amplas para a história cultural, pois estava preocupada tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na grande narrativa tradicional. (BURKE, 2005, p. 65).

Assim, com esta concepção, será construída a narrativa histórica, mesmo sabendo que esse processo é um desafio, mas necessário e relevante para a sociedade, e principalmente para o local de pesquisa, o IFAM.

### *Os locais da pesquisa e as fontes*

Foram encontrados no Arquivo Geral, 124 documentos entre os períodos de 1962, 1964, 1966 e 1971 que abordam os espaços onde as mulheres trabalhavam, os cargos que ocupavam, e como ocorriam as dinâmicas de substituições nesses espaços. Esses documentos estavam dentro de caixas-arquivos, de forma precária, desordenados, prejudicando a conservação dos próprios documentos, e dificultando o início da “investigação” (LE GOFF, 1990). Foi através de fotografias (autorizadas pela Instituição) que os outros documentos foram registrados.

Vale ressaltar que o Arquivo Geral possui um arquivista que está há pouco tempo no local, e ao me informar sobre a falta de organização, procurei de forma minuciosa em cada identificação das caixas-arquivos as décadas acerca da pesquisa, e encontrei quatro caixas.

Magalhães (2004) destaca que a postura do historiador no arquivo:

[...] ainda que não organizado, deverá, previamente a qualquer intervenção, proceder a um registro rigoroso da documentação, organização e estado de conservação, tal como a encontra, no pressuposto de que esse retrato corresponde ao estado da situação gerado pelas práticas e pela rotina da instituição. (MAGALHÃES, 2004, p. 137).

No Arquivo da Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) foram encontrados dentro de 25 caixas-arquivos, os livros de frequência, livros de concluintes, livros de notas, e diplomas. Esses documentos são pertinentes as décadas de 1960 a 1971, e ao verificar cada livro, percebe-se a ausência de alunas durante esse período. Alves (2014) evidencia que “transformar em conhecimento histórico uma simples informação exige um exercício constante de reflexão teórica e metodológica” (p.22). Portanto, questiona-se: o porque a “exclusão” de alunas? Foi uma determinação da escola ou da situação política do momento?

Apesar da ausência de alunas, a escola tinha em seu quadro de funcionários, mulheres ocupando determinados cargos de acordo com os documentos encontrados no Arquivo Geral da instituição.

Os documentos encontrados no Museu Moacir Andrade (localizado no IFAM), foram relatórios e resoluções da década de 1930, 40, e poucos de 1960 e 70. No Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), foi encontrado um Relatório do ano escolar da ETM de 1947. Na Biblioteca Digital Luso-Brasileira, pesquisou-se o álbum de fotografias do Amazonas de 1901-1902. E no Museu Amazônico, a coleção fotográfica de Silvino Santos.

No Arquivo Digital Gustavo Capanema do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil (CPDOC), foi encontrado documentos oficiais, que estavam digitalizados, referente ao ensino profissional no Brasil e criação da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas até ETFAM.

A partir das fontes coletadas, houve a necessidade de ir em busca de outras fontes para contribuir nesta dissertação, como na procura de jornais para verificar se existiam reportagens sobre a mulher na ETM e ETFAM, e referências da situação política no período.

Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital foram encontrados digitalizados, dois jornais: o Jornal do Comercio<sup>3</sup>, contendo reportagens do ensino profissional em Manaus, da ETM e ETFAM, com citações de mulheres no período pesquisado; e o Diário de Notícias (RJ)<sup>4</sup> com reportagens de duas professoras da ETM.

Após identificar as publicações para esta pesquisa, realizou-se o *download*, e foram criadas duas pastas digitais com as denominações: Jornal do Comercio – ETM e ETFAM; Jornal do Comercio – Mulher. Alves (2014) adverte a ter prudência no uso do jornal como fonte de pesquisa: “[...] evitando que o pesquisador tome as informações nele obtidas por

---

<sup>3</sup> O Jornal do Comercio foi criado em 1904 por Rocha dos Santos, passou por várias administrações e é considerado o jornal mais antigo do Estado do Amazonas. <http://www.jcam.com.br/empresa.asp>

<sup>4</sup> O Diário da Notícias foi lançado em 12 de junho de 1930 no Rio de Janeiro por três jornalistas: Orlando Ribeiro Dantas, Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel. Circulou até novembro de 1976. <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias-rio-de-janeiro-1930/>

absolutamente verdadeiras ou precisas, e [...] cabe ao pesquisador saber selecionar as informações encontradas e sobre elas ponderar” (ALVES, 2014, p. 33).

Com as fontes encontradas elaborou-se seis índices<sup>5</sup> digitais contendo o ano, o nome do documento, a descrição, e a localização da pasta no computador.

A inexistência de documentos ou o silêncio das fontes, referente às mulheres na instituição, é possível no andamento desta pesquisa, e esse movimento é relevante para a narrativa histórica, assim como afirma Le Goff, “devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos” (LE GOFF, 1990, p.56). Ester Buffa (2001) considera que:

O documento escrito se existir, é sem dúvida, uma fonte a considerar, mas há outras mais preciosas. É o próprio conceito de fonte que se alarga. Assim, em se tratando de história da educação, as memórias, as histórias de vida (escritas ou orais), livros e cadernos dos alunos, discursos em solenidades, atas, jornais de época, almanaques, livros de ouro, relatórios, fotografias, etc, são fontes importantíssimas. (BUFFA, 2001, p. 82).

A problematização dessas fontes consistiu na etapa de análise dos documentos para a construção de uma narrativa histórica. (CERTEAU, 1982; MAGALHÃES, 2004). O processo de análise dos documentos passa por uma metodologia no qual a mesma, de acordo com Pérsida Miki (2014):

não é construída *a priori* às fontes, mas é um processo de diálogo, confronto e questionamento intermináveis, que podem vir como perguntas ou problematizações, que abrem caminhos como as fontes podem ser trabalhadas, que resultados podem ser apontados, quais as análises e que narrativas são elaboradas. (p. 25).

Assim, Mary Del Priore (2015) afirma que os documentos nos permite “estudar o cotidiano das mulheres e as práticas femininas nele envolvidas” e “aceder às representações que se fizeram, noutros tempos, sobre as mulheres” (p.8). E ainda, acerca da instituição, por mais que não caminhamos pela memória, no que consistiria em outra ampliação metodológica (quem sabe em nível de Doutorado), reconhecemos a importância de refletirmos sobre as permanências ou não na história, estabelecendo nexos com as fontes encontradas. Dessa forma, Magalhães (2004) esclarece que:

---

<sup>5</sup> Instrumento que facilitou a identificação e localização dos documentos no computador.

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõe a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas. (p. 155)

Portanto, esta dissertação de mestrado configura-se no estudo sobre a mulher no ensino profissional em Manaus: visibilidade<sup>6</sup>, espaços e dinâmicas na ETM e ETFAM<sup>7</sup> (1937-1971), e se encontra estruturada nos seguintes capítulos.

No Capítulo I, *Mulher, trabalho e educação: um caminhar pela história*, contextualizamos a história da mulher de acordo com sua inserção no espaço público, a luta pelo direito ao trabalho e educação, e sua visibilidade em uma sociedade hegemonicamente masculina.

No Capítulo II, *O ensino profissional e a política educacional da Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM): caracterização, estrutura, funcionamento e reflexões*, relatamos a história da Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM), a caracterização do ensino, a estrutura predial, e as instalações.

Retratamos neste capítulo II como a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), o SENAI (1942) e a LDB nº 4.024/61 configuraram o ensino profissional nesse período, e ao longo da história da instituição, descrevemos de acordo com os documentos encontrados, os indícios de que as mulheres estavam presentes.

No Capítulo III, *Alunas, professoras e funcionárias: espaços e dinâmicas na ETM e ETFAM*, a narrativa é apresentada de acordo com os documentos encontrados nos arquivos da instituição, no Jornal do Comercio (AM), Jornal Diário de Notícias (RJ), em sites e pode-se constatar os movimentos pelos espaços, e as dinâmicas que as mulheres vivenciaram dentro da ETM e ETFAM.

---

<sup>6</sup> O termo “visibilidade da mulher” é utilizado para o contexto da instituição, se a mesma contratava e admitia as mulheres em um ambiente predominantemente masculino, no qual iremos abordar no Capítulo II e com profundidade no Capítulo III.

<sup>7</sup> Denominação por meio da Lei 4.759, 20 de agosto de 1965: Art. 1º As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado.

**CAPÍTULO I**  
**MULHER, EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM CAMINHAR PELA HISTÓRIA**



A imagem escolhida para abrir essa discussão é uma pintura de 1943 “Ruby Loftusscrewing a Breech-ring”, da artista britânica Laura Knight ao referir-se ao recrutamento de mulheres para trabalharem em fábricas de munição durante a Segunda Guerra Mundial.

Neste capítulo a contextualização envolve a trajetória da história da mulher e sua inserção no espaço público (ao sair do ambiente privado - a casa), o direito a educação, a emancipação para o mercado de trabalho, e principalmente, como esse caminho foi essencial para a visibilidade da mulher na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM).

As fontes trabalhadas nesse momento serão as reportagens encontradas no Jornal do Comercio durante o período de 1943 a 1967. Dentre as pesquisas referente a mulher, que ainda são insuficientes, trabalha-se com duas teses e uma dissertação que retratam a mulher no contexto Amazônico, Manauara e na Educação, e a bibliografia historiográfica da mulher na perspectiva nacional e internacional.

## **1.1 A mulher na invisibilidade da história**

Para desmistificar a narrativa histórica tradicional positivista voltada para os “heróis” e pelos grandes eventos políticos e econômicos que ocorreram durante os séculos XIX e XX, vários historiadores como: Michele Perrot (2006), Peter Burke (2009), Certeau (1982), Ginzburg (1989), Hobsbawm (1988), Le Goff (1990), Joan Scott (2009), Thompson (1981), Maria Izilda Matos (2000), Mary Del Priore (2015), modificaram essa visão e passaram a valorizar os indivíduos desconhecidos e comunidades que também contribuíram para a realização desses acontecimentos:

Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio. O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variação, tanto no tempo quanto no espaço. (BURKE, 2009, p. 11).

Conforme esta citação de Peter Burke, Michelle Perrot (2006) afirma que a mulher é excluída da História nos estudos de historiadores homens e:

o “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural, ou “mental” ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. (PERROT, 2006, p. 185).

A mesma autora descreve “a dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados” (PERROT, 2005, p. 29), assim, a escassez de vestígios é evidente, mas é necessário que os pesquisadores da história dêem voz a esse “silêncio” (CERTEAU, 1982).

Na perspectiva de Maria Matos (2000):

As novas tendências de abordagem histórica, emergentes nesse momento, possibilitavam uma abertura para os estudos sobre a mulher, ao ampliarem áreas de investigação e ao renovarem a metodologia e os marcos conceituais tradicionais, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais e modificando os paradigmas históricos. (MATOS, 2000, p. 10).

O estudo sobre a história da mulher começou a ganhar notoriedade quando iniciaram os questionamentos sobre o porquê de sua exclusão nos fatos históricos da sociedade e a escassez de estudos e pesquisas que mostrassem as mulheres ocupando outros espaços fora do ambiente privado (dentro de casa). Del Priore (2015) destaca na apresentação de seu livro que:

ainda faltam mais historiadores, homens e mulheres, que interpretem com maior frequência o estabelecimento, a gênese e a importância dos fatos históricos que envolvem as mulheres; faltam mais pesquisas regionais ou sínteses que nos permitam resgatá-los de regiões do país onde o tema ainda não despertou vocações. (DEL PRIORE, 2015, p. 9).

A conquista para o mercado de trabalho foi um processo que exigiu da mulher a segregação da dominação masculina, a luta contra as imposições dentro do próprio lar, as reivindicações referentes as discriminações na sociedade, e assim, resultou na busca pelos direitos iguais aos dos homens, e a conquista nos espaços públicos. Hobsbawm (1988) afirma: “elas não estavam fora da história, mas estavam fora da história da sociedade do século XIX” (p. 175). Nesse contexto, para Margareth Rago, citada por Martins (2017):

O movimento feminista, anunciando suas reivindicações à sociedade, foi o princípio da inclusão das mulheres no espaço público do mercado de trabalho. Com a conquista desse novo espaço na sociedade elas passaram a ser notadas pelos historiadores. (p. 2).

Na historiografia tradicional positivista os acontecimentos históricos eram escritos pela classe dominante e ao invisibilizar a mulher, limitavam a sua liberdade e excluía-na dos acontecimentos da sociedade, privilegiando somente o discurso masculino. O ápice das reivindicações pela conquista dos espaços, de acordo com Maria Matos (2000) ocorreu na década de 1970:

Apesar dos longínquos antecedentes das lutas femininas, suas reivindicações voltaram ao cenário na década de 70, quando a ONU instaurou o Ano Internacional da Mulher. Mesmo sob o contexto desfavorável dos governos militares, os temas referentes à mulher reapareceram: violência sexual, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações concernentes ao trabalho (a dupla jornada de trabalho) e à cidadania das mulheres. (p. 10).

A historiadora Joan Scott (2009), em seus estudos, fez um levantamento historiográfico do movimento feminino dos Estados Unidos pelas décadas de 60, 70 e 80, e verificou a existência de um satisfatório desenvolvimento nas pesquisas e nas reivindicações das ativistas feministas ampliando a visibilidade que pretendiam. Scott (2009) afirma que: “a maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história” (p.77). Nesse processo, a luta do movimento feminista foi essencial para dar visibilidade a mulher na história e ampliar as pesquisas referente ao início desse momento.

Segundo Mary Del Priore (1994), as mulheres no decorrer da história, passaram por vários estereótipos que dificultavam as suas relações sociais, principalmente no espaço público, com predominância masculina, e na história, como disciplina, não era diferente:

Desde que no século XIX a história firmou-se como uma disciplina científica, ela tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideais masculinos dos historiadores que, até bem pouco tempo, a reproduziam com exclusividade. (DEL PRIORE, 1994, p. 12).

Assim, podemos sair das narrativas tradicionais, ampliar o conhecimento referente à conquista das mulheres e construir a narrativa dos espaços ocupados pela mulher no ensino profissional da Escola Técnica em Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM). Para Rachel Soihet (2015):

Durante longo tempo, somente os feitos dos heróis e as grandes decisões políticas eram considerados dignos de interesse para a história. A partir de 1960, juntamente com outros *subalternos* como os camponeses, os escravos e as pessoas comuns, as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da história. (p. 363-364).

Maria Matos (2013) considera que no campo da historiografia, a obra *Mito e realidade* (1969), de Heleieth Saffioti, se constitui em um marco para os estudos brasileiros que denunciam a opressão da mulher na sociedade patriarcal burguesa e capitalista. No período que constitui esta pesquisa, na sociedade brasileira os movimentos de visibilidade da mulher se tornam mais presentes:

Mesmo sob o contexto desfavorável do autoritarismo dos governos militares (1964-84), as mulheres “entraram em cena” se tornaram visíveis ocupando espaços sociais e políticos, com destaque para a sua presença nos movimentos sociais, na luta contra a carestia e pela anistia política. Estas ações inquietaram investigadores interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres no presente e passado, descobrindo-as como sujeitos história e incorporando-as como aos estudos. (MATOS, 2013, p. 7).

Isso deve ser objeto de investigação na contextualização social e cultural das mulheres no ensino profissional em Manaus, e mais especificadamente na Escola Técnica Federal. Não se trata de estreitar as análises em polos de vitimização ou de independência enquanto sexo feminino, mas de compreender os movimentos e as dinâmicas dos espaços ocupados pela mulher na instituição educacional profissionalizante, sem sectarismos, pois a maior preocupação se encontra nos estudos da realidade frente o objeto de investigação e não no enquadramento teórico diante do que se vai investigar. (XAVIER, 2005).

O Brasil no início do século XX, segundo Mary Del Priore (2013), estava passando pela “ascensão da classe média”, e “nas cidades ampliavam-se, sobretudo para as mulheres, as possibilidades de acesso a informação, lazer e consumo” (p. 41).

Em Manaus, Luciane Campos (2010) na sua dissertação, “Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)”, destaca que no início do século XX, ocorreu uma grande urbanização, modificando a sociedade manauara, no qual, o processo de elitização da população, inspirava-se nos costumes das elites europeias, e com esse crescimento, a participação das mulheres no espaço público aumentou:

As mulheres populares passaram a exercer uma série de atividades novas como camareiras de hotéis, operárias, secretárias, vendedoras de loja, etc. Outras nas já tradicionais atividades de doceiras, babás, cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras e passadeiras; [...] e as mulheres das classes mais abastadas influenciadas pelo ideal feminista de emancipação, que, vendo a oportunidade de continuarem a sua instrução educacional até a formação superior, a fizeram e atrelaram a instrução com o trabalho, passando a exercer em maior número a profissão de professoras e inclusive profissões até então consideradas eminentemente masculinas, como odontólogas, farmacêuticas, advogadas entre outras. (CAMPOS, 2010, p. 11-12).

O indício encontrado no *Jornal do Comercio* de 28 de fevereiro 1943 (figura 1, p. 25 ), refere-se a uma seção somente para as mulheres, com o nome de *Suplemento Feminino*, e sendo publicado apenas aos Domingos. Constatam-se, nesse suplemento, reportagens para o cuidado com as crianças, receitas, joias, beleza e moda, comprovando assim, que o “lugar das mulheres: a maternidade e a casa cercaram-na por inteiro” (PERROT, 2006, p. 186).

Vale ressaltar que esse indício mostra um fragmento da realidade nesse período, no qual, o conteúdo do suplemento era voltado para a mulher dona de casa, a esposa e a mãe, expressando para as manauaras um comportamento adequado e aceito pela sociedade.

Ao falar da história da mulher, o corpo e a sexualidade são indispensáveis, e estão interligados ao feminino. A crítica moral nas formas de comportamento era excessiva entre os séculos XIX e XX, assim, a discriminação com a mulher tornava-se intensa e violenta. O único objetivo nesse período era a utilização do corpo para procriar – a mulher como reprodutora.

Nesse contexto, Rachel Soihet (2015) relata que no início do século XX, as capitais brasileiras estavam passando por uma modernização<sup>8</sup> e higienização para se transformarem em metrópoles semelhante a Paris, e com essa transição, a medicina tinha uma posição referente ao corpo da mulher, como submissa à dominação masculina, e com a finalidade maternal:

A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse a sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois deveriam restringi-la ao âmbito desse casamento. (p. 363).

A figura 2 (p. 25) é uma obra de 1891 do pintor brasileiro Almeida Júnior, e retrata uma cena do cotidiano de uma família da elite. Percebem-se alguns elementos que comprovam a centralização do poder no masculino e a submissão da mulher, como a figura mostra o homem sentado lendo possivelmente sobre o trabalho, em uma posição superior, enquanto a mulher, está mais ao fundo com sua filha mostrando um tecido, passando seus

---

<sup>8</sup> A modernização no século XX era uma modernização conservadora no qual principalmente o comportamento feminino no ambiente público estava direcionado aos mesmos trabalhos do ambiente doméstico. (LOURO, 2015).

conhecimentos de costura, que era o padrão de educação feminina. Segundo Maria Ângela D’Incao (2015):

[...] a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. (D’INCAO, 2015, p. 230)

Na figura 3 (p. 26 ), pintada por Eugenio Zampighi (1859-1944) – Família campestre, observa-se a mulher de condição social baixa com seus filhos, demonstrando o cuidado da maternidade, mas que necessitava trabalhar, seja no ambiente doméstico ou fora, para ajudar no sustento da família. Miridan Falci (2015) afirma que “as mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras” (FALCI, 2015, p. 250).

Dessa forma, Londa Schiebinger (2001, p.41) também afirma:

A ciência, e as ciências médicas em particular, levaram a cabo estudos dos corpos das mulheres que eram usados como prova de que as mulheres não eram capazes de assumir as obrigações dos cidadãos no Estado, participar das profissões ou produzir obras de profundidade e sofisticação intelectual.

Em relação ao estilo de vida da mulher de elite e da mulher de classe popular (SOIHET, 2015), há semelhanças e distinções que se podem destacar. O papel da mulher de elite era ser boa esposa, cuidar da casa e dos filhos, valorizar o casamento, e com o advento da urbanização, a mesma passou a frequentar alguns espaços fora de casa, principalmente os ambientes culturais. Esse momento de exposição pública, a mulher estava sempre acompanhada do marido ou do pai.

As mulheres da classe mais popular trabalhavam para ajudar no sustento doméstico, em alguns casos, não eram casadas, mas almejavam independência contrariando as imposições da sociedade. Para Rachel Soihet (2015):

Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*. (p. 367).

Dessa forma, a mulher popular não tinha voz, era silenciada e afastada dos acontecimentos da sociedade, enquanto a mulher de elite era preparada para o casamento e afazeres domésticos, a mulher de classe popular procurava sobreviver, lutar pelo conhecimento e reivindicar o direito de escolha ao casamento, a maternidade e outras imposições.

## 1.2 A Mulher e o trabalho

No período pré-histórico não existia divisão de trabalho. A predominância das atividades era agrícola, o trabalho era coletivo e não existia um gênero dominante. Ao longo do desenvolvimento das civilizações e o início da organização da sociedade, modificou-se o modo como os indivíduos se relacionavam, e assim, os povos deixaram de ser nômades.

Esse modelo foi substituído pelo surgimento da divisão do trabalho e das leis de convivência. Dessa forma, o homem passou a ter o domínio das atividades e ser o centro na reprodução, característica da sociedade patriarcal. Jucelém Ramos (2009) relata:

A partir da passagem da economia feudal para a economia industrial, grandes transformações se fazem presentes. Inicia-se a crise da ordem familiar e vigente até então. A família deixa de ser uma unidade de consumo e passa a ser uma unidade de reprodução da força de trabalho; homens, mulheres e crianças invadem as fábricas e as cidades, onde se amontoam em favelas, convivendo com a fome e a prostituição. (p. 193).

Com a nova divisão do trabalho na família, de acordo com Engels (1984) foi por meio da introdução da “criação do gado, a elaboração dos metais, a arte do tecido, e agricultura” (p. 58), que o homem (o proprietário), passou a procurar os alimentos e os instrumentos necessários para sua propriedade, mas a mulher ainda tinha o direito aos filhos e de herdar os bens após o falecimento do proprietário. Engels (1984) também relata que:

uma das idéias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases interior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também muito considerada. (p. 50-51).

Na história primitiva da família, as relações sexuais eram iguais para homens e mulheres, no qual se relacionavam em grupos sem a preocupação de pertencer somente um ao

outro. Com o desenvolvimento da família primitiva para a família sindiásmica<sup>9</sup>, o homem sente dificuldades em encontrar uma mulher. Nessa relação o homem tinha o direito a infidelidade, e ao término do vínculo conjugal, a mulher tinha direito aos filhos.

Bastou decidir simplesmente que, de futuro, os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino saíam dela, passando à gens de seu pai. Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno. Não sabemos a respeito de como e quando se produziu essa revolução entre os povos cultos, pois isso remonta aos tempos pré-históricos. (ENGELS, 1984, p. 61).

Nessa perspectiva a mulher assume o papel de submissão ao homem, a sua participação na sociedade é limitada, cabendo-lhe somente a maternidade, ou seja, a reprodução e os cuidados da casa - o ambiente privado.

O modelo de sociedade patriarcal no qual a competição e a autoridade são valorizadas nos propõe a refletir sobre quais tipos de relações de gênero essa sociedade influenciava para que a convivência não fosse justa, sucedendo com submissões e agressões.

A dissertação de Fabiane Santos (2006), “Filhas de Eva no País das Amazonas: gênero, sexualidade e condição feminina nos jornais de Manaus (1890-1915)”, configura-se na construção da imagem da mulher no Amazonas utilizando principalmente os jornais manauaras como fontes de pesquisa. Referente a sexualidade, afirma que:

Os papéis de gênero eram fortemente estabelecidos e difundidos através da educação. Às mulheres eram atribuídas características que reforçassem seu papel de matriz reprodutora, qualidades que valorizassem o comportamento submisso e generoso, que viabilizassem a diluição da individualidade e a entrega total à condição materna, sem esquecer dos atributos constitutivos de sua imagem de “belo sexo” como a caridade, a presteza e a vaidade. Aos homens e mulheres que ousassem ultrapassar a linha dos papéis atribuídos, mesmo que fosse num simples gesto, a exposição pública era inevitável. (p. 35).

A autora explica que essa exposição era citada pelos jornais de Manaus e ao expressar as posições favorecendo a classe dominante, demonstravam críticas ao comportamento das mulheres.

Segundo Joan Scott (1989), historicamente a palavra gênero foi utilizada primeiramente entre as feministas americanas para indicar traços ou caráter sexual. Na atualidade o gênero é utilizado para designar as relações sociais que se estabelecem em processos sociais e históricos entre os sexos.

---

<sup>9</sup> “Nesse estágio, um homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser um direito dos homens”. (ENGELS, 1984, p.49).

Para Rachel Soihet (1997) desde 1970 o termo gênero:

Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas com vistas a acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. (SOIHET, 1997, p. 96).

Nessa análise histórica do gênero, entende-se que as relações sociais, culturais e econômicas apontam para o processo de exploração do capital sobre o trabalho, e se entrecruzam com a concepção do gênero, atingindo de forma diferenciada homens e mulheres, e “[...] as contribuições de cada qual ao processo histórico” (MATOS, 2000, p.15).

Nem sempre para as mulheres o trabalho era uma forma de emancipação da opressão que sofriam na sociedade capitalista, ou por serem mais exploradas que o homem, ou pela relação desigual entre os gêneros, mesmo que, por meio dele, pudessem contribuir para mudanças históricas na sociedade.

Joan Scott (1991) afirma que a mulher trabalhadora, ao tornar-se visível no processo da industrialização, foi considerada um “produto da revolução industrial”, e com essa transição do trabalho doméstico para a fábrica impossibilitou a conciliação entre os cuidados da casa e do novo local de trabalho.

Segundo Hobsbawm (1988), em 1890:

Cerca de dois terços dos homens foram classificados como “ocupados”, nos países “desenvolvidos” da Europa e dos EUA, ao passo que cerca de três quartos das mulheres – nos EUA, 87% delas – não estavam nessa categoria. Mas exatamente, 95% de todos os homens casados entre as idades de 18 e 60 anos estavam “ocupados”, nesse sentido na década de 1890 (por exemplo, na Alemanha), enquanto apenas 12% das mulheres casadas o estavam; embora metade das solteiras e cerca de 40% das viúvas fossem “ocupadas”. (HOBSBAWM, 1988, p. 175).

Hobsbawm também afirma que foi a partir de 1875 que as mulheres do mundo “desenvolvido” (Europa e EUA) deixaram de ter mais filhos, expandindo o controle da natalidade; a população urbana e principalmente as mulheres desejavam ter um padrão de vida mais alto, sendo influenciadas por um trabalho que lhes trouxessem autonomia e maior independência econômica.

Nessa perspectiva, Joan Scott (1991) relata:

No discurso da divisão sexual do trabalho, oposições marcadas entre mulheres e trabalho, reprodução e produção, domesticidade e trabalho remunerado faziam da própria mulher trabalhadora um problema. Isso desviou a discussão de soluções das condições do seu trabalho, dos seus baixos salários, da falta de apoio social à criação dos filhos, que eram todos considerados sintomas da violação da diferença funcional <natural> entre homens e mulheres mais do que como causas da miséria das trabalhadoras assalariadas. Isso teve o efeito de estabelecer um único objectivo desejável: afastar as mulheres, tanto quanto possível, do trabalho assalariado permanente ou a tempo inteiro. (SCOTT, 1991, p. 474).

Pode-se constatar a discriminação e a desigualdade que a mulher estava submetida no mercado de trabalho, dificultando a sua permanência, e assim, sendo questionada a sua capacidade de exercer qualquer tipo de trabalho.

O Jornal do Comercio, de 15 de janeiro de 1961, apresenta na *Página Feminina* uma reportagem “Procure sua Independência”, informando para a mulher manauara desacreditar que o casamento fosse um “emprego vitalício”, e buscar a independência financeira. Na reportagem o trabalho devia ser realizado dentro do lar para suprir a falta (falecimento - caso ocorra) do marido, ou quando estivesse no “aperto”.

Percebe-se que existe uma contradição, pois ao mesmo tempo a mulher deveria procurar a sua independência e realizar os trabalhos somente em casa, em outro momento da reportagem é dito: “Acha que a mulher é inferior ao homem? Em que? Em qualquer ramo, em qualquer campo intelectual, a mulher sobressai tanto quanto qualquer homem, seja medicina, direito, jornalismo ou magistério, magistratura ou farmácia” (JORNAL DO COMERCIO, 15-01-1961).

Era permitido para a mulher, na metade do século XIX e início do século XX, segundo Hobsbawm (1988), o trabalho “tipicamente feminino” no ramo têxtil e de confecção, indústria de alimentos, e empregadas domésticas. A mulher burguesa era considerada “aberração da natureza” por conduzir seu próprio negócio, como “lojistas, feirantes, estalajadeiras, donas de pensão, pequenas comerciantes e prestamistas” (p.178). Luciane Campos (2010) também complementa que ao longo das reivindicações femininas, elas conquistaram outros espaços no mercado de trabalho: em escritórios (secretárias), casas comerciais (vendedoras), e no magistério.

Nesse contexto, Margareth Rago (2015) relata que as primeiras fábricas no período da industrialização no Brasil, situavam-se no Rio de Janeiro e São Paulo, e tiveram um grande crescimento nesse momento:

A industrialização brasileira teve início no Nordeste do país entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX – especialmente, com a indústria de tecidos de algodão na Bahia – e deslocou-se para a região Sudeste. Na passagem desse século, o Rio de Janeiro reunia a maior concentração operária do país, tendo sido superado por São Paulo apenas nos anos de 1920. (RAGO, 2015, p. 580).

Para esse crescimento, foi necessário que o governo brasileiro solicitasse o trabalho de trabalhadores estrangeiros (substituindo a mão de obra de escravos) para as primeiras fábricas. A maioria desses trabalhadores eram mulheres e crianças, em que a força de trabalho foi considerada “abundante e barata” (RAGO, 2015, p. 580).

A partir do século XX, Heloísa Costa (2005) afirma que para as mulheres de classe média e alta o trabalho fora do ambiente doméstico era “desonroso”, sendo a maternidade e o casamento a opção mais aceitável. Nessa perspectiva, aos poucos, os homens “mudaram a mentalidade” aceitando a entrada das mulheres no mercado de trabalho onde elas (cultas e conscientes), foram as pioneiras nessa mudança.

O discurso masculino sobre a saída da mulher do ambiente doméstico para o mercado de trabalho influenciava a visão da sociedade, sendo questionado qual era o papel da mulher nesse meio, e incapacitava a mulher de realizar essas atividades, apontando negativamente o que aconteceria caso isso ocorresse:

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (RAGO, 2015, p. 585).

Dentre os trabalhos exercidos pelas mulheres, o mais “aceitável” pela sociedade era o magistério. A semelhança com a maternidade era o fator primordial para essa aceitação, fato que a mulher a princípio era a primeira educadora de seus filhos, “formadora dos futuros cidadãos”, sendo o magistério considerado como a “extensão da maternidade” (LOURO, 2015).

A imagem religiosa e a educação conservadora que a Igreja no século XIX associava e determinava, para a mulher educadora, realçava a pureza, o recato e a fragilidade para exercer o referido cargo. Assim houve a “feminização do magistério” (LOURO, 2015).

Nessa perspectiva, segundo Guacira Louro (2015), com o advento da urbanização e industrialização, ampliaram-se as oportunidades de emprego, os homens afastavam-se da sala

de aula, e para o magistério foram atribuídas características femininas: “paciência, minuciosidade, afetividade, e doação” (p. 450).

O trabalho deveria estar de acordo com a vida doméstica, e as mulheres passavam por várias restrições ao exercer o magistério. A sociedade permitia que somente as mulheres solteiras e as viúvas pudessem trabalhar, e as que não estavam nessas condições, o sustento seria do homem.

Devido a essa relação, ficava difícil as mulheres reivindicarem “salário, carreira e condições de trabalho” (LOURO, 2015, p.450), pois também, não deveriam concorrer com os homens no mercado de trabalho.

Constata-se que na metade do século XX, as mulheres apresentavam uma conquista na educação e no mercado de trabalho em Manaus. Em uma reportagem feita com o coronel Libanio da Rocha Vaz, superintendente geral da Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha, para o Jornal do Comercio de 7 de setembro de 1943, (figura 4, p. 26), informava sobre a contratação de 60 mulheres no serviço de beneficiamento da borracha na Usina “Hevea” (*Hevea brasiliensis* – seringueira). Antes da Segunda Guerra Mundial a usina empregava somente trabalhadores homens (tinha 160, e ficaram 60), o coronel informou que eles saíram voluntariamente por vários motivos, e revela que as mulheres trabalhavam melhor, e recebiam um salário “que não é menor pago aos homens”.

### **1.3 A Mulher e a educação**

Hobsbawm (1988) relata que as modificações na sociedade capitalista aceleraram a partir de 1888, o movimento para a emancipação feminina, tendo como hipótese, o fato da família de classe média não ter condições de assegurar os benefícios domésticos para as filhas que não “casavam e trabalhavam”, determinando posteriormente, a independência das mulheres da classe média e o aumento da educação secundária. Em outros países como na Suécia, Países Baixos, Bélgica, Suíça, Itália e Escócia, o avanço no ensino secundário para as mulheres foi tardio.

Na França, o número dos liceus para rapazes permaneceu aproximadamente estável entre 330 e 340, durante toda essa época; mas o número de estabelecimentos do mesmo tipo para as meninas elevou-se de zero em 1880 a 138 em 1913, e o número de meninas que frequentavam (cerca de 33 mil) alcançou um terço do número dos meninos. Na Inglaterra, onde não havia sistema secundário nacional antes de 1902, o número das escolas de rapazes subiu de 292, em 1904-1905, a 397, em 1913-1914; mas o número de escolas para meninas elevou-se de 99 para uma comparável cifra de 349. (HOBBSAWM, 1988, p. 181-182).

Esse processo mostra o crescimento do índice feminino na educação na perspectiva internacional, e assim, torna-se significativa a luta pela visibilidade, igualdade de direitos, emancipação feminina, e modificação da condição de inferioridade, submissão e invisibilidade.

No início do século XX no Brasil, Guacira Louro (2015) afirma:

Aqui e ali, no entanto, havia escolas – certamente em maior número para meninos, mas também para meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos – professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Deveriam ser, eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. (LOURO, 2015, p. 444).

Pode-se perceber que a educação para as mulheres era restrita e diferente da educação dos homens. As disciplinas, vestimentas, e o comportamento imposto dentro das escolas, influenciavam na educação, e preparavam as mulheres para a maternidade e os homens poderiam exercer qualquer trabalho.

Guacira Louro (2015) relata que no Brasil, a escola era contraditória na educação para as mulheres:

A escola parecia desenvolver um movimento ambíguo: de um lado, promovia uma espécie de ruptura com o ensino desenvolvido no lar, pois de algum modo se colocava como mais capaz ou com maior legitimidade para ministrar os conhecimentos exigidos para a mulher moderna; de outro, promovia, através de vários meios, sua ligação com a casa, na medida em que cercava a formação docente de referências à maternidade e ao afeto. A escola adquiria também, o caráter da casa idealizada, ou seja, érea apresentada como um espaço afastado dos conflitos e desarmonias do mundo exterior, um local limpo e cuidado. (LOURO, 2015, p. 458).

Nesse contexto a sociedade era favorável à educação feminina para a economia brasileira, proveniente das modificações políticas e culturais da modernidade vindas da Europa, mas, restringia as mulheres a frequentar e exercer atividades que não fosse de acordo com as características domésticas. A capacidade intelectual evidenciada pela mulher não era aceita, e essa particularidade foi considerada uma afronta aos padrões permitidos.

Na metade do século XIX os estabelecimentos de instrução no Brasil eram escassos sendo que, os investimentos na educação primária e secundária eram precários, e para as mulheres, isso também dificultava o processo de sua formação e realização profissional. As

mulheres da classe alta estudavam em escolas particulares em outro país, ou o ensino era na própria casa. As mulheres de classe popular estudavam quando tinha condições em escolas públicas e nesse contexto, a “educação aconselhada era a profissionalizante baseada no ensino de corte e costura” (CAMPOS, 2010).

Nesse período, Segundo Maria Nunes (2015), “presenciou ainda um desenvolvimento bastante rápido das “escolas para meninas”, que tiveram as religiosas como elementos fundamentais” (p. 491).

As mulheres eram consideradas as responsáveis pela educação dos filhos. Assim, desde muito cedo, deveriam ser apresentadas à doutrina cristã, que seria a base da formação do seu caráter. A Igreja, temendo a perda de espaço na sociedade, e defendendo seus dogmas, concentrou-se na educação das meninas, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. A ampla criação de escolas nesse período era um dos mecanismos mais eficientes escolhidos para manter sua influência. (ALVES, 2014, p. 59).

Foram criadas escolas católicas com o intuito de uma educação mais centrada e limitada imposta pela Igreja. Eram poucas as escolas de co-educação<sup>10</sup>, mulheres e homens estudavam em instituições próprias para cada um e com formação distinta.

No entanto, o interesse da Igreja no campo da educação e o apoio do governo tornaram possível às congregações estabelecerem seus colégios. Elas conquistaram espaços sociais cada vez maiores, seus efetivos se multiplicaram e, enfim, a vida religiosa feminina solidificou suas raízes em nosso país. Na segunda metade do século XIX, religiosas e religiosos detinham praticamente o monopólio da educação no Brasil: das 4.600 escolas secundárias existentes, 60% pertenciam à Igreja e gozavam de enorme prestígio. (NUNES, 2015, p. 494).

Em Manaus, conforme Heloísa Costa (2000), a primeira escola de segundo grau foi fundada em 1848, com a denominação de Seminário São José, pelo bispo Don Afonso de Moraes Torres, era frequentado somente por homens e tinham aulas de gramática latina, língua francesa, música e canto, preparando-os para frequentar o Seminário Superior em Belém.

No ano de 1852 havia uma escola pública em Manaus através de um regulamento de 08/03/1852, expedido pelo presidente João Baptista Tenreiro Aranha, com instrução para mulheres, contendo educação física, moral e intelectual, mas as restringia de realizar determinadas atividades, como destaca Heloísa Costa (2000):

---

<sup>10</sup> Conforme Alves (2014, p. 28): “formato de escola na qual meninos e meninas dividem o mesmo espaço e, em alguns casos, a mesma sala de aula”.

As mulheres entretanto, não faziam exercício ginástico. Essa proibição se ligava à crença existente na Província, de que a ginástica poderia prejudicar os órgãos reprodutores da mulher e dificultar o exercício da maternidade. [...] A moral era pautada nos princípios católicos. [...] A formação intelectual compreendia: leitura, caligrafia, doutrina cristã, numeração e principais regras de aritmética, gramática da língua nacional, noções de geometria, aplicada às artes, noções de história natural, história sagrada e do Brasil e geografia. Às mulheres, talvez associada à crença vigente na época, da inferioridade da inteligência feminina em relação à masculina, a aritmética deveria ficar somente nas contas de somar e subtrair, evitando-se dessa forma operações mais abstratas ou uma aritmética um pouco mais complexa. (COSTA, 2000, p. 146).

No ano de 1883 em Manaus, estavam “funcionando 68 escolas primárias, 36 do sexo masculino, 30 do sexo feminino, 2 mistas, 3 Colégios particulares femininos para 1 masculino” (COSTA, 2000, p. 155). Assim, algumas escolas em Manaus, destacaram-se na sociedade devido a educação que ofereciam estar de acordo com as exigências para a formação feminina.

As instituições religiosas femininas eram contratadas pelo estado amazonense para trabalharem na área educacional. Segundo Pérsida Miki (2014) o Instituto Benjamin Constant, (figura 5, p. 27), (antigo Asilo Orfanológico “Elisa Souto”) criado através do Decreto nº 11 de 26 de abril de 1892, foi administrado pelas Filhas de Sant’Ana<sup>11</sup>, contratadas pelo governador Eduardo Gonçalves Ribeiro. Elas eram responsáveis pelo Instituto quanto à gestão interna e a administração das aulas de prendas, música e do jardim de infância. Ao estado do Amazonas coube a criação e a manutenção do Instituto que atendia “às meninas pobres indígenas, filhas de escravas livres, mas também as filhas do funcionalismo público e de artífices” (p.140).

O Colégio Santa Dorotéia, foi administrado por uma congregação religiosa em Manaus, com fundação em 1910 (figura 6, p. 27). Posteriormente foram criadas as escolas Nossa Senhora Auxiliadora, em 1935, (figura 7, p. 28), e Patronato Santa Terezinha em 1937, (figura 8, p. 28). As duas primeiras escolas eram oferecidas para as meninas da classe alta, enquanto a terceira escola, era frequentada pelas trabalhadoras domésticas ou operárias das fábricas de castanha e borracha. (CAMPOS, 2010). Em Manaus também havia uma escola religiosa somente para o público masculino, com a denominação de Colégio Dom Bosco

---

<sup>11</sup> As irmãs vieram para o Brasil no final do século XIX, entraram por Belém/PA em 1884 para trabalhar na Santa Casa de Misericórdia e posteriormente administraram a direção do Colégio Gentil Bittencourt. Em 1892, contratadas pelo governador Eduardo Ribeiro, para administração do Instituto Benjamin Constant. No Brasil existiu outra congregação semelhante – as Irmãs Sant’Ana, que ficaram pouco tempo no município de Manaquiri – AM. (MIKI, 2014). Esse movimento religioso ocorreu: “a partir de 1870, a Igreja Católica busca implementar uma atuação mais efetiva no espaço social. O processo de romanização ou ultramontanismo tem como objetivo reestruturar ritos e práticas católicas. De maneira geral, isso consistiu em retomar dos leigos religiosos funções e posições. A reestruturação do ideário cristão passava pela interferência direta da Igreja Católica nas práticas educacionais.” (ALVES, 2014, p. 120).

(figura 9, p. 29), sendo sua criação em 1921 através do Bispo Dom João Irineu Joffily. (COLÉGIO DOM BOSCO, 2018).

Foi no período de 1835 no Brasil, que as mulheres iniciaram os estudos em Escolas Normais onde estudavam para seguir profissionalmente o magistério. (CAMPOS, 2010).

As primeiras escolas normais brasileiras, segundo Assislene Mota (2010) foram: no Rio de Janeiro (Niterói), em 1835; Minas Gerais, em 1840; na Bahia, em 1836 – instalada apenas em 1841; São Paulo, em 1846; e Manaus, em 1880 – instalada somente em 1882. (p.70).

Em Manaus no dia 31 de janeiro de 1877, com base na Lei nº 336, de 31 de agosto de 1876 foi criado o Curso Normal com duração de 3 anos, em anexo com o Liceu Provincial, mas foi somente em 1882 que foi instalada a Escola Normal da Província do Amazonas localizada no “casarão de propriedade do Governador Francisco de Souza Mesquita, situado na atual Praça D. Pedro II, na esquina com a rua de Governador Vitório” (BRAGA, 1989, p.10-11).

A partir de 1905 foram matriculados “126 alunos, e 12 inscritos sendo apenas 26 eram do sexo masculino” (BRAGA, 1989), nesse momento, a escola normal denominava-se Instituto Normal Superior<sup>12</sup>. A escola era mista, mas com o alto índice de matrículas de alunos do sexo feminino totalizando 100 registros (figura 10, p. 29).

Foi em 1940 que a Escola Normal (figura 11, p. 30) teve sua nova sede fixa localizada na Rua Ramos Ferreira e de acordo com o interventor Álvaro Botelho Maia, mudou a nomenclatura para Instituto de Educação do Amazonas (figura 12, p. 30).

Deste modo, buscou-se contextualizar a história da mulher no mundo do trabalho, a busca de uma educação, evidenciar a sua luta na inserção no espaço público, no qual contestou a sociedade que exigia um comportamento recatado e obediente, e era desprovida dos direitos que os homens tinham. Para o Capítulo seguinte o desafio é visibilizar a presença feminina em uma instituição hegemonicamente masculina.

---

<sup>12</sup> O Instituto foi extinto em 1893, através do Decreto nº 31, de 13 de dezembro de 1893, pelo presidente Eduardo Gonçalves Ribeiro. (MOTA, 2015, p. 61).



**Figura 1.** Suplemento Feminino, 1943.

**Fonte:** [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/43648?pesq=suplementofeminino](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/43648?pesq=suplementofeminino) Acesso 8-06-2018.



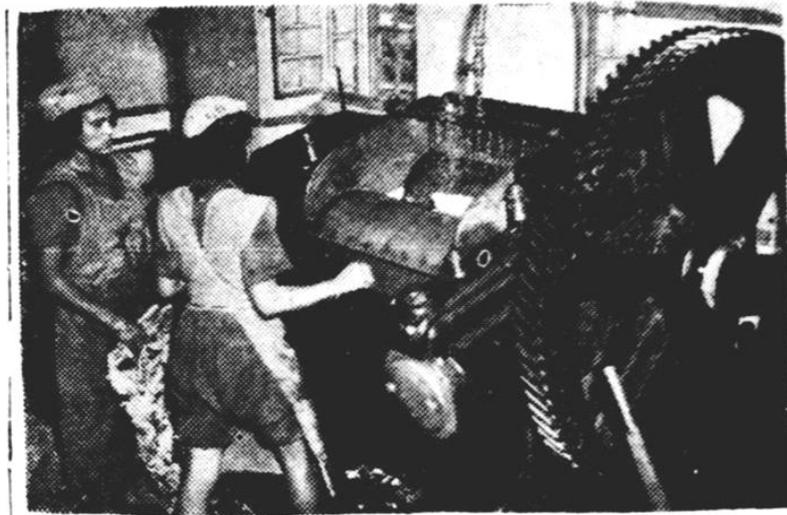
**Figura 2.** A família de Antonio Augusto Pinto (1891) - Almeida Júnior.

**Fonte:** <https://www.historiadasartes.com/prazer-em-conhecer/almeida-junior>. Acesso 8-6-2018.



**Figura 3.** Família campestre – Eugenio Zampighi (1859-1944).

**Fonte:** <https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Eugenio%20Zampighi%20%20Zampighi>  
/Acesso 8-06-2018.



**Figura 4.** Mulheres na fábrica Havea.

**Fonte:** Jornal do Comercio 7/9/1943.



**Figura 5.** Instituto Benjamin Constant.  
**Fonte:** Álbum do Amazonas, 1901-1902.

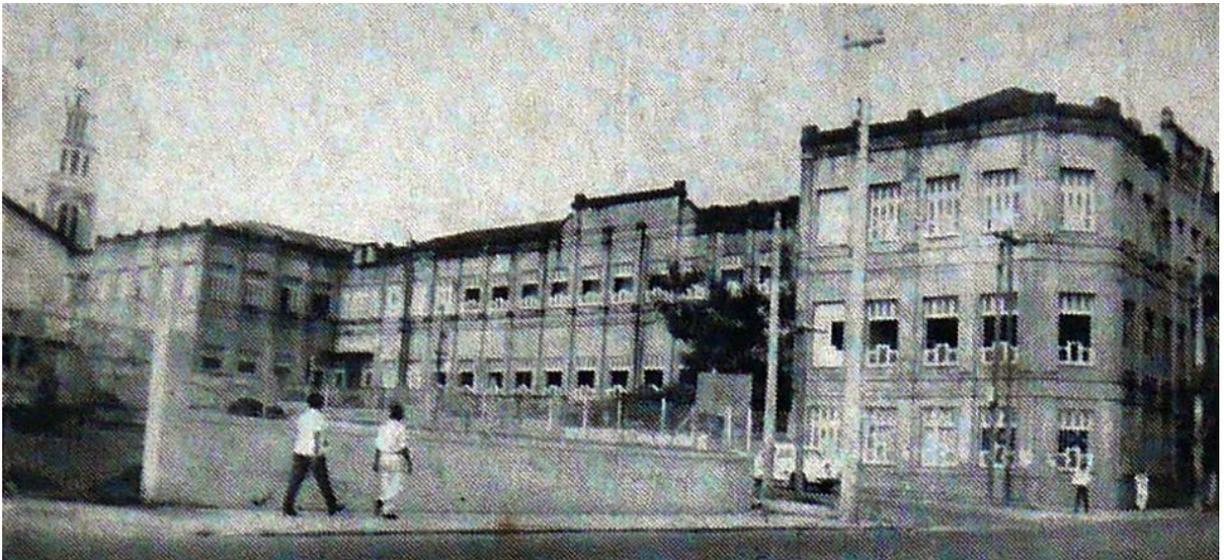


**Figura 6.** Colégio Santa Dorotéia.  
**Fonte:** Coleção Silvino Santos. Acervo: Museu Amazônico.



**Figura 7.** Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

**Fonte:** <http://idd.org.br/acervo/colégio-nossa-senhora-auxiliadora-decada-de-70/> Acesso em 28.7.2018.



**Figura 8.** Patronato Santa Teresinha.

**Fonte:** <http://idd.org.br/acervo/mais-de-meio-seculo-de-vitorias/> Acesso em 28.7.2018



**Figura 9.** Colégio Dom Bosco.

**Fonte:** <http://idd.org.br/acervo/colégio-dom-bosco/> Acesso em 02.9.2018.

	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total
Masculino	9	15	—	2	26
Feminino	41	36	9	14	100
	50	51	9	16	126

**Figura 10.** Quadro de matrículas da Escola Normal.

**Fonte:** BRAGA, Robério. 100 anos do IEA (1880-1989), 1989.



**Figura 11.** Primeira sede da Escola Normal.

**Fonte:** BRAGA, Robério. 100 anos do IEA (1880-1989), 1989.



**Figura 12.** Instituto de Educação do Amazonas.

**Fonte:** Coleção Silvino Santos. Acervo: Museu Amazônico, s.d.

## **CAPÍTULO II**

### **O ENSINO PROFISSIONAL E A POLÍTICA EDUCACIONAL NA ESCOLA TÉCNICA DE MANAUS (ETM) E ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAZONAS (ETFAM): CARACTERIZAÇÃO, ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E REFLEXÕES**



Nesta seção, será abordado sobre a criação da Escola Técnica de Manaus (1942), posteriormente, Escola Técnica Federal do Amazonas (1965), e a política educacional que configurou o ensino profissional nas referidas escolas, traçando um marco histórico com início em 1937 até 1971.

A pesquisa estabelece o período de 1937 a 1971, devido a necessidade de ampliar o marco histórico para o momento político do Estado Novo (1937-1945), e posteriormente, conclui-se com o ano de 1971, de acordo com a Deliberação que autorizou a matrícula feminina. A arquitetura, a construção dos prédios, a estrutura do ensino e a contratação de professores serão contextualizadas, tendo como referência a mulher na ETM e ETFAM.

#### **2.1 Criação da Escola Técnica de Manaus (ETM): 1942 – 1965**

Ao estudarmos a história do ensino profissional no Brasil verifica-se que existem duas concepções básicas sobre o ensino profissional e que foram marcantes no Período Republicano (1889-1930). Nascimento apresenta:

Uma dirigia-se à educação formal e, por conseguinte, desfrutava de certo caráter sistemático que, na Idade Média, deu origem aos colégios e universidades que hoje possuímos. A outra concepção de ensino – com características progressivas, não sistemáticas, lentas e sem método – refere-se aquele destinado à aprendizagem de ofícios e que ficou conhecido como “aprendizagem medieval” (NASCIMENTO, 2007, p. 39).

Em relação à criação dos primeiros cursos profissionais em 1909, Kuenzer pondera:

Mais do que a preocupação com as necessidades da economia, parece que a motivação que justificou a criação dessas escolas foi a preocupação do Estado em oferecer alguma alternativa de inserção no mercado de trabalho aos jovens oriundos das camadas mais pobres da população. (1988, p. 13).

Portanto, enquanto as classes dominantes possuíam um ensino propedêutico que preparava para o ensino superior, o ensino profissional preparava as classes menos favorecidas para o mercado de trabalho. No Período Imperial (1822-1889), a sociedade elitista e escravocrata tinha interesse na educação privada e ensino intelectual, com perspectiva para o ensino superior, e assim, a dualidade se faz presente no qual o ensino era desfavorável para as classes populares. Com o Período Republicano (1889-1930) ocorreram transformações no ensino e que contribuíram em 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha, para a criação das Escolas de Aprendizes Artífices no qual enfatizava o ensino profissional primário e gratuito.

No período de 1940 a 1965 o Brasil foi marcado por acontecimentos históricos que trouxeram mudanças decisivas no âmbito político, econômico, educacional, e transformou toda a estrutura do ensino profissional e conseqüentemente influenciou a trajetória da Escola Técnica de Manaus. Ao retratar sobre a história das instituições educativas, Justino Magalhães (2004) afirma:

Na sua ação concreta e do cotidiano, como na dimensão temporal, as instituições educativas, sendo instâncias complexas e multifacetadas, engendram e desenvolvem culturas, representações, formas de organização, relacionamento e ação que se constituem em fatores de diferenciação e de identidade. Inseridas em contextos geográficos e em tempos históricos marcados por fatores de natureza sociocultural, conjunturas e circunstâncias histórica específicas, estas instituições, se bem que estruturadas por uma matriz de base e perseguindo objetivos comuns, existem de forma própria e este quadro existencial fomenta representações e apropriações, elas mesmas diferenciadas. (MAGALHÃES, 2004, p.69).

A Escola Técnica de Manaus (ETM) foi instituída na metade do século XX, em decorrência do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu “as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial” (BRASIL, 1942). Esse

Decreto-lei foi resultante da Lei Orgânica do Ensino Industrial<sup>13</sup> (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942) no qual a seção VI do Capítulo III – “da organização geral do ensino industrial”, informa sobre os tipos de estabelecimentos de ensino industrial serão determinados de acordo com a modalidade dos cursos de formação profissional ofertado. A ETM era um estabelecimento de ensino industrial que ministrava mais de um curso técnico, assim adotou a nomenclatura de escola técnica; e através do Decreto<sup>14</sup> nº 8.673, de 3 de fevereiro do mesmo ano.

De acordo com o documento – “Relatório Referente aos Terrenos das Escolas de Aprendizes Artífices” apresentado pelo arquiteto Carlos Porto, encontrados no Acervo Digital Gustavo Capanema do setor da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde, a construção do prédio da ETM iniciou em 1937 e, nesse período, a escola era denominada de Liceu Industrial de Manaus (1937-1942). O terreno foi doado por Álvaro Maia<sup>15</sup> interventor federal nomeado por Getúlio Vargas e no dia 07 de dezembro de 1937 uma cerimônia realizada “lançou a pedra fundamental” para o início da construção do edifício:

Estiveram presentes ao ato, o interventor Alvaro Maia, acompanhado do seu secretário; o coronel Oto Feio da Silveira, comandante da guarnição federal e do 27 B.C.; o chefe de polícia, dr. Ruy Araujo; o prefeito Antonio Maia, o comandante da força estadual, magistrados, jornalistas, funcionários públicos federais, estaduais e municipais e grande número de populares, além do bispo D. Basílio Pereira, acompanhado do monsenhor Raimundo de Oliveira. D. Basílio benzeu a pedra, usando nessa ocasião da palavra, o dr. Paulo Sarmiento, diretor da escola. (CPDOC, 1937, p.64).

O Jornal do Comercio de 7 de dezembro de 1937, ao publicar a notícia sobre essa cerimônia destacou que a obra estava “moldada de acordo com as mais rigorosas exigências da engenharia moderna, obedecendo às normas da architectura pedgogica” e “será, no gênero, o primeiro do Brasil, pertencendo á serie A do plano referente a esses educandarios” (p.1). A notícia conclui que devido ao “esforço do dr. Leopoldo Tavares da Cunha Mello<sup>16</sup>, cuja

---

<sup>13</sup> Lei que estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. (BRASIL, 1942).

<sup>14</sup> Decreto que aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. (BRASIL, 1942).

<sup>15</sup> Álvaro Botelho Maia nasceu no município de Humaitá em 1893, formou-se em bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, foi poeta, jornalista, professor no Ginásio Amazonense e Colégio Dom Bosco. Em 1935 foi Senador Federal e com o golpe político do Estado Novo em 1937 foi nomeado Interventor Federal permanecendo até outubro de 1945. Encerrou sua carreira política como Senador do Amazonas. (BITTENCOURT, 1973, p.62-67).

<sup>16</sup> Leopoldo Tavares da Cunha Mello foi delegado do Partido Socialista do Amazonas, e com o fechamento do Congresso a partir da instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, foi nomeado procurador-geral junto ao Tribunal de Contas da União. (MELO, Leopoldo Tavares da Cunha. Biografia. In: KELLER, Vilma. Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.).

iniciativa encontrou entusiástico apoio do presidente Getúlio Vargas, do ministro Gustavo Capanema e do então governador, actual interventor, Alvaro Maia” (p.1).

Nota-se a relevância e a preocupação com o processo de construção do edifício para a sociedade em Manaus nesse período inicial da instauração do Estado Novo (1937), ocasionando a ampliação do número de matrícula: 1937 – 350 matrículas, 1938 – 470 matrículas, 1939 – 670 matrículas, (CPDOC, 1939, p. 69), e assim visando o desenvolvimento econômico do país com a expansão da indústria.

A Escola Técnica de Manaus quando se denominava Escola de Aprendizes Artífices (1909-1936), teve suas instalações em três endereços, e essas mudanças foram retratadas no documento “Sedes Escolares” do Arquivo Gustavo Capanema:

Quando da sua instalação, o governo do Estado cedeu-lhe um prédio que havia sido morada particular, situado num bairro distante da cidade e em lugar insalubre. Apesar de não satisfazer, em absoluto, os fins vizados pela instituição, todavia aí esteve até Janeiro de 1917, quando o mesmo governo estadual poz á disposição da União, a título precário, o edifício onde estava e está hoje instalada a Penitenciária, que foi mudada para outro local. Esta nova instalação não podia, ainda, preencher as exigências do educandário, pois se tratava de um edifício que fora um presídio, com os seus corredores longos e sombrios, as suas células, as suas portas e janelas engradadas, etc.[...] foi transferida então a Escola de Aprendizes Artífices para um barracão, construído pela Municipalidade no bairro de Cachoeirinha, na falta de prédio melhor, onde pudesse se acolher. (CPDOC, 1937, p. 60-61)

É neste momento histórico da Escola de Aprendizes Artífices, que a primeira instalação (1910-1916), segundo Ana Cláudia Souza (2002), estava localizada dentro das dependências da Chácara Afonso de Carvalho, na Rua Urucará, no bairro Cachoeirinha, de acordo com a autora esse prédio era “inadequado para a instalação da Escola, visto estar localizado em uma área insalubre e, [...] não era servido por nenhum tipo de transporte coletivo, como o bonde, dificultando o acesso dos alunos” (p. 48); a segunda instalação localizada na Casa de Detenção de Manaus (1917-1926), a atual Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, na Avenida Sete de Setembro, um prédio (figura 13, p. 57) que ficou vago quando os sentenciados foram transferidos Paricatuba<sup>17</sup>, Mello (2009) também afirma que “apesar de não ser um local adequado para o funcionamento do estabelecimento de ensino, o novo endereço trouxe alterações positivas para a escola, principalmente por apresentar fácil acesso aos alunos” (p.31); e a terceira instalação localizada no Mercado Municipal da Cachoeirinha (1927-1936), oferecia condições

---

<sup>17</sup>A Vila de Paricatuba fica localizada no município de Iranduba – AM.

inadequadas para a instalação: pavilhões de madeira, cobertos com folhas de zinco e com assoalho de chão batido. (SOUZA, 2002, p.94). (Figura 14, p. 57).

Entre os anos de 1935 a 1947 Luiz Paulo Sarmento foi o diretor da escola, acompanhou a mudança de nomenclatura da Escola de Aprendizes Artífices para Lyceu Industrial de Manaus, em seguida, Escola Técnica de Manaus, e também presenciou o processo da construção do edifício da escola.

No período da sua administração, Paulo Sarmento e mais dezenove diretores foram convocados para participarem de uma Reunião dos Diretores das Escolas Industriais e Escolas Técnicas planejada pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema. O Chefe da Divisão do Ensino Industrial - Francisco Montojos escreveu um Relatório referente à reunião. De acordo com o Relatório (1943), foi discutido o trabalho de cada escola, a elaboração de um plano de instalações de emergência para as escolas que seriam substituídas, a criação de um plano de instalações novas para as escolas definitivas, e a realização de uma visita aos estabelecimentos de ensino profissional do Rio de Janeiro. No encerramento, os diretores receberam a visita do Presidente Getúlio Vargas agradecendo as homenagens e dizendo da “importância que o seu governo emprestava a essa modalidade de ensino e dos esforços e sacrifícios que já fizeram no sentido patriótico de melhorar suas instalações e equipamentos e de dotá-lo de legislação nova, oportuna e adequada” (CPDOC. Relatório, 1943, p.7).

O término da construção definitiva do edifício da Escola Técnica foi em 1941 e o prédio estava localizado entre a Av. Sete de Setembro e as ruas Duque de Caxias, Ajuricaba e Visconde Porto Alegre, ocupando uma área de 25.649,60 m<sup>2</sup>. O edifício principal tinha 2 pavimentos com a fachada central voltada para a avenida 7 de Setembro, e a ala esquerda, construída em 2 pavimentos, tendo a sua fachada voltada para a rua Visconde de Porto Alegre. (CPDOC, 1937, p.66).

O edifício tinha a capacidade para receber 400 alunos e incluindo 100 internos. É relevante ressaltar que nesse mesmo período estavam sendo construídos os Liceus de São Luiz (Maranhão), de Vitória (Espírito Santo), de Pelotas (Rio Grande do Sul) e de Goiania (Goiás), e que receberem o mesmo tipo de construção e instalações do edifício de Manaus.

As instalações seguiam o mesmo padrão contendo:

vestíbulo e hall dos alunos, administração (diretoria, secretaria, arquivo, portaria e inspetoria), salas de aulas, oficinas, salas de desenho, gabinete médico e dentário com salas de espera, gabinetes de física, química e história natural, museu tecnológico, salas dos professores, arrecadação, depósito de artefatos e almoxarifado, auditório (platea, balcão, palco e despósito) refeitório, (copa, cozinha e despensa), biblioteca (depósito de livros e sala de leitura), dormitório, enfermaria, quarto do vigilante, campo de desportos, corredores e galerias de circulação, instalações sanitárias, residências do diretor e do porteiro. (CPDOC, 1940, p. 10).

Nesse sentido, no documento “O Ensino Profissional e o Estado Novo (1940)” consta que o ensino profissional expandiu e o Ministério da Educação e Saúde ao presenciar a criação das instituições, atribuiu-lhes de “novos, apropriados e magestosos prédios” (p.1), e equipou com “maquinário moderno e vultoso e criando novas secções de trabalho” (p.1). É importante destacar que no documento referente a Escola Técnica Nacional – 1937 (Rio de Janeiro) tinha um pavilhão para trabalhos femininos, o que não consta nas instalações das outras Escolas Técnicas, inclusive na Escola Técnica de Manaus, nesse contexto questiona-se: existia a presença feminina na Escola Técnica de Manaus? Se sim, como a presença feminina estava configurada na Escola Técnica de Manaus?

## **2.2 Estrutura predial: instalações da Escola Técnica de Manaus**

As primeiras instalações da ETM estavam configuradas em: edifício principal, ala direita e ala esquerda. Nesse contexto, de acordo com o “Relatório Referente aos Terrenos das Escolas de Aprendizes Artífices” (1937, p. 66, 68):

O edifício principal contém: vestíbulo e hall dos alunos; Administração (diretoria – secretaria – arquivos – portaria – inspetoria); Gabinete médico (Figura 23,p. 62) e dentário, com a respectiva sala de espera; 6 salas de aula com 2 salas de desenho com 3 gabinetes para Física – Química – História Natural; 1 museu tecnológico; Sala para docentes;Arrecadação – depósito de artefatos – almoxarifado; Instalações sanitárias; Circulação interna.

A ala esquerda compreende: Auditório – platéia e balcão; Palco; Depósitos; Biblioteca (depósito de livros e sala de leitura); Refeitório (Figura 22, p. 61); Cópia – cozinha – dispensa; Dormitório – enfermaria – cabine de zelador; Instalações sanitárias; Circulação interna.

A ala direita com os pavilhões das oficinas: 8 oficinas; 4 instalações sanitárias; Circulação interna; Galeria de ligação entre as alas, que serve também para o recreio dos alunos; Instalações sanitárias; Campo de desportos; Casa do diretor (Figura 21, p. 61), em 2 pavimentos, com 2 salas, 4 quartos, banheiro, água, cozinha, 2 varandas, 2 terraços, halls, quarto do

creado e W.C., com casa do zelador, em 1 pavimento, com 1 sala, 3 quartos, cozinha, banheiro e varanda.

A estrutura da construção das instalações estava de acordo com as exigências e necessidades do Governo Federal vigente em 1937, proporcionando uma localização de fácil acesso (MELLO, 2009) aos alunos, tendo a linha do bonde passando em frente da Escola (figura 17, p. 59), em comparação com a primeira instalação situada na Chácara Afonso de Carvalho (SOUZA, 2002) e assim, configurou um marco significativo para a história da instituição e do ensino profissional em Manaus.

O documento oficial – Histórico da Construção do Liceu Industrial de Manaus (1938), consta sobre o processo da construção das instalações, no qual no dia 22 de abril de 1937, o arquiteto Carlos Henrique Porto enviou para o Ministro da Educação Gustavo Capanema o anteprojeto das obras. O Ministro citou que para o Amazonas era necessário ter instalações para internato, devendo as obras estarem prontas no início de 1938. A empresa contratada Leão, Ribeiro & Cia Ltda, era do Rio de Janeiro, e aceitou realizar as obras, assim, o Ministro Capanema enviou um manuscrito para o presidente Getúlio Vargas solicitando autorização para início das obras e obteve a aprovação como resposta.

Arruda (2010) em sua Tese cita Barnard (1855) ao referir que este teórico “propôs dezessete princípios para a arquitetura escolar” e pode-se afirmar que esse período perpetuou e “influenciou a produção brasileira do final do século XIX e início do século XX. Constatase que dentre esses princípios três se aproximam das instalações da Escola Técnica:

- a) O local: um local, saudável, acessível de todas as partes da cidade ou bairro; longe da poeira, ruído e perigo da estrada;
- b) O terreno sempre grande para prever ampliações; [...] abertos, para recreação e lazer dos alunos;
- c) Preocupação com o conforto ambiental com passagem de ar fresco, arranjos da sala de aula com organização das carteiras; circulação para o professor; janelas seguras; paredes pintadas de branco. (ARRUDA, 2010, p.57).

No item– “a) O local”, observa-se que a Escola Técnica estava situada na Avenida Sete de Setembro, e entre as ruas Visconde de Porto Alegre, Ajuricaba, e Duque de Caxias no qual essas denominações referem-se a momentos e personalidades da história nacional e regional, trazendo prestígio para a instituição. O item – “b) o terreno”, de acordo com as figuras 17, 18, 19 e 20, localizadas na página 59 e 60, as instalações ocupam uma área ampla e plana, e com espaço para recreação e atividades físicas. O terceiro item – “c) preocupação com o conforto ambiental”, percebe-se nas figuras 17, 18, 19, 20, 21 e 22, localizadas na

página 59, 59, 60e 61, as janelas compridas facilitando a entrada da luz solar, e os prédios pintados de branco.

Segundo Frago e Escolano (2001):

[...] a escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas. Pode ser inclusive que a escola, do mesmo modo que a casa, conserve cumulativamente todos os significados e estruturas, sob a dominante cultural mais recente. (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 47).

De acordo com esses aspectos, a arquitetura escolar acompanha historicamente todas as transformações econômicas, políticas, culturais e sociais de uma sociedade, refletindo e influenciando dentro do seu espaço, os indivíduos, através das modificações externas.

### **2.3 O Ensino na Escola Técnica de Manaus**

Das transições nominais de Escolas de Aprendizizes Artífices (1909-1936), Liceu Industrial de Manaus (1937-1941), Escola Técnica de Manaus (1942-1965) às transformações na estrutura do ensino, Mello (2009) relata que no Regimento Interno da Escola Técnica de Manaus (1942), em consonância com a Lei Orgânica do Ensino (1942), a finalidade do atendimento na Instituição destinava-se:

- aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana;
- aos interesses das empresas, nutrindo-as segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra;
- aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilidade de eficientes construtores de sua economia e cultura. (MELLO, 2009, p.57).

Essa tríade: trabalhador – empresas – nação, estava interligada para propiciar mão de obra para o desenvolvimento da indústria no Brasil proposto pelo Estado Novo (1937-1945) através da escolarização das classes populares, enquanto a educação para a classe mais favorecida economicamente, era encaminhada para o ensino superior, e deixando explícito o dualismo na educação.

Maria Luísa Ribeiro (1981) afirma que com a Constituição de 1937 outorgada por Getúlio Vargas, a “orientação político-educacional capitalista” preparava os operários para as recentes exigências do mercado, e essa diferenciação entre a formação das classes favorecidas em oposição as classes menos favorecidas estava longe de ser resolvida.

A Constituição de 1937 expressa no art. 129 que o trabalho pré-vocacional profissional é destinado as classes menos favorecidas e o Estado ofertará para a juventude a “disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação” (BRASIL, 1937, p. 25).

No que se refere à preparação profissional do trabalhador:

- formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicos nas atividades industriais;
- dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhe aumentasse a eficiência e a produtividade;
- aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades dos trabalhadores diplomados ou habilitados;
- divulgar conhecimentos de atualidades técnicas. (MELLO, 2009, p. 57-58).

E no que estabelecia o ensino no Regimento Interno da Escola Técnica de Manaus:

- Os ofícios e técnicas deveriam ser ensinados nos cursos de formação profissional, com os processos de sua exata execução prática e também com os conhecimentos teóricos que lhe sejam relativos;
- A adaptabilidade profissional futura dos trabalhadores deveria ser salvaguardada, para o que se evitaria, na forma profissional, a especialização prematura e excessiva;
- No currículo de toda formação profissional, seriam incluídas disciplinas de cultura geral e práticas educativas, que ocorriam para acentuar e elevar o valor humano do trabalhador;
- O direito de ingressar nos cursos industriais, de maestria e técnicos era igual para homens e mulheres. A estas se permitiria trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhe fosse adequado. (MELLO, 2009, p.129).

Mello (2009) aponta que o Regimento da instituição – ETM, informava a finalidade de preparar os alunos para o trabalho industrial e qualificava-os para o melhor aumento da produtividade no mercado de trabalho. Essas atribuições também estão escritas no documento oficial da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) e a Escola Técnica adotava em seu Regimento Interno.

É possível notar no item 5 do Art. 5º “Presidirão ao ensino industrial os seguintes princípios fundamentais” da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), a desigualdade presente ao informar que as mulheres tinham o mesmo direito de ingresso nos cursos ofertados pela Lei, e assim, constata-se uma contradição no parágrafo seguinte: “a estas, porem, não se permitirá, nos estabelecimentos de ensino industrial, trabalho que sob o ponto

de vista de saúde, não lhes seja adequado” (BRASIL, 1942, p.2). Essa limitação confirmava a existência da divisão entre os gêneros nos estabelecimentos de ensino industrial e refletia no mercado de trabalho invisibilizando as mulheres.

Os antigos Liceus Industriais, através da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), deixaram de oferecer os cursos primários e passaram a “ministrar cursos de formação, de duração semelhante à do ensino secundário” (ROMANELLI, 1989, p. 168). Assim existia uma distinção entre a procura pela formação profissional de longa duração e a formação de rápida duração, e esta era mais almejada pelos alunos que já estavam trabalhando ou os que desejavam ingressar no mercado com mais facilidade.

Conforme o período de 1940 a 1960, em Manaus, a Escola Técnica passou por várias transformações para se adequar ao Decreto-Lei 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial. O ensino na Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) estava estruturado em dois ciclos. O primeiro abrangia os cursos: Industrial Básico, Mestria, Artesanal e Aprendizagem. O segundo compreendia: Ensino Técnico e Ensino Pedagógico. Os cursos estavam classificados em: Cursos Ordinários ou de formação profissional; Cursos Extraordinários ou de qualificação, aperfeiçoamento ou especialização profissional; e Cursos Avulsos ou de ilustração profissional.

Os Cursos Ordinários (1º ciclo), na Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), incluíam os Cursos Industriais, Mestria, Artesanais e Aprendizagem. De acordo com a referida Lei, os Cursos Industriais eram destinados ao ensino de um ofício de modo completo, necessitava de uma longa formação profissional com duração de quatro anos; os Cursos de Mestria formava o profissional diplomado em curso industrial para o exercício da função de mestre e com duração de dois anos; os Cursos Artesanais fornecia o ensino de um ofício de duração reduzida, com duração de um ou de dois anos; e os Cursos de Aprendizagem eram destinados a ensinar metodicamente o próprio ofício dos aprendizes dos estabelecimentos industriais em período variável e horário reduzido, com duração de um, dois, três ou quatro anos.

Fonseca (1962) descreve que os Cursos de Mestria nesse período não foram muito bem aceitos pelos egressos dos cursos industriais, que preferiam se matricular nos cursos técnicos. Os alunos que apresentavam o diploma de mestre não eram vistos com “bons olhos pela indústria”, devido a determinados cursos terem apenas dois anos de duração, o aluno poderia estar com dezoito anos e para a indústria essa idade “é muito pouco para quem vai desempenhar a função de mestre de oficina, quando terá de chefiar homens já encanecidos no trabalho e que não se sujeitam ao comando de um jovem, quase um menino” (FONSECA, 1962, p. 268).

Os Cursos Ordinários (2º ciclo) referem-se aos Cursos Técnicos destinados ao ensino de técnicas de caráter específico na indústria com duração de três ou quatro anos; e os Cursos Pedagógicos estabelecia a formação do pessoal docente e administrativo do ensino industrial com duração de um ano.

As modalidades dos Cursos Extraordinários eram os Cursos de Continuação que destinava aos jovens e adultos não diplomados ou habilitados uma qualificação profissional; os Cursos de Aperfeiçoamento e Cursos de Especialização ampliava os conhecimentos e capacidades ou ensinava uma especialidade definida aos trabalhadores diplomados ou habilitados em curso de formação profissional, aos professores (das disciplinas de cultura técnica ou de cultura pedagógica) e administradores de serviços relativos ao ensino industrial.

Os Cursos Avulsos estabeleciam o ensino de conhecimentos de atualidades técnicas aos interessados nessa modalidade.

De acordo com o Jornal do Comercio de 4 de fevereiro de 1945, a ETM realizava os exames vestibulares de aptidão mental, matemática e português para os Cursos Industrial, de Mestria e Técnico, e o ingresso de moças e rapazes com idade de 12 a 17 anos para o regime de internato e semi-internato. Nessa perspectiva, verificou-se que na ETM os exames vestibulares estavam seguindo as condições de admissão prevista no artigo 29 da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), e assim também se constatou um primeiro indício que a ETM oferecia matrícula para as mulheres.

Dessa forma, as modalidades de ensino da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) na Escola Técnica de Manaus estavam organizadas em “primeiro ciclo do ensino industrial que abrangia: ensino industrial básico e ensino de mestria; o segundo ciclo do ensino técnico, que compreendia o Ensino Técnico” (MELLO, 2009, p.130).

No documento “Relatório – relativo ao ano de 1947” da ETM, escrito pelo Diretor Interino - Carlos Garrido Teixeira<sup>18</sup> para o Chefe da Divisão do Ensino Industrial – Francisco Montojos, estava presente a descrição das atividades realizadas e de algumas necessidades que a escola estava passando, incluindo sobre o curso de mestria e técnico:

Sentimos a falta de professores para os cursos de Mestria e Técnico, uma das razões ponderáveis que contribuíram para que este último curso não funcionasse, apesar do apreciável número de candidatos que nos procuram continuamente, inquirindo-nos sobre em que tempo será possível a sua concretização. Sabemos, perfeitamente, da dificuldade que existe de selecionar-se professores para os cursos técnicos e de arregimentá-los para estas paragens de setentrão. As vantagens que se lhes offerssem não podem

---

<sup>18</sup> Mello (2009) relata que o Diretor Interino Carlos Garrido Teixeira era escriturário e assumiu a escola como substituto do Diretor Prof. Luiz Paulo Sarmiento que se afastou por motivos de saúde.

competir com outras tantas que lhes são concorrentes, dada a procura superar a oferta nos Estados sulinos, onde a industrialização é mais evidente. Aqui em Manaus, poucos são os engenheiros que podem candidatar-se às nossas cadeiras dos cursos técnicos, visto que os existentes em número diminuto, mal podem atender aos encargos que lhes são oferecidos pelo Estado. (TEIXEIRA, 1947, p. 7 – 8).

Assim, nesse período verificou-se a dificuldade de contratação de professores para os cursos de mestría e técnico devido à localização da ETM ser na Região Norte, a oferta nos Estados do Sul era mais atrativa financeiramente e o número reduzido de engenheiros que poderiam lecionar na escola, mas que não supria as necessidades do próprio Estado.

Em Manaus, a estrutura do ensino profissional na Escola Técnica estava configurada em Curso Industrial, Curso de Mestría e Curso Técnico. O Curso Industrial abrangia as Secções de Trabalhos de Metal e Artes Industriais; o Curso de Mestría tinha as Secções de Secções de Trabalhos de Metal e Artes Industriais; e o Curso Técnico, as Secções de Indústria Mecânica, Eletrotécnica, Indústria da Construção e Artes Industriais (figura 27, p. 64).

A Escola Técnica de Manaus oferecia no Curso Industrial e de Mestría as oficinas de: serralheria, marcenaria, artes do couro, alfaiataria, corte e costura, chapéus, flores e ornatos, e tipografia e encadernação. O Curso Técnico oferecia as oficinas de máquinas e motores, eletrotécnica, edificação, pontes e estradas e desenho técnico (figura 27, p. 64). Mediante esses aspectos, foi com o Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942 que foi aprovado o regulamento do quadro dos cursos do ensino industrial e apresentava as configurações de cada curso, secções e oficinas que foram adotadas na Escola Técnica de Manaus.

Analisando a figura 28, localizada na página 64, observou-se que no item Oficinas, o Curso Industrial teve mais da metade de suas oficinas funcionando e com o quantitativo maior de alunos matriculados. As oficinas do Curso de Mestría obtiveram um número menor de alunos em relação ao Curso Industrial. Por mais que Teixeira (1947) tenha expressado “a falta de professores para os Cursos de Maestría e Técnico”, pudemos verificar a ausência de alunos matriculados na oficina de “chap. flôres, etc”.

No entanto, as demais oficinas do Curso de Maestría tinham alunos matriculados nas oficinas de Marcenaria e Tipografia (Figura 28, p. 64), o que indica a falta de professores somente para a oficina de “chap. flôres, etc”. Nas oficinas do Curso de Técnico não constavam alunos matriculados, provando o seu não funcionamento na ETM, conforme o Relatório relativo ao ano escolar de 1947 que citou a ausência de professores para esse Curso, por mais que houvesse a procura de candidatos.

Dessa forma, Mello (2009) afirma que os Cursos de Mestria deixaram de fazer parte do currículo, os Cursos Artesanais não prosseguiram e os Cursos de Aprendizagem funcionaram até 1969. Esses cursos compreendiam o 1º ciclo do ensino industrial. Em relação ao 2º ciclo – ensino técnico e ensino pedagógico, na ETM somente funcionou o ensino técnico.

Nessa perspectiva, Fonseca (1962) revela que os Cursos Artesanais não funcionaram em nenhuma escola federal e, em 1945, Gustavo Capanema formou uma comissão para estudar a organização e os regimes das escolas artesanais, fato que foi interrompido pela deposição de Getúlio Vargas e impossibilitou a continuação daqueles estudos. (FONSECA, 1962, p. 268).

Constata-se também na figura 28, localizada na página 64, a presença de uma aluna diplomada no curso industrial com a especialidade – Corte e Costura, e de acordo com o documento oficial da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) e com o Quadro de matrículas da figura 27, localizada na página 64, o curso teve a duração de quatro anos, com as disciplinas de cultura geral (cursada na primeira metade do período letivo): português, matemática, ciências físicas e naturais, geografia do Brasil e história do Brasil; no segundo período letivo as disciplinas do Curso de Corte e Costura: tecnologia, desenho técnico, corte, costura, rendas e bordados, confecção de roupas brancas, confecção de vestuário de passeio, confecção de uniformes, e confecção de trajes de rigor.

Nessa configuração, a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) apresenta no parágrafo §2º, do capítulo VI “das práticas educativas” (no qual os alunos são obrigados a cursar determinadas práticas educativas), uma orientação sobre a educação das mulheres e informa que para as “mulheres se dará também a educação doméstica, que consistirá essencialmente no ensino dos misteres próprios da administração do lar” (BRASIL, 1942, p.8). Segundo Jane Almeida (1998):

A educação feminina, apesar da pretendida igualdade, diferenciava-se nos seus objetivos, pois, segundo os positivistas, o trabalho intelectual não devia fatigá-las, nem se constituir um risco a uma constituição que se afirmava frágil e nervosa, o que poderia, certamente, debilitar seus descendentes. Na realidade, o fim último da educação era preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e incumbir-se do cuidado com marido e os filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar uma profissão assalariada. (ALMEIDA, 1998, p.19).

Nota-se que a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) cita “educação doméstica” para as mulheres, como obrigação, independente do curso de sua escolha (curso industrial, de

mestria ou curso técnico), e assim, com Jane Almeida (1998), constata-se que esse processo da educação feminina era uma educação voltada somente para o ambiente doméstico sem perspectiva de crescimento no mercado de trabalho para as mulheres.

Para o ingresso nas escolas industriais, conforme a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), o aluno realizava exame vestibular e testes de aptidão mental e física, como forma de eliminar o caráter “assistencialista”, abandonando o critério de “miséria” e “pobreza” para acesso aos cursos profissionalizantes. (MELLO, 2009, p.58).

Nascimento (2007) dialoga sobre esse novo modo de ingresso nas escolas de ensino profissional, e informa as mudanças que levaram esse acontecimento:

O deslocamento do ensino profissional para o nível médio objetivava permitir que a escola primária tivesse como função principal a seleção dos “mais educáveis”. O sentimento que transparece – pelo menos em relação ao ensino profissional – é que as escolas de aprendizes artífices recrutavam os alunos possivelmente “menos educáveis”, devido naturalmente a suas origens sociais e culturais. Com essa nova graduação das etapas de escolaridade, “mesmo que o ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário urbano, seu potencial de aprendizagem seria, muito provavelmente, superior a dos ‘desvalidos’ da situação anterior. (NASCIMENTO, 2007, p.192).

A partir desse contexto, a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) instituiu um novo olhar para o ensino profissional, não mais como uma norma utilizada para o ingresso somente para as classes menos favorecidas, mas, para todos os jovens que tivessem interesse e que apresentasse não ser portador de doença, estar vacinado, ter doze anos feitos e ser menor de dezessete anos, ter cursado o ensino primário, possui capacidade física e aptidão mental, e ser aprovado nos exames vestibulares.

O caráter assistencialista do Ensino Profissional destinado aos pobres foi abordado na Constituição brasileira de 1937, no artigo 129, elaborado pelo ministro Francisco Campos, e descreve:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das industriais e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937, p. 23).

Mediante essa circunstância, nota-se que historicamente a característica principal do ensino profissional era destinada para as classes menos favorecidas, e com as transformações sucedidas a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), através da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024/61), essa distinção mudou.

Romanelli (1989) afirma que na Constituição de 1937 o dever do Estado passa a ser “uma ação meramente supletiva” (p.153). O ensino profissional estava direcionado especificamente para formação dos filhos das classes menos favorecidas, e mesmo citando que as escolas de aprendizes também poderiam ser destinadas aos associados das indústrias e sindicatos. Ribeiro (1981) enfatiza que “a “paz social” seria conseguida pela formação eficiente da elite, que teria a função social de conduzir as massas, o povo passivo” (RIBEIRO, 1981, p.138).

A articulação para o ensino superior foi um processo que durou quase 20 anos para que os concluintes do ensino profissional pudessem ter acesso sem restrições, independente de sua classe econômica. Nesse contexto, é necessário citar quatro leis que nortearam e efetivaram esse processo. Nascimento (2007) afirma que:

As disciplinas constantes dos currículos dos cursos profissionais, até 1959, eram distribuídas para atender basicamente a dois objetivos: contribuir para a formação profissional na atividade focada pelo curso e dificultar, ao máximo, a migração para o ensino secundário. Isso era feito, evidentemente, sob o argumento de que o objetivo do ensino profissional era formar o operário. (NASCIMENTO, 2007, p.231).

Entende-se que o aluno ao ter cursado o primeiro ciclo do ensino profissional e desejasse o ingresso no segundo ciclo do ensino secundário (propedêutico), deveria se matricular novamente e cursar todo o período referente o almejado. Nessa mesma perspectiva, acontecia ao término de qualquer curso técnico de nível médio e o aluno desejasse ir para o ensino superior, o mesmo teria que “frequentar o segundo ciclo do curso secundário” (NASCIMENTO, 2007, p.232).

Primeiramente com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) o ingresso ao ensino superior estava sob a condição de que o curso técnico concluído fosse diretamente relacionado com o curso superior pretendido. Esse regulamento era somente para os alunos provenientes do ensino profissional, aqueles historicamente denominados de “classe menos favorecida.” Para os alunos do ensino secundário propedêutico, o acesso era facilitado devido a essa modalidade estar voltada para a educação das classes dominantes<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Em 1942, Manaus estava passando por um período difícil na economia devido principalmente ao fim do ciclo da borracha, e Agnaldo Figueiredo (2015, p.1) relata como estava configurada economicamente a população

A segunda é a Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950, que assegurou aos estudantes que concluírem o curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito a matrícula nos cursos clássico e científico, com a ressalva de que os mesmos prestem exame das disciplinas não estudadas nos cursos (comercial, industrial ou agrícola) e compreendidas no primeiro ciclo do curso secundário (art. 1º).

A terceira refere-se à Lei nº 1.821, 12 de março de 1953<sup>20</sup>, (regulamentada pelo Decreto nº 34.330, de 21 de outubro de 1953), que dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. No art. 1º, a matrícula na primeira série do curso clássico ou científico é indicada para os estudantes que concluíram o curso ginásial, curso comercial, industrial ou agrícola. O art. 2º, informa que para a matrícula na primeira série de qualquer curso superior, o estudante deve realizar exames vestibulares e ter concluído um dos cursos técnicos do ensino comercial, industrial ou agrícola, com a duração mínima de três anos.

Destaca-se também no art. 3º, em que o Poder Executivo estudou os procedimentos necessários para estabelecer um regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio a fim de possibilitar maior liberdade de movimento de um para o outro ramo desse ensino e de facilitar a continuação dos estudos para os estudantes em grau superior.

Foi com a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que houve alterações e flexibilidade no acesso ao ensino secundário, como foi citado no art. 34 – “o ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário”; e superior sem a obrigação do aluno

---

manauara: “Manaus era dividida em duas classes sociais bem distintas em relações aos seus interesses e propósitos - a classe dos pequeno-burgueses e a dos trabalhadores. O que poderia se chamar de burguesia em Manaus era um seletto grupo de comerciantes, geralmente lojistas, de origem árabe, judia, síria, libanesa e portuguesa, bem como dos herdeiros da “era do fausto”, a maioria dedicados ao comércio de armarinhos, tecidos importados, material de construções, móveis e secos e molhados, agrupados em torno da Associação Comercial do Amazonas, longe de se constituírem como uma classe social abastada, cuja convivência existencial e moral se confundiam com a própria classe média, por adotarem estilo de vida e valores semelhantes”.

Samuel Benchimol (2009) ainda afirma sobre a falta e a pouca presença de caboclos e índios que ascenderam socialmente, sendo eles “a massa crítica da população regional, empobrecida e esquecida” (p.93). A elite Manauara de 1940 era composta principalmente pelos portugueses e seus descendentes “os lusos e seus descendentes tinham uma participação de 38,32% do universo de empresas exportadoras, importadoras, aviadoras, atacadistas e varejistas da cidade. Dominavam, portanto, o setor terciário mercantil e de serviços” (p.94). Após 1940 o fluxo migratório ocorreu com os “judeus, sírio-libaneses, cearenses, gaúchos, paulistas, japoneses e outros grupos contemporâneos, extemporâneos ou distanciados no tempo, vieram concorrer e competir no mercado com os seus novos estabelecimentos comerciais” (p. 94).

<sup>20</sup>A respectiva Lei também faz referência as modalidades de ensino normal, curso de formação de oficiais pelas policias militares das unidades federadas, curso clássico e científico, curso de seminário. Para esse momento o foco será para o ensino profissional.

continuar na mesma formação, e possibilitando o ingresso em outras áreas. Nogueira (2016) afirma que:

o fato da flexibilização do acesso a qualquer curso superior não era garantia de condições formativas iguais. Não obstante, a integração entre o ensino profissional e ensino médio na estrutura estabelecida após a Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61 significou a aglutinação dos cursos no ciclo colegial. (NOGUEIRA, 2016, p. 36).

Percebe-se essa distinção no art. 49, parágrafo 1º - no qual as duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa; parágrafo 2º - o 2º ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do colegial secundário, sendo uma optativa.

A luta do ensino profissional pelo reconhecimento na educação foi um processo árduo desde a sua criação em 1909 pelo presidente Nilo Peçanha, até esse momento com a LDB – Lei 4.024/61. Devido as discriminações contra esse ensino, limitações de acesso para outras modalidades, a influência do momento histórico, a política vigente, observa-se pequenas transformações no qual a Escola Técnica de Manaus (1942-1965) foi adequando seu currículo e sua identidade nesse período, e promoveu uma educação de qualidade.

#### **2.4 O funcionamento na Escola Técnica Federal do Amazonas: 1965 – 1971**

Para este item será contextualizada uma breve história da Escola Técnica Federal do Amazonas (Figura 29, p. 64) até o ano de 1971, no qual permaneceu com esta denominação até fevereiro de 2001. Vale ressaltar para esta pesquisa, que o recorte do período até 1971, diz respeito a um documento encontrado no Arquivo Geral do IFAM<sup>21</sup> e retrata sobre uma Deliberação de 8 de janeiro de 1971, e o conteúdo “determina a admissão de alunas – sexo feminino, aos cursos ministrados na ETFA.” De acordo com este documento, questiona-se o porquê dessa oferta implementada a partir de 1971? A partir de que ano a Escola Técnica deixou de receber as alunas? Existiam outras mulheres na instituição nesse período?

De acordo com a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que transformou as escolas técnicas em autarquias, disponibilizando autonomia pedagógica e financeira, na Escola

---

<sup>21</sup> IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (atual nomenclatura da antiga Escola Técnica).

Técnica de Manaus com essa Lei, iniciou-se a oferta de cursos de 2º grau profissionalizante. No documento - Assim é o DAE<sup>22</sup> (1999):

a política de industrialização do governo Juscelino Kubstcheck e, posteriormente, a implantação da Zona Franca de Manaus no Governo Castelo Branco, provocaram um novo surto de crescimento na educação tecnológica, levando a Escola Técnica de Manaus a modernizar seus laboratórios, adquirir equipamentos atualizados e reciclar seu corpo docente, com cursos especializados no sul do país. (p. 07).

Em 1965, através da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965 que dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais, ocorre a transformação da Escola Técnica de Manaus para Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM). Na Lei, o Art 1º informa: “as Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado.” Na Escola Técnica a modificação ocorreu no mesmo ano e denominou-se Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM).

Essas transformações “foram sendo regulamentadas juntamente com o ensino, conforme o projeto de governo do momento, que tinha como meta o desenvolvimento do país” (LOBATO, 2012, p.43). De acordo com Nogueira (2016), a ideologia do desenvolvimento cumpriu no campo ideológico o que foi formalizado legalmente:

[...] a política educacional brasileira, articulada nacionalmente a partir da década de 1930, sintetiza a redenção da questão política à questão econômica, uma vez que uma análise da educação como prática social e uma das mediações da relação Capital X Trabalho demonstra que os textos legais foram ajustados para atender às demandas capitalistas em território brasileiro. A partir da década de 1960 e 1970, foram orquestrados pela ideologia do desenvolvimento, na década de 1990, atenderam aos princípios neoliberais e, a partir da década de 2000, ressuscitaram a falácia do desenvolvimento para *combater* a onda neoliberal sem ameaçar a ordem capitalista. (p.30).

Tais demandas significaram a influência do sistema capitalista em tornar o Brasil um país industrializado e cada vez mais dependente da política liberal internacional.

A estruturação do ensino industrial serviu a esses propósitos, marcados por uma política de educação, com forte apoio militar, voltada para a profissionalização em nível médio, com os cursos técnicos. (SILVA; MEDEIROS NETA, 2017).

---

<sup>22</sup> DAE – Departamento de Apoio ao Ensino.

Durante esse período, a ETFAM passou a ofertar cursos técnicos em eletrotécnica, mecânica, química e saneamento para atender a demanda do Polo Industrial da Manaus (PIM) (MELLO, 2009). Nesse sentido, no documento “Assim é o DAE (1999)”, encontrado na biblioteca do IFAM:

Em 1967 a Escola Técnica Federal do Amazonas entregava ao Parque Industrial de Manaus a primeira turma de técnicos de 2º grau, na modalidade Eletrotécnica, vindo em seguida os técnicos em Edificações, em um crescimento de novos cursos que perdura até os dias de hoje.

Esse documento confirma o real papel desta instituição na sociedade capitalista em Manaus por meio da necessidade de trabalhadores, com o advento do PIM, em preocupar-se em inserir os jovens nas indústrias e assim, a ETFAM ampliou o quadro de cursos e matrículas para suprir essa demanda.

Com o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, houve a regulamentação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e oportunizou um novo olhar ao mercado de trabalho, assim como descreve no art 1º:

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecidas com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

Esse contexto foi favorável para a ETFAM que investiu na qualidade do ensino e para que o acesso no mercado de trabalho industrial fosse facilitado para os alunos.

O Jornal do Comercio de 8 de novembro de 1969 publicou uma nota informando que a SUFRAMA<sup>23</sup> iria realizar uma pesquisa para aumentar o parque industrial de Manaus e verificar quais as necessidades de mão de obra para “qualificá-la”, e com os resultados, a Escola Técnica prepararia os estudantes “adestrando-os no ramo das atividades que exercerão após o término do curso”. Tal ação se configura como um aparelhamento da escola pública pela demanda privada.

---

<sup>23</sup>SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus, autarquia que administra a Zona Franca de Manaus.

Mourão (2006) também relata as transformações ocorridas na cidade com a Zona Franca:

[...] as condições desencadeadas pelo modelo Zona Franca de Manaus demonstram que a forma como vem se dando o processo de modernização da economia regional desencadeou processos sociais que promoveram a proletarização das populações. Assim, um contingente significativo de pessoas, de diferentes culturas, foi mobilizado para a cidade de Manaus, com a expectativa de melhores condições de vida, uma vez que a cidade concentra as indústrias, as matérias-primas, os meios de circulação, a força de trabalho, o exército industrial de reserva e as pessoas consideradas consumidoras. (MOURÃO, 2006, p. 130).

Assim, nessa perspectiva a implantação da Zona Franca trouxe modificações não só na educação e economia, como também no crescimento da sociedade em Manaus com a vinda de pessoas do interior e de outros Estados, alterando o modo de vida na capital.

## **2.5 Política Educacional para o Ensino Profissional**

Para compreender a ascensão do Ensino Profissional no Brasil destaca-se que foi na época do Estado Novo (1937-1945) que ocorreu a expansão desse ensino, e assim, sucedeu um momento histórico marcado pelo governo autoritário de Getúlio Vargas no qual assegurava “poderes irrestritos ao presidente” e redefiniu a “estrutura do Estado e suas relações com a economia e a sociedade” (VIEIRA, 2008; MACHADO, 1980).

No período de 1942 a 1946, foi organizada uma série de Decretos e Leis denominadas Leis Orgânicas do Ensino e conhecidas como Reforma Capanema, elaborada pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, e que constituiu uma nova organização para o ensino. As respectivas Leis constituíram-se em onze documentos para a orientação do ensino industrial, secundário, comercial, primário, normal e agrícola.

Os primeiros Decretos-Leis (1941 a 1943) foram contemplados na gestão de Getúlio Vargas e do Ministro da Educação Gustavo Capanema:

Quadro 1. Decretos-Leis (1941 a 1943).

Decretos-Leis	Descrição
Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942	Lei Orgânica do Ensino Industrial : organizou o ensino industrial.
Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942	Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).
Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942	Lei Orgânica do Ensino Secundário: organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos.
Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943	Lei Orgânica do Ensino Comercial: reformou o ensino comercial.

Fontes: Decreto-lei nº 4.073 (BRASIL, 1942a); Decreto-lei nº 4.048 (BRASIL, 1942b); Decreto-lei nº 4.244 (BRASIL, 1942c); Decreto-lei nº 6.141 (BRASIL, 1943). Elaborado pela pesquisadora.

Sob o governo de José Linhares e do Ministro da Educação e Saúde Raul Leitão da Cunha foi promulgado em 1946 os seguintes Decretos-Leis:

Quadro 2. Decretos-Leis (1946).

Decretos-Leis	Descrição
Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946	Lei Orgânica do Ensino Primário: organizou o ensino primário a nível nacional.
Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946	Lei Orgânica do Ensino Normal: organizou o ensino normal.
Decretos-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
Decreto-lei nº. 9.613 de 20 de agosto de 1946	Lei Orgânica do Ensino Agrícola: organizou o ensino agrícola.

Fontes: Decreto-lei nº 8.529 (BRASIL, 1946a); Decreto-lei nº 8.530 (BRASIL, 1946b); Decreto-lei nº 8.621 (BRASIL, 1946c); Decreto-lei nº 9.613 (BRASIL, 1946d). Elaborado pela pesquisadora.

Foi com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) que o ensino profissional teve um relevante destaque no Brasil e conseqüentemente devido o desenvolvimento industrial que apontou a necessidade de mão de obra qualificada para o mercado, principalmente para o trabalho nas indústrias.

Ao atribuir para as empresas industriais o “dever de formar sistematicamente em escolas os seus aprendizes”, a Constituição de 1937 aderiu a “experiência alemã de ensino industrial, adotada na segunda metade do século XIX e que foi assimilada espontaneamente

pelos países industrializados” (NASCIMENTO, 2007, p. 191), “Áustria, Inglaterra, Suíça e França” (FONSECA, 1962, p.479).

Fonseca (1962) explica que a Alemanha nesse processo adotou em 1869 o Reich-Gewerb (Código Industrial do Império) e estabelecia em seu artigo 120:

“Os industriais devem conceder a seus empregados de menos de 18 anos de idade, que seguem cursos em uma escola de aperfeiçoamento, o tempo necessário para frequentá-la; este tempo é estabelecido pelas autoridades”. Por “escola de aperfeiçoamento” entendiam um estabelecimento de ensino, sem oficinas, onde os estudantes pobres que trabalhassem em fábricas, casas de comércio, ou oficinas particulares, pudessem encontrar os conhecimentos teóricos que faltassem à sua instrução, os quais seriam, na maioria das vezes, desenho, modelagem e tecnologia do ofício. (FONSECA, 1962, p.478).

Assim, Nascimento (2007) afirma que o Ministro Gustavo Capanema em 1941 organizou uma comissão de educadores que estabeleceram diretrizes para o ensino profissional no âmbito público e privado, e efetivava o que estava escrito no artigo 129 da Constituição de 1937.

Em 1942 o decreto da Lei Orgânica do Ensino Industrial e o decreto do Serviço Nacional da Aprendizagem (SENAI), foram assinados simultaneamente cujo desenvolvimento do processo foi planejado por Getúlio Vargas. Esse movimento ocorreu devido a distinção entre as escolas industriais e escolas de aprendizagem no que se refere a formação profissional, e aos alunos que frequentavam as escolas de aprendizagem já estarem trabalhando (o que não ocorria nas escolas industriais).

A formação no curso de aprendizagem “era entendido como uma parte da formação pretendida pelo curso básico industrial” aos alunos dos “estabelecimentos industriais” (BRASIL, 1942), e assim, a duração do curso de aprendizagem seria de um a quatro anos. Houve uma modificação no decreto permitindo o ingresso desses alunos (que tivessem completado 2 anos no mínimo) na 2ª série do curso básico industrial. (CUNHA, 2000).

Dessa forma Cunha (2000) descreve esse movimento como “um conflito entre a pretensão do Ministério da Educação de controlar todo o ensino industrial, inclusive a aprendizagem” e “a orientação da Presidência da República, partidária do seu controle pelas entidades patronais via Ministério do Trabalho” (CUNHA, 2000, p.101).

### a) A Lei Orgânica do Ensino Industrial

O artigo 1º do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 estabelece:

as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. (BRASIL, 1942, p.1)

Essa legislação organizava o ensino industrial em 2 ciclos, sendo que o primeiro refere-se ao ensino industrial básico, o ensino de maestria, o ensino artesanal e ensino de aprendizagem; e o segundo abrange o ensino técnico e o pedagógico. Cunha (2000) descreve que houve o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio, os cursos de mestria e de artesanato “tiveram duração efêmera ou nunca funcionaram” e não se encontra os registros nas “estatísticas do Ministério da Educação” (p.100).

Assim os cursos de ensino industrial básico e o de aprendizagem foram desenvolvidos em instituições distintas. O ensino industrial básico seria desenvolvido nas Escolas Técnicas com ofícios que tivessem longa duração em oficinas especializadas. A modalidade – Aprendizagem, seria ministrada em “serviços” associando escola e trabalho, e ao “ensino de parte de cada ofício industrial” (CUNHA, 2000, p. 96).

Fonseca (1962) relata que a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942):

Estabeleceu, ainda, uma medida de extraordinária importância quando definiu o ensino industrial como de segundo grau, em paralelo com o ensino secundário. Deixava êle, assim, de pertencer ao grau primário, situando-se no mesmo nível que o secundário. (p. 266).

Nesse momento a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) foi essencial para os jovens de todas as classes sociais que iniciavam os estudos no ensino profissional e almejavam continuar os estudos no ensino superior, mas somente era permitido o ingresso nos cursos de “engenharia, arquitetura, química e belas artes” (FONSECA, 1962, p. 267), que fosse referente ao curso concluído nas escolas técnicas.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) apresenta três momentos referentes à distinção da educação para os homens e educação para mulheres: Capítulo I - Conceitos Fundamentais do Ensino Industrial, Capítulo VI - Práticas Educativas, e Título V do Capítulo III - Providencias para o desenvolvimento do ensino industrial. Nesse último item do Decreto-Lei fica evidente essa disparidade:

Art. 73. Providenciarão ainda os poderes públicos, na medida conveniente, a instituição de estabelecimentos de ensino industrial para frequência exclusivamente feminina, e destinados à preparação para profissões a que se dediquem principalmente as mulheres. (BRASIL, Decreto-Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, p.22).

No Amazonas, o Art. 73 em relação à Escola Técnica não se conseguiu verificar a sua aplicabilidade nos cursos da escola pela ausência de documentos que trouxessem essa informação, por mais que, na Lei, a possibilidade do ingresso das mulheres no ensino industrial fosse divulgada como uma “medida conveniente”, limitando a sua formação e a frequência somente em determinados cursos e em instituições exclusivamente feminina.

#### **b) SENAI - Serviço Nacional da Aprendizagem dos Industriários**

O Serviço Nacional da Aprendizagem dos Industriários (SENAI) foi promulgado pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 e no artigo 1º do decreto refere-se a organização, administração, em todo o país, de escolas de aprendizagem para industriários. Após a crise econômica de 1930, esse novo momento de expansão da indústria pretendia atender o mercado com mão de obra e qualificar os menores aprendizes.

De acordo com esse Decreto-Lei, as escolas de aprendizagem seriam de dois tipos: as estabelecidas junto às próprias empresas e as mantidas pelo sistema oficial de ensino, as disciplinas seriam de formação geral, de formação técnica e de práticas das operações do ofício. (ROMANELLI, 1989, p.166).

Houve modificações no Decreto-Lei que instituiu o SENAI para o Decreto-Lei nº 4.936, de 7 de novembro de 1942, que ampliou as escolas de aprendizes atingindo o setor dos transportes, das comunicações, da pesca, e passou a denominar-se Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

No documento “Informações Relativas ao Ensino Industrial (1944)”, destaca que o SENAI “mantém no país 77 escolas de aprendizagem, nas quais se achavam matriculados, em 1945, 15.642 alunos, dos quais 10.636 menores e 5.006 adultos” (CPDOC,1944, p.5).

Cunha (2000) afirma que a função da indústria era:

elevar o Brasil ao nível das nações civilizadas, pois ela permitiria ao país possuir os atributos próprios dos países da Europa e dos Estados Unidos. Só a indústria poderia resolver os problemas econômicos que afligiam o Brasil, pois só ela seria capaz de propiciar o desenvolvimento das forças produtivas, estabilizar a economia e levar o progresso a todas as regiões. (CUNHA, 2000, p. 94).

Assim, nesse período o SENAI iniciou um ciclo positivo no desenvolvimento do ensino profissional no Brasil, e com a participação das empresas nesse ensino possibilitou que o mercado contratasse e qualificasse com rapidez os trabalhadores com a finalidade de acompanhar a “expansão econômica da época” (ROMANELLI, 1989, p.168).

Para explicar como se configurava em Manaus, Fonseca (1962) afirma que o início do funcionamento do SENAI foi em 1947 até 1951 (sob o chamado regime de acordo)<sup>24</sup>, após esse período houve a inauguração da Escola SENAI de Manaus no dia 15 de fevereiro de 1959 sob a direção de José Florêncio da Cunha Batista (Delegado Regional do SENAI no Estado), e oferecia, inicialmente as oficinas de carpintaria e marcenaria.(p.17).

Nascimento (2007) destaca sobre a criação do SENAI ao referir como uma “estratégia oficial do governo”:

A tática governamental ao criar um organismo mantido e administrado pela própria indústria com o propósito de formar e especializar mão-de-obra que de fato atendesse as necessidades produtivas, o que não fora atingido pelas escolas que ministravam o então denominado ensino industrial, foi nitidamente uma estratégia oficial do governo (fora do sistema educativo geral de educação) para a formação de trabalho do país. (NASCIMENTO, 2007, p.216).

Nesse levantamento observa-se que o SENAI foi criado para o ensino dos aprendizes industriais com a duração da formação menor, em relação às Escolas Técnicas, para suprir com mais rapidez “as necessidades produtivas” da economia.

### c) **Lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**

A nova reorganização do ensino industrial se deu em 1961 através da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961<sup>25</sup> pelo presidente João Goulart. E para que a primeira LDB fosse aprovada e implementada, a mesma passou por debates entre os que defendiam o ensino regido pelas empresas e instituições privadas, e os declaravam que a educação deveria ser laica e pública.

A estrutura da respectiva Lei estabelecia as formulações curriculares para ensino pré-primário, o primário, o médio e o superior. No capítulo III – do ensino técnico, o Art. 47

---

<sup>24</sup>Nesse período o SENAI não tinha prédio próprio e funcionava em escolas oficiais existentes, mediante acordo com as autoridades competentes, ou alugou, para aquele fim, prédios particulares, neles instalando seus cursos. (FONSECA, 1962, p.500).

<sup>25</sup> A Lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi a primeira Lei que organizou o ensino no Brasil. A Lei passou por uma reformulação em 1971 – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que não será trabalhada nesta pesquisa devido ao recorte temporal de acordo com a Deliberação encontrada no Arquivo Geral do IFAM ser datada no dia 8 de janeiro de 1971, anterior a segunda reformulação da LDB.

afirma que o ensino técnico de grau médio abrange os cursos industrial, agrícola e comercial. A estrutura desses cursos foi designada em dois ciclos: o ginásial com duração de quatro anos e o colegial com duração mínima de três anos. (BRASIL, 1961).

A estrutura na base curricular foi fundamental para que formalmente<sup>26</sup> o acesso à educação não tivesse distinção de classe econômica e a articulação do ensino profissional ao ensino primário e secundário evidenciava o livre acesso ao ensino superior daqueles estudantes que tinham cursado qualquer um dos cursos profissionais.

---

<sup>26</sup> Nogueira (2016, p.36) afirma que “o fato da flexibilização do acesso a qualquer curso superior não era garantia de condições formativas iguais. [...] A igualdade formal estabelecida na LDBEN só faz sentido quando consideradas as determinações do sistema de produção capitalista do qual o Brasil sempre foi parte constituinte”.



**Figura 13.** Penitenciária.

**Fonte:** CPDOC. Arquivo Digital. Aspectos da cidade de Manaus, set. 1933.



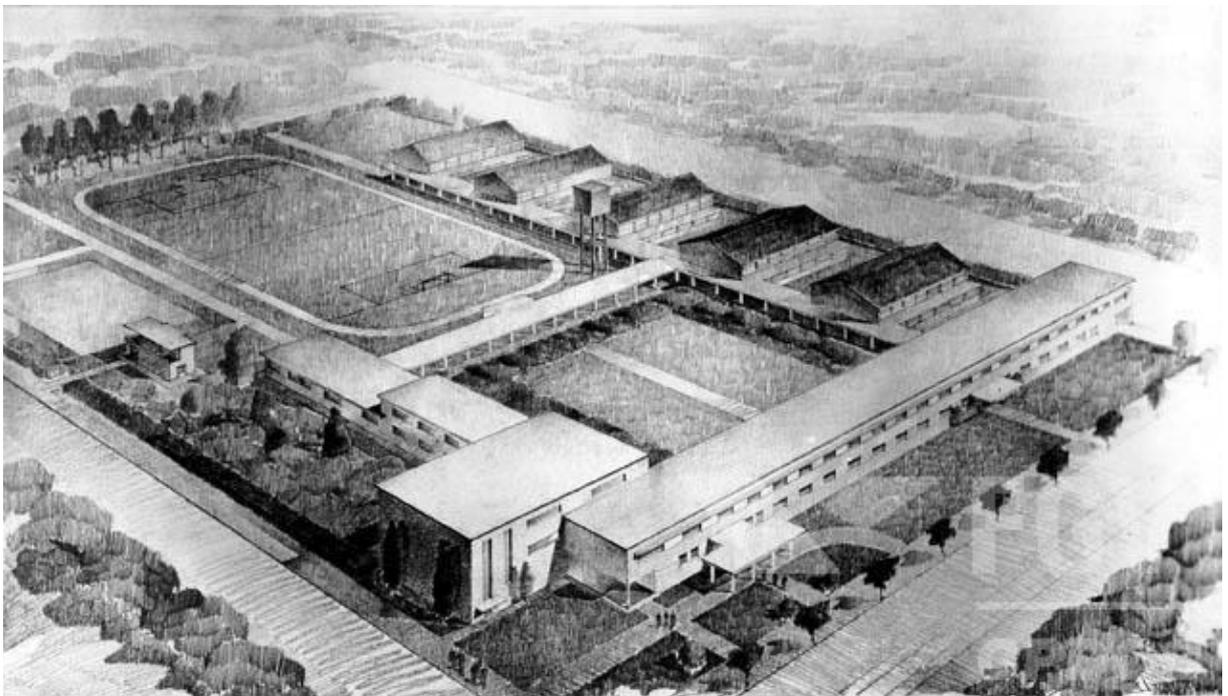
**Figura 14.** Escola de Aprendizes Artífices.

**Fonte:** CPDOC. Arquivo Digital. Aspectos da cidade de Manaus, set. 1933



**Figura 15.** Fachada da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, em 1923.

**Fonte:** Museu Moacir Andrade.



**Figura 16.** Novas Instalações da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, em Manaus.

**Fonte:** CPDOC. Arquivo Digital. Aspectos de maquetes, instalações e atividades de instituição de ensino industrial amazonense, bem como de desfile comemorativo ao Dia do Trabalho, 1934-1945.



**Figura 17.** Escolas de Prendizes Artífices do Amazonas, em Manaus.

**Fonte:** CPDOC. Arquivo Digital. Aspectos de maquetes, instalações e atividades de instituição de ensino industrial amazonense, bem como de desfile comemorativo ao Dia do Trabalho, 1934-1945.



**Figura 18.** Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, em Manaus.

**Fonte:** CPDOC. Arquivo Digital. Aspectos de maquetes, instalações e atividades de instituição de ensino industrial amazonense, bem como de desfile comemorativo ao Dia do Trabalho, 1934-1945.



**Figura 19.** Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, em Manaus.

**Fonte:** CPDOC. Arquivo Digital. Aspectos de maquetes, instalações e atividades de instituição de ensino industrial amazonense, bem como de desfile comemorativo ao Dia do Trabalho, 1934-1945.



**Figura 20.** Vista da quadra de voleibol da escola em 1948.

**Fonte:** Museu Moacir Andrade.



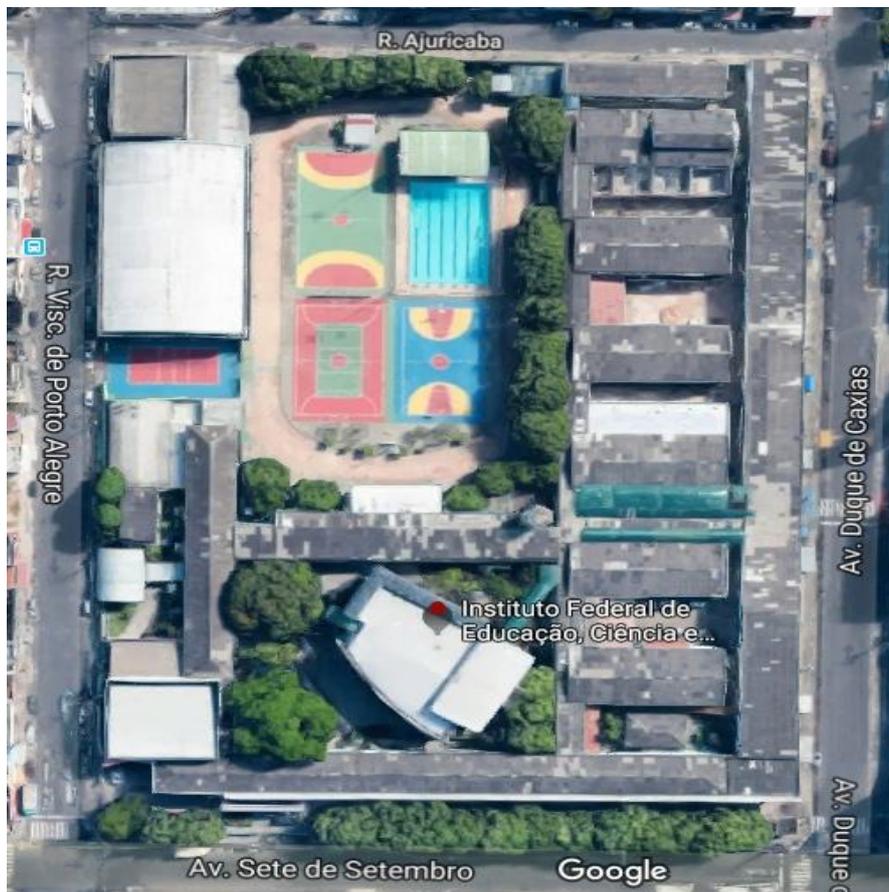
**Figura 21.** Residência do Diretor da Escola, situada à Rua Visconde de Porto Alegre em 1948.  
**Fonte:** Museu Moacir Andrade.



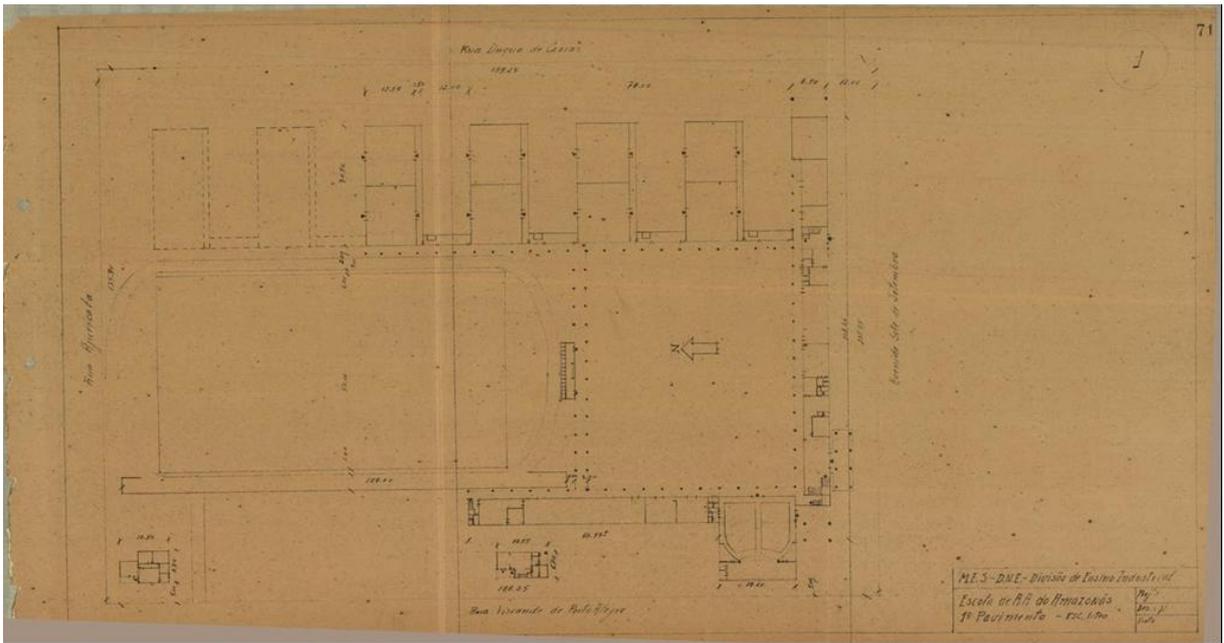
**Figura 22.** Vista Parcial do refeitório dos alunos em 1948.  
**Fonte:** Museu Moacir Andrade.



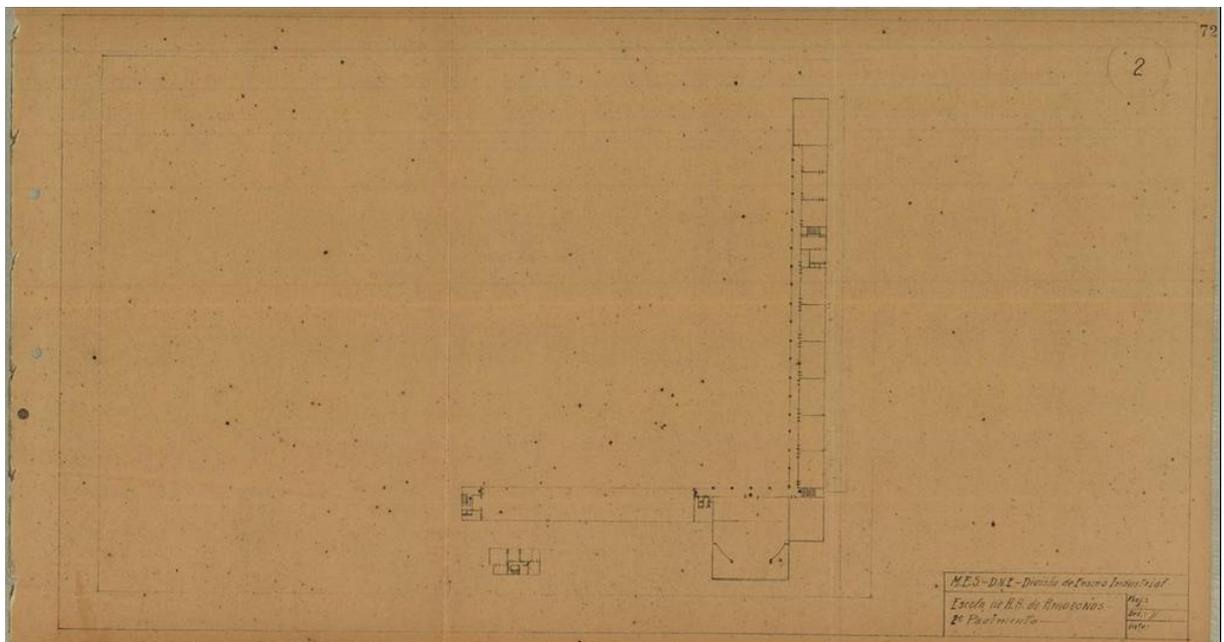
**Figura 23.** Gabinete médico da escola em 1950.  
**Fonte:** Museu Moacir Andrade.



**Figura 24.** IFAM (antiga Escola Técnica Federal do Amazonas).  
**Fonte:** Google Maps, 2018.



**Figura 25.** Escola de Aprendizes Artífices, 1º pavimento.  
**Fonte:** CPDOC. O novo prédio, 1939



**Figura 26.** Escola de Aprendizes Artífices, 2º pavimento.  
**Fonte:** CPDOC. O novo prédio, 1939.

— 19 —

### QUADRO DE MATRICULAS

Por Secções - Oficinas - Cursos - Séries  
-1947-

SECÇÕES	OFICINAS	SÉRIES				TOTAL
		1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	
T. METAL A. INDUSTRIAIS	C. INDUSTRIAL					
	Serralheria	64	15	9	4	92
	Marcenaria	11	6	1	2	20
	Art. do Couro	—	1	—	2	3
	Alfaiataria	10	7	1	2	20
	C. e Costura	20	7	4	1	32
	Chap. Flocos, etc.	—	—	—	—	—
Tip. e Enrad.	16	4	5	5	30	
	TOTAIS	121	—	20	16	197
T. METAL A. INDUSTRIAIS	C. DE MESTRIA					
	Serralheria	1	—	—	—	1
	Marcenaria	3	2	—	—	5
	Artes de Couro	1	—	—	—	1
	Alfaiataria	3	—	—	—	3
	Corte e Costura	1	—	—	—	1
	Chap. Flocos, etc.	—	—	—	—	—
Tip. e Enrad.	2	5	—	—	7	
	TOTAIS	11	7	—	—	18
IND. MECÂNICA L. DE CONTRUÇÃO A. INDUSTRIAIS	C. TÉCNICO					
	Maq. e Motores	—	—	—	—	—
	Eletrotécnica	—	—	—	—	—
	Edificação	—	—	—	—	—
	Cons. P. e est.	—	—	—	—	—
	Desen. Técnico	—	—	—	—	—
	TOTAL GERAL	132	47	20	16	215

VISTO  
Carlos Garrido Teixeira  
(Diretor, Integro, M)

**Figura 28.** Quadro de matrículas – por secções – oficinas – cursos – séries.  
**Fonte:** IGHA. Relatório relativo ao ano escolar de 1947.

— 29 —

### Alunos Diplomados

-1947-

NOMES	SECÇÃO	CURSOS	ESPECIALIDADE
Djanil Botelho Buás	A. Industriais	C. Industrial	Tipografia
José Carlos Lopes	"	"	Tipógrafo
José Orestes de Holanda	T. de Metal	Serralheria	Serralheiro
João Murilo Cantalice	"	"	"
Maria Frutuosa Pinto	A. Industriais	C. e Costura	Costura e Costura
Walmir Machado Siqueira	"	Tipografia	Tipógrafo
		C. MESTRIA	
Agnus Carvalho Veloso	"	Marcenaria	Marceneiro
Alfredo Barbosa Salerno	"	"	"
Celso Rodrigues Façanha	"	Tipografia	Tipógrafo
Luiz Lessa Lima	"	"	"
Moacir de Almeida Siqueira	"	"	"
Raimundo Antonio Alves	"	"	"
Virgílio Barbosa Salerno	"	"	"

**Figura 27.** Alunos Diplomados – 1947.  
**Fonte:** IGHA. Relatório relativo ao ano escolar de 1947.



**Figura 29.** ETFAM.  
**Fonte:** DUARTE, 2009.

### CAPÍTULO III

## ALUNAS, PROFESSORAS E FUNCIONÁRIAS: ESPAÇOS E DINÂMICAS NA ETM E ETFAM



A figura que abre esta capítulo tem como título “Mulheres Protestando”, de 1941, pintada por Emiliano Di Cavalcanti, pintor brasileiro, ao retratar a reivindicação feminina frente às imposições da sociedade, e assim, com a conquista do espaço público, abriu caminhos para outras mulheres lutarem por seus direitos principalmente: trabalhar e estudar. Deve-se ressaltar que a mulher reivindicou seus direitos na educação, no trabalho e lutou pela visibilidade em todos os momentos da sua história, confrontando o poder masculino vigente de cada década, tornando-se protagonista na história.

Neste capítulo os documentos encontrados das alunas, professoras e funcionárias nos trouxeram informações sobre as mulheres nos espaços ocupados, assim como as suas funções, dinâmicas e atividades na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM), de acordo com o terceiro objetivo específico.

Nessa perspectiva, Le Goff aponta:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (1990, p. 293).

Os documentos que constituem a narrativa deste capítulo não são os mesmos para todas as mulheres. Isso ocorreu devido à desorganização dos documentos no Arquivo Geral da instituição. Assim, para Miki (2014, p.9-10) “as evidências e as provas se constituem em um quebra-cabeça, onde primeiro se verifica o quadro geral e depois se procura preencher as lacunas existentes, o que requer uma análise sistemática nas diferentes fontes, possíveis de se pesquisar”. Portanto, a necessidade de pesquisar em outras fontes trouxe-nos uma diversidade de documentos enriquecedores para a análise e a narrativa desse capítulo.

Tomamos como fonte para esse capítulo o documento encontrado no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA): “Relatório – relativo ao ano escolar de 1947”; o “Histórico Escolar” de uma aluna da ETM do período de 1948 a 1950 (encontrado no arquivo geral da instituição); as fotografias encontradas no Museu Moacir Andrade localizado no IFAM; no Arquivo Geral e Arquivo da Coordenação de Controle Acadêmico do IFAM os documentos do período de 1960 a 1971, sendo eles: folhas de pagamento de funcionários, serviços prestados de professores, termo de contrato de professores, pastas funcionais das professoras, portarias, resoluções, deliberação sobre a admissão das alunas na ETFAM (a partir do ano de 1971), livros de frequências e notas de alunos. Outros documentos foram encontrados no Jornal do Comercio (AM) e no jornal Diário de Notícias (RJ), nos quais trazem reportagens sobre a ETM e ETFAM.

Esses documentos nos informam sobre como estava configurada a mulher na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) mesmo que essa instituição possibilitasse a inserção das mulheres, o período político e a sociedade influenciavam na impossibilidade da mulher de exercer qualquer trabalho (que não fosse bem visto na sociedade) e restringia a mulher a frequentar determinados ambientes.

### 3.1 As alunas na Escola Técnica de Manaus (ETM): de 1947 a 1950

#### a) *Maria Frutuosa Pinto*

No documento “Relatório – relativo ao ano escolar de 1947”<sup>27</sup> da ETM, escrito pelo Diretor Interino Carlos Garrido Teixeira, houve um quantitativo de treze alunos diplomados, sendo doze homens (oito na especialidade de tipógrafo, dois serralheiro e dois marceneiro) e somente uma mulher - Maria Frutuosa Pinto, com especialidade em Corte e Costura. Ao que parece, o Curso de Corte e Costura era destinado ao público feminino, por mais que isso não estivesse expresso no Relatório de 1947 da instituição, ou ainda como princípio no art. 5º, item 5, da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei 4073/1942) determina que:

Art. 5º Presidirão ao ensino industrial os seguintes princípios fundamentais:  
[...]  
5. O direito de ingressar nos cursos industriais é igual para homens e mulheres. A estas, porém, não se permitirá, nos estabelecimentos de ensino industrial, trabalho que sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado.

Há uma contradição interna na Lei que ao permitir o ingresso nos cursos industriais, de forma igualitária a homens e mulheres, excluía a entrada das mulheres pela justificativa de determinados cursos serem considerados prejudiciais a sua saúde. Isso talvez possa ser constatado como uma prática escolar na ETM (JULIA, 2001), como mostra o Relatório de 1947, em que determinados cursos só tiveram diplomação masculina (Tipografia, Serralheria e Marcenaria) e o Curso de Corte e Costura obteve uma única diplomação feminina.

O Curso Industrial de Corte e Costura estava estruturado, conforme o regulamento do Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942 (que aprovou o Quadro dos Cursos do Ensino Industrial). Sua duração era de quatro anos, e segundo o documento “Organização e Direção de Oficinas Escolares (1949)”<sup>28</sup>, a seriação das disciplinas de Cultura Geral dos Cursos Industriais era: **1ª e 2ª séries:** Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, e Geografia do Brasil; **3ª e 4ª séries:** Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, História do Brasil.

<sup>27</sup> Documento escrito para o Chefe da Divisão do Ensino Industrial Francisco Montojos, no qual este enviou uma circular nº 3.127, de 18-12-1947 para o Diretor Interino da ETM Carlos Garrido Teixeira (na ausência do Diretor efetivo – Dr. Luiz Paulo Sarmento). É possível que este Relatório de 1947 tenha sido escrito em 1948, devido conter informações de alunos diplomados em 1947.

<sup>28</sup> Documento organizado pela Escola Técnica de Manaus segundo a publicação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) “Organização e Direção de Oficinas Escolares para Professores do Ensino Industrial” da qual foi escolhido e resumido ou ampliado os capítulos que foi julgado interessante mais diretamente aos mestres de cultura técnica.

A distribuição das disciplinas de Cultura Técnica do Curso de Corte e Costura configurava-se em: **1ª série:** Desenho Técnico, Costura, Rendas e bordados, Confeção de roupas brancas; **2ª série:** Tecnologia, Desenho Técnico, Corte, Costura, Rendas e Bordados e Confeção de roupas brancas; **3ª série:** Tecnologia, Desenho Técnico, Corte, Costura, Rendas e bordados, Confeção de roupas brancas, Confeção de vestuário de passeio, Confeção de uniformes; **4ª série:** Tecnologia, Desenho Técnico, Corte, Costura, Rendas e Bordados, Confeção de roupas brancas, Confeção de vestuário de passeio, Confeção de uniformes, e Confeção de trajes de rigor.

O Art. 11 do Capítulo VI “Condições Especiais de Admissão”, do Decreto nº 8.673/1942, informava que para a matrícula o candidato deveria ter cursado a educação primária e “ser aprovado em exames vestibulares de língua pátria e aritmética”. Ao término do curso industrial o aluno recebia o diploma de artífice. Vale ressaltar que no Relatório de 1947 a Escola Técnica de Manaus (ETM) não restringia a matrícula somente para o público masculino, e não há proibições para o público feminino matricular-se e estudar na ETM, como se pode constatar com a aluna diplomada Maria Frutuosa Pinto. No entanto, verifica-se um indício de que essa prática não ocorria de forma igualitária.

#### ***b) Alda Ribeiro de Lima***

O histórico escolar encontrado no Arquivo Geral do IFAM refere-se a aluna Alda Ribeiro de Lima do período de 1948 a 1950, e está configurado de acordo com o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial - Decreto nº 8.673/1942. Percebe-se que no documento estava impresso o nome do Ministério da Educação e Saúde, a identificação da escola, as disciplinas cursadas e os meses frequentados (março a novembro); enquanto que o nome da aluna, o ano, a série, a turma, as notas e médias estavam preenchidos manualmente.

Pode-se admitir como hipótese que a aluna tinha a idade entre 12 a 15 anos, no qual era a idade determinada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) no Art. 30 do Capítulo VIII – “Da Admissão à Vida Escolar” que informa sobre as condições de admissão para os cursos industriais.

A aluna cursou a especialidade de Corte e Costura, com todas as disciplinas de Cultura Geral, Cultura Técnica, uma disciplina de Práticas Educativas, e como resultado final, o documento informa que a mesma estava “Habilitada” para aquela especialidade. As práticas educativas eram disciplinas que estavam inseridas no currículo de toda formação profissional

e de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) acentuavam e elevavam “o valor humano do trabalhador”.

No Art. 26 do Capítulo VI “Das Práticas Educativas”, da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), ratifica a obrigatoriedade das práticas educativas referente à educação física que era “obrigatória até a idade de vinte e um anos”, conforme “as condições de idade, sexo o trabalho de cada aluno”; a educação musical era “obrigatória até a idade de dezoito anos”, e ministrada “por meio de aulas e exercícios do canto orfeônico”;

Nesse Histórico Escolar (1948-1950), a aluna Alda Ribeiro de Lima cursou a disciplina de práticas educativas: educação doméstica; e mesmo aparecendo a disciplina de canto orfeônico no histórico não constam as suas notas, no qual podemos supor que a mesma não a cursou. Conforme no parágrafo 1º e 2º da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) referente às práticas educativas, informava que a oferta da educação pré-militar para os alunos homens era “até atingirem a idade própria da instrução militar”; e para as mulheres seria a educação doméstica que consistia “essencialmente no ensino dos misteres próprios da administração do lar”. Nesse contexto, Maria Pena (1981) citada por Maria Cunha (2000) afirma que:

à exploração da mulher, enquanto classe, se adicionou sua sujeição enquanto mulher. Pois o mesmo capitalismo que as assalariou não permitiu que sua identidade ligada ao trabalho doméstico se quebrasse. Portanto, na perspectiva capitalista, as mulheres seriam duplamente úteis, como trabalhadoras e como mães/esposas: pelo seu trabalho na produção e pelo seu trabalho na reprodução; criando valores de troca e criando trabalhadores/as. (p. 148).

Entende-se nesse contexto que a possibilidade da aluna, após a conclusão do curso, estar inserida no mercado de trabalho, não extinguiu as suas atividades domésticas, no qual a sociedade dominante masculina exigia que fosse similar ao trabalho realizado no lar referente as práticas educativas da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) e o Curso de Corte e Costura, e que era essencial para a condição da própria mulher: mãe, esposa e dedicada aos trabalhos do lar.

### *c) Outras alunas encontradas*

As fotografias pesquisadas no Museu Moacir Andrade encontravam-se anexadas e expostas em um mural no local. Foram identificadas três fotografias que mostram um conjunto de referências essenciais que visibiliza as alunas mulheres na Escola Técnica de

Manaus (ETM). A legenda indica que todas são datadas do ano de 1949 e duas delas foram doadas pelo professor Hildemar Pais Barbosa<sup>29</sup>, e a outra não identifica a doação.

É relevante evidenciar que em 1948 na Escola Técnica de Manaus (ETM) circulava uma Revista com o nome “O Trabalho”, elaborada pela Liga Estudantil, com divulgação das atividades desenvolvidas na escola, no qual o Diretor Hildemar Pais Barbosa tinha seus artigos publicados. Maria Mello (2009) afirma que, a aluna e membro da revista, Raimunda Luzanira escreveu um artigo chamado “A Elegância no Lar” com a “finalidade de orientar as alunas etemienses para o futuro” (p. 64). Maria Mello (2009) relata:

Esse artigo iniciou uma nova seção, denominada de “Traços Femininos”, com o objetivo de atrair o público feminino para ler a revista. Sobre este, a Revista O Trabalho também publicou uma nota sobre a presença de alunos do sexo feminino nos cursos de corte e costura, referindo-se à aluna Leine Lelis e Souza, como uma das futuras operárias da sociedade amazonense. (p. 64).

Este indício expressa a relevância que o Curso de Corte e Costura do Curso Industrial teve no ensino para as mulheres da ETM possibilitando que as mesmas pudessem, após o término do curso, estar inseridas no mercado de trabalho, mas sem que ocorresse o abandono total do lar. Conforme Débora Frasquete e Ivana Simili (2017):

O ofício de corte e costura no mercado de trabalho brasileiro então, se reafirma associado a imagem da mulher dócil, subordinada, hábil com trabalhos minuciosos, características ensinadas às meninas como sinônimos de feminilidade, ou seja, características que para o período estavam indissociáveis à ideia de trabalho feminino. (p. 279).

Na figura 30 (localizada na p. 102), a fotografia de 1949, mostra as alunas em filas, vestidas com macacões de trabalho e camisa branca, no qual é possível que a organização fosse para um desfile cívico e que estivessem cursando o curso de Corte e Costura do Curso Industrial. Essa vestimenta ratifica o início do processo das alunas tornarem-se mulheres operárias, habilitadas para o trabalho.

A figura 31 (localizada na p. 102), retrata as alunas da Escola Técnica de Manaus (ETM) desfilando na parada escolar de 1949, a vestimenta é uma saia longa, camisa social, meia 3/4, sapato preto e cinto preto. Nessa figura, ao lado direito, percebe-se a presença de pessoas que estão assistindo ao desfile, e logo atrás das alunas, existe um outro grupo desfilando.

---

<sup>29</sup> Diretor da Escola Técnica de Manaus no período de 1948 a 1951, em sua administração foi inaugurada a Seção de Mecânica, a Semana do Livro e a Reinstalação da Biblioteca. (MELLO, 2009, p. 64-65).

Na figura 32 (localizada na p. 103), mostra uma fotografia do corpo discente da escola tirada em 1949 dentro da ETM, no qual aparecem meninos e meninas com o uniforme escolar; para os meninos calça comprida e camisa, para as meninas camisa branca social, saia longa (abaixo do joelho), laço branco nos cabelos bem penteados, meia 3/4 branca e sapato preto.

A esse cenário, no art. 49 do Capítulo XII “Culto Cívico”, da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) aborda que “será organizado, em cada escola industrial ou escola técnica, um centro cívico, filiado a Juventude Brasileira”, e destaca no Parágrafo 1<sup>o</sup><sup>30</sup> e 2<sup>o</sup>:

§ 1<sup>o</sup> As atividades relativas à Juventude Brasileira executar-se-ão dentro do período semanal de trabalhos escolares, indicado no artigo 36 desta lei.

§ 2<sup>o</sup> Os alunos regulares, menores de dezoito anos, que faltarem a trinta por cento das comemorações especiais do centro cívico, não poderão prestar exames finais, de primeira ou de segunda época.

Percebe-se através das figuras, que as alunas mulheres da Escola Técnica de Manaus (ETM), participavam dos eventos cívicos, por determinação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), tinham o cuidado com a vestimenta, e estavam inseridas no contexto do ensino profissional.

### **3.2 A inexistência de alunas na ETM e ETFAM de 1960 a 1970**

Durante a pesquisa realizada no Arquivo da Coordenação de Controle Acadêmico (CCA), encontraram-se os cadernos de frequência, notas dos alunos e histórico escolar do período de 1960 a 1970. Estavam guardados dentro de caixas-arquivos em condições favoráveis e seguros, preservando os documentos. O Quadro 3 está organizado por ano, turmas, cursos, e quantidade de alunos.

---

<sup>30</sup> O art. 36 citado no parágrafo 1<sup>o</sup> do art. 49 refere-se: O período semanal destinado aos trabalhos escolares para ensino das disciplinas e das práticas educativas variará, conforme o curso, de trinta e seis a quarenta e quatro horas.

Quadro 3 - Turmas ETM e ETFAM.

<b>TURMAS – ETM E ETFAM</b>				
<b>Ano</b>	<b>Turma</b>	<b>Curso</b>	<b>Alunos (Homens)</b>	<b>Índice de alunas</b>
1960	1ª série A	Industrial Básico	29	-
	1ª série B	Industrial Básico	32	-
	1ª série C	Industrial Básico	32	-
	1ª série D	Industrial Básico	26	-
	2ª série A	Mecânica	8	-
		Marcenaria	8	-
		Serralheria	5	-
	2ª série B	Tipografia	12	-
		Artes do Couro	4	-
		Serralheria	1	-
		Alfaiataria	3	-
		Mecânica	1	-
	3ª série	Marcenaria	6	-
		Mecânica	9	-
		Tipografia	15	-
		Alfaiataria	6	-
		Artes do Couro	2	-
		Serralheria	2	-
	4ª série A	Marcenaria	8	-
		Mecânica	13	-
		Serralheria	5	-
	4ª série B	Artes do Couro	5	-
		Alfaiataria	10	-
		Tipografia	9	-
1961	1ª série A	Industrial	32	-
	1ª série B	Industrial	32	-
	1ª série C	Industrial	28	-
	1ª série D	Industrial	19	-
	1ª série (não possui identificação da turma)	Aprendizagem	7	-
	3ª série A	Mecânica	10	-
		Serralheria	5	-
		Marcenaria	8	-
	3ª série B	Tipografia	13	-
		Artes do Couro	3	-
Alfaiataria		3	-	

	4ª série	Marcenaria	5	-
		Mecânica	5	-
		Tipografia	15	-
		Alfaiataria	6	-
		Artes do Couro	2	-
		Serralheria	1	-
1962	1ª série A	Industrial Básico	24	-
	1ª série B	Industrial Básico	24	-
	1ª série C	Industrial Básico	25	-
	2ª série A	Industrial Básico	28	-
	2ª série B	Industrial Básico	29	-
	2ª série C	Industrial Básico	23	-
	2ª série D	Industrial Básico	21	-
	3ª série A	Industrial Básico	26	-
	3ª série B	Industrial Básico	22	-
	3ª série C	Industrial Básico	36	-
	4ª série	Industrial Básico	36	-
	1ª série A	Técnico	22	-
	1ª série B	Técnico	19	-
	1ª série	Técnico de Estradas	17	-
	2ª série	Técnico de Estradas	19	-
	4ª série	Mecânica de Máquinas	9	-
		Alfaiataria	2	-
		Tipografia e Encadernação	11	-
		Serralheria	5	-
		Artes do Couro	2	-
Marcenaria		6	-	
1963	1ª série A	Técnico	20	-
	1ª série B	Técnico	18	-
	2ª série	Técnico	29	-
	4ª série A	Técnico	34	-
	4ª série B	Técnico	32	-
	1ª série A	Industrial	30	-
	1ª série B	Industrial	27	-

	1ª série C	Industrial	29	-
	1ª série D	Industrial	29	-
	2ª série A	Industrial	30	-
	2ª série B	Industrial	32	-
	2ª série C	Industrial	34	-
	3ª série A	Industrial	22	-
	3ª série B	Industrial	26	-
	3ª série C	Industrial	28	-
1964	1ª série A	Ginásio Industrial	56	-
	1ª série B	Ginásio Industrial	18	-
	2ª série	Ginásio Industrial	28	-
	3ª série A	Ginásio Industrial	26	-
	4ª série	Ginásio Industrial	28	-
	1ª série A	Técnico de Eletrotécnica	39	-
	1ª série B	Técnico de Eletrotécnica	45	-
	2ª série	Técnico de Eletrotécnica	26	-
	3ª série	Técnico de Eletrotécnica	18	-
1965	1ª série A (matutino)	Ginásio Industrial	32	-
	1ª série B (matutino)	Ginásio Industrial	23	-
	1ª série C	Ginásio Industrial	24	-
	2ª série A (matutino)	Ginásio Industrial	35	-
	2ª série B (matutino)	Ginásio Industrial	29	-
	3ª série A (matutino)	Ginásio Industrial	25	-
	3ª série B (matutino)	Ginásio Industrial	28	-
	1ª série A (vespertino)	Ginásio Industrial	30	-
	4ª série (matutino)	Ginásio Industrial	20	-
	1ª série B (vespertino)	Ginásio Industrial	23	-
	1ª série C (vespertino)	Ginásio Industrial	35	-
	2ª série A (vespertino)	Ginásio	29	-

		Industrial		
	2ª série B (tarde)	Ginásio Industrial	35	-
	4ª série (vespertino)	Ginásio Industrial	23	-
	1ª série A (noturno)	Ginásio Industrial	36	-
	1ª série B (noturno)	Ginásio Industrial	36	-
	1ª série C (noturno)	Ginásio Industrial	35	-
	1ª série A	Técnico	35	-
	1ª série B	Técnico	33	-
	1ª série C	Técnico	37	-
	2ª série	Técnico	29	-
	3ª série	Técnico	6	-
1966	1ª série A	Ginásio Industrial	29	-
	1ª série B	Ginásio Industrial	31	-
	2ª série A	Ginásio Industrial	33	-
	2ª série B	Ginásio Industrial	35	-
	2ª série C	Ginásio Industrial	33	-
	2ª série D	Ginásio Industrial	33	-
	3ª série A	Ginásio Industrial	31	-
	3ª série B	Ginásio Industrial	31	-
	3ª série C	Ginásio Industrial	33	-
	4ª série A	Ginásio Industrial	31	-
	4ª série B	Ginásio Industrial	31	-
	1ª série A	Técnico de Edificações	26	-
	1ª série B	Técnico de Edificações	29	-
	1ª série	Técnico de Estradas	48	-
	1ª série A	Técnico de Eletrotécnica	28	-
	1ª série B	Técnico de Eletrotécnica	27	-
	2ª série	Técnico de	34	-

		Eletrotécnica		
	3ª série	Técnico de Eletrotécnica	16	-
1967	1ª série A (vespertino)	Ginásio Industrial	32	-
	1ª série B (vespertino)	Ginásio Industrial	32	-
	1ª série C (vespertino)	Ginásio Industrial	34	-
	1ª série D (vespertino)	Ginásio Industrial	32	-
	2ª série A	Ginásio Industrial	27	-
	2ª série B	Ginásio Industrial	31	-
	2ª série C	Ginásio Industrial	30	-
	3ª série A (vespertino)	Ginásio Industrial	29	-
	3ª série B (vespertino)	Ginásio Industrial	30	-
	3ª série C (vespertino)	Ginásio Industrial	29	-
	4ª série A	Ginásio Industrial	31	-
	4ª série B	Ginásio Industrial	28	-
	4ª série C	Ginásio Industrial	30	-
	1ª série A	Técnico de Edificações	33	-
	1ª série B	Técnico de Edificações	30	-
	1ª série C	Técnico de Edificações	34	-
	2ª série	Técnico de Edificações	37	-
	1ª série	Técnico em Estradas	17	-
	2ª série	Técnico em Estradas	20	-
	1ª série A	Técnico de Eletrotécnica	26	-
	1ª série B	Técnico de Eletrotécnica	26	-
	2ª série	Técnico de Eletrotécnica	30	-
	3ª série	Técnico de Eletrotécnica	22	-

1968	1ª série A (vespertino)	Ginásio Industrial	25	-
	1ª série B (vespertino)	Ginásio Industrial	26	-
	1ª série C (vespertino)	Ginásio Industrial	26	-
	1ª série D (vespertino)	Ginásio Industrial	25	-
	2ª série A	Ginásio Industrial	29	-
	2ª série B	Ginásio Industrial	27	-
	2ª série C	Ginásio Industrial	27	-
	2ª série E	Ginásio Industrial	33	-
	3ª série A	Ginásio Industrial	22	-
	3ª série B	Ginásio Industrial	29	-
	4ª série A	Ginásio Industrial	34	-
	4ª série B	Ginásio Industrial	34	-
	1ª série A	Aprendizagem Industrial	24	-
	1ª série B	Aprendizagem Industrial	24	-
	1ª série	Técnico em Estradas	36	-
	2ª série	Técnico em Estradas	13	-
	3ª série	Técnico em Estradas	15	-
	1ª série A	Técnico de Eletrotécnica	35	-
	1ª série B	Técnico de Eletrotécnica	35	-
	2ª série	Técnico de Eletrotécnica	29	-
	3ª série	Técnico de Eletrotécnica	13	-
	1ª série A	Técnico de Edificações	38	-
	1ª série B	Técnico de Edificações	38	-
	2ª série A	Técnico de Edificações	37	-
	2ª série B	Técnico de	38	-

		Edificações		
	3ª série	Técnico de Edificações	29	-
1969	1ª série A (matutino)	Ginásio Industrial	34	-
	1ª série B (matutino)	Ginásio Industrial	33	-
	2ª série A (matutino)	Ginásio Industrial	30	-
	2ª série B (matutino)	Ginásio Industrial	25	-
	3ª série A (matutino)	Ginásio Industrial	30	-
	4ª série (matutino) turma única	Ginásio Industrial	32	-
	1ª série C (vespertino)	Ginásio Industrial	33	-
	1ª série D (vespertino)	Ginásio Industrial	28	-
	1ª série F (vespertino)	Ginásio Industrial	26	-
	2ª série C (vespertino)	Ginásio Industrial	23	-
	3ª série B (vespertino)	Ginásio Industrial	38	-
	1ª série A	Técnico de Edificações	33	-
	1ª série B	Técnico de Edificações	28	-
	1ª série C	Técnico de Edificações	35	-
	1ª série D	Técnico de Edificações	29	-
	2ª série A	Técnico de Edificações	31	-
	2ª série B	Técnico de Edificações	29	-
	3ª série A	Técnico de Edificações	28	-
	3ª série B	Técnico de Edificações	24	-
	1ª série	Técnico de Estradas	33	-
	2ª série	Técnico de Estradas	16	-
	3ª série	Técnico de Estradas	7	-
	1ª série	Técnico de Eletrotécnica	39	-

	2ª série	Técnico de Eletrotécnica	33	-
	3ª série	Técnico de Eletrotécnica	22	-
1970	2ª série C	Ginásio	13	-
	3ª série B	Ginásio	12	-
	4ª série B	Ginásio	12	-

Fonte: Arquivo CCA - IFAM, 2018.

Percebe-se que no período de 1960 a 1970 não se encontra indícios de alunas e Mello (2009) relata que:

a Escola até então não possuía alunos do sexo feminino, talvez pelos cursos que oferecia. Mas, em 5 de janeiro de 1971, o Conselho de Professores aprovou por unanimidade documento de admissão de alunos do sexo feminino nos cursos da Escola, o que fez com que a Instituição contratasse uma orientadora educacional para prestar atendimento às alunas. (p. 153).

Nesse contexto, a contratação de uma orientadora educacional mulher para “prestar atendimento às alunas”, como citou Mello (2009), pode-se entender como a existência de uma separação sutil entre o atendimento para os alunos e alunas.

Em um documento encontrado de 1962 “Portaria nº 27, de 3 de março”, informa a contratação de uma Orientadora Educacional – Nathália de Mendonça, antes de 1971, e que no mesmo ano (em 1962) a referida orientadora foi exonerada no cargo. Mello (2009) relata que na primeira reunião da gestão de Dário Hernani Vizeu<sup>31</sup> com o Conselho de Representantes em 1965, o Diretor expôs algumas sugestões para a escola, e entre elas informou a “necessidade da contratação de um orientador educacional, como elemento indispensável à solução dos múltiplos problemas existentes” (p. 79). É provável que desde a exoneração da professora Nathália de Mendonça em 1962, a escola estava sem um orientador educacional.

No Quadro 3 o Curso de Corte e Costura não aparece no período de 1960 a 1970, porém há o Curso de Alfaiataria, termo para um curso masculino. De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), as práticas educativas para as mulheres seriam realizadas por meio da educação doméstica que estava configurada nos ensinamentos da administração do lar. A mulher tinha o mesmo direito de ingressar nos cursos industriais,

<sup>31</sup> Dário Hernani Vizeu foi o primeiro dos Diretores da ETFAM, com início das atividades em 1965 e foi exonerado em 1966. (MELLO, 2009, p. 79).

contanto que não prejudicasse a sua saúde feminina, e o curso indicado para a mulher era o de Corte e Costura.

O documento que indicou a não existência na ETM do Curso de Corte e Costura foi a Resolução nº 19, de 12 de outubro de 1962, escrita pelo Presidente do Conselho de Representantes, José Dias Barbosa, que cita a declaração da professora Emília Braga da Silveira sobre a extinção do curso de “**corte e costura feminino**” (Grifo nosso). Esse documento não revelou quando o curso foi extinto, mas trouxe que o mesmo já não existia em 1962. O Conselheiro relator Dr. Justino Marcos da Silva, da escola técnica, expôs sobre a ausência de uma Lei que extinguiu o curso, e afirmou que o telegrama do Diretor do Ensino Industrial, Dr. Solon Guimarães, determinou a não matrícula no curso, colocando a professora à disposição.

O termo “feminino” colocado no final da palavra “curso de corte e costura” só apareceu por meio da Resolução 19/1962, da Escola Técnica de Manaus (ETM). No Decreto nº 8.673, de 3 de Fevereiro de 1942, que aprovou o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, não aparece o referido termo, assim como não o encontramos em outros documentos pesquisados. No entanto, presumimos que este curso era frequentado somente pelas alunas e o curso de Alfaiataria era destinado aos alunos do sexo masculino, caracterizando assim, uma determinação da própria escola em distinguir os cursos para homens e mulheres.

Nesse contexto, levantamos dois questionamentos: a) Por que o Curso de Corte e Costura foi extinto primeiro que o Curso de Alfaiataria? b) Por que o Curso de Alfaiataria continuou em 1962, sendo que integrava o mesmo Decreto que o Curso de Corte e Costura? São interrogações que estão abertas, ainda sem respostas, mas nos faz refletir o quanto as mulheres lutaram para sua emancipação, e mesmo assim, sofriam uma sutil discriminação.

A Deliberação de nº 002, de 8 de janeiro de 1971 (Figura 34, p. 104 ), assinada pelo Diretor Lupercino de Sá Nogueira Filho<sup>32</sup>, ratifica as atribuições do Conselho de Professores<sup>33</sup>, ao considerar a admissão de alunas nos cursos ofertados pela ETFAM. Esse documento apresenta quatro considerações acerca da aprovação:

---

<sup>32</sup> Esteve da direção da ETFAM no período de 1969 a 1972, em sua gestão “foram criados os cursos de Eletrônica e Mecânica. (MELLO, 2009, p. 90).

<sup>33</sup> O Conselho de Professores foi intitulado com a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, sendo citado no art. 17: “os estabelecimentos de ensino industrial serão administrados por um Conselho de representantes, e terão um Conselho de professores, obedecidas as atribuições fixadas nesta lei.”

- Considerando a crescente participação da mulher nas várias atividades de natureza técnica profissional;
- Considerando a necessidade de se estender essa oportunidade a pessoa do sexo feminino - de se capacitarem desse conhecimento para o desenvolvimento da área;
- Considerando que não há discriminação legal para a mulher no setor do ensino técnico;
- Considerando o que foi unanimemente aprovado pelo Colegiado.

Portanto, através dessas considerações, foi aprovada a matrícula de alunas a partir de 1971 na Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM).

### **3.3 As professoras na Escola Técnica de Manaus (ETM): de 1940 a 1962**

Nessa subseção a narrativa se constitui nos espaços ocupados e as dinâmicas realizadas por sete professoras na Escola Técnica de Manaus (ETM), com o intuito de mostrar como essas mulheres influenciaram historicamente nessa instituição e nas relações que estabeleceram, conforme as fontes pesquisadas.

Os documentos encontrados dentro das quatro caixas-arquivos, que estavam em estantes de madeira no Arquivo Geral, resultou no Quadro 4, no qual retrata o nome das professoras mulheres e o cargo que ocupavam na ETM e ETFAM.

As pastas funcionais das professoras também foram encontradas no Arquivo Geral da instituição, elas estavam dentro de quatro gaveteiros identificados somente pelo número da gaveta, e com algumas pastas fora da ordem alfabética.

No item “Quadro do pessoal da ETM”, que está escrito no documento “Relatório – relativo ao ano escolar de 1947”, também se encontrou mulheres que trabalhavam nesse período. O documento apresenta no tópico “Corpo Docente” as professoras das disciplinas de:

Quadro 4 - Disciplinas e Professoras da ETM

<b>Cultura Geral</b>	<b>Cargo</b>
Rita Alves da Conceição	Professora do Curso Primário
Desiree Tapajós Jansen da Silva	Professora de Canto Orfeônico
Maria Leonor Vasconcelos de Castro	Professora de Português
Maria de Nazaré Cabral	Professora de Geografia e História do Brasil
Maria Rita de Vasconcelos Dias	Professora de Ciências
<b>Cultura Técnica</b>	<b>Cargo</b>
Azélia Poggi Sampaio	Professora de Matemática, Geografia e História do Brasil
Emília Braga da Silveira	Professora do curso de corte e costura

Fonte: Relatório – relativo ao ano escolar de 1947, ETM.

*a) Rita Alves da Conceição*

De acordo com oito ofícios encontrados no Arquivo Geral do IFAM, que mencionaram a professora Rita Alves da Conceição, percebe-se que a mesma estava na Escola Técnica de Manaus (ETM) em 1931, período que a escola denominava-se de Escola de Aprendizes Artífices, exercendo o cargo de adjunta de professora do curso primário.

A estrutura do ensino estava conforme a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices de 13 de novembro de 1926. Esse documento modificou o ensino das respectivas escolas, segundo Mello (2009) ocorreu:

- a criação de um currículo único a ser seguido;
- estabelecia que as Escolas de Aprendizes Artífices eram destinadas ao ensino profissional primário, elementar e complementar;
- definia as oficinas existentes: “secção de trabalhos em madeira; secção de trabalhos em metal; secção de artes decorativas; secção de artes gráficas, secção de artes têxteis; secção de trabalhos de couro; secção de fabrico de calçados; secção de feitura do vestuário e secção das atividades comerciais”. (p. 127).

Para o ingresso, os alunos deveriam ter a idade mínima de 10 anos, e para o ingresso no curso noturno a idade deveria ser acima de 16 anos, no qual Mello (2009) também afirma que:

O currículo a ser seguido por todas as Escolas do 1º ano primário ao 2º ano complementar era constituído pelas seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Geometria Prática, Lições de Coisas, Desenhos e Trabalhos Manuais, Caligrafia, Ginástica, Canto e Coral, Coreografia e História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Elementos de Álgebra, Noções de

Trigonometria, Rudimentos de Física e Química, Desenho Industrial e Tecnologia de cada ofício. (p. 127).

O Jornal do Comercio de 6 de maio de 1924, apresenta uma nota em que foi enviado ao Ministério da Justiça pelo delegado fiscal (Major Manoel João Gomes de Castro)<sup>34</sup>, um processo da professora adjunta do curso primário Rita Alves da Conceição, em que ela “pede pagamento da quantia de setecentos e quarenta mil reis proveniente de gratificação referente ao exercício de mil novecentos e vinte e dois”. Mediante essa nota, percebe-se que a professora ocupava o cargo de professora desde a década de 20, e procurava pelos seus direitos.

Em outra edição do Jornal do Comercio de 23 de abril de 1927 apresenta uma coluna denominada “Manaos Social”, no qual divulgou o aniversário de várias mulheres e homens de Manaus, e no item “as senhorinhas” aparece o nome da professora Rita Alves da Conceição. Nesse contexto, é possível que a professora fosse solteira e tivesse uma condição social satisfatória, que lhe permitisse estar, por meio do jornal, na sociedade manauara.

#### *b) Desirée Tapajós Jansen da Silva*

Segundo o “Registro funcional” referente a professora Desirée Tapajós Jansen (Figura 35, p. 105) da Silva, é um documento elaborado pela ETM que contém os dados pessoais da funcionária como: nome, matrícula número: 1.217.846, cargo ou função: professora, pai: Manuel Jansen Pereira da Silva, mãe: Joana Tapajós Jansen da Silva, data do nascimento: 13/3/1909 estado civil: solteira, e os itens – cidade, estado e residência não estavam preenchidos.

Ao pesquisar na Hemeroteca Digital sobre os pais da professora Desirée Tapajós, encontrou-se 3 referências do pai. Duas estão nos documentos “Mensagens do Governador do Amazonas – Silverio José Nery, para Assembléia”, e a outra consta no “Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros do ano de 1903.” Essas duas referências são iguais, com o título de “Companhia de Guerra”, no qual relatam:

---

<sup>34</sup> No Jornal do Comercio de 18 de junho de 1924, aparece o nome do delegado fiscal Major Manoel João Gomes de Castro do respectivo ano. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=32140&pesq=manoe%20jo%C3%A3o%20gomes%20de%20castro](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=32140&pesq=manoe%20jo%C3%A3o%20gomes%20de%20castro) Acesso em 28 de set. 2018.

A 22 de Março seguiu para o Rio Madeira uma Companhia de Guerra sob o commando do sr. capitão Joaquim Alves de Lima Verde, composta do pessoal seguinte: I capitão-cirurgião dr. Alvaro Silval de Moura, 2 tenentes José Lins Wanderley e Otto Knese, 4 alferes Raymundo Candido de Souza, Raymundo Victorino de Campos, Manuel Jansen Pereira da Silva e Manuel Correira da Silva, I sargento quartel mestre, I sargento-chefe, 4 sargentos, I sargento-forriell, 10 cabos de esquadra, 172 soldados e 4 corneteiros, cuja força recolheu-se ante-hontem á este Regimento.

O terceiro documento é o Jornal do Comercio de 2 de janeiro de 1912, com uma reportagem sobre a Parada Militar na Av. Eduardo Ribeiro, em comemoração a “Confraternização dos Povos<sup>35</sup>”, no qual o Manuel Jansen é mencionado como tenente coronel.

O jornal “O Escolar” de 1 de abril de 1919, organizado pelos alunos do Grupo Escolar Wenceslau Braz (localizado no município de Itacoatiara – AM), publicou uma nota com o título “O Album do O Escolar”, com o nome dos aniversariantes do mês de março. E logo abaixo dos nomes, em outro parágrafo, cita que no dia 13 de março “completou mais um ano de existencia, a estudiosa Desirée Tapajós Jansen da Silva, nossa collega do Curso Superior, a quem enviamos sinceros parabéns”.

É interessante observar com este jornal que: o Grupo Escolar denominava o Curso Primário como Curso Primário Superior; que professora estava completando 10 anos de idade em 1919, que morava em Itacoatiara, e é provável que, por ser filha de militar, o jornal destacou (em um parágrafo) o dia do seu aniversário.

No tópico “histórico”, do documento “Registro funcional”, informa que em 1945 a professora foi nomeada a exercer o cargo de professora de Canto Orfeônico<sup>36</sup> de acordo com o Diário Oficial de 4/10/1945, e em 1946 a professora foi designada pela Portaria nº 278, de 11 de novembro de 1946, para exercer a função gratificada de Professora Chefe de Canto Orfeônico.

O jornal Diário de Notícias (RJ) de 3 de Maio de 1956 publicou uma nota - “Gratificações de Magistério” em que o Presidente da República Juscelino Kubitschek concede gratificações a sete professores no âmbito nacional, incluindo a professora Desirée da Silva:

<sup>35</sup> A data da comemoração refere-se ao dia 1 de janeiro, com a denominação de: Confraternização Universal ou Dia Mundial da Paz.

<sup>36</sup> O Canto Orfeônico era uma prática educativa de educação musical conforme escrito na Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), e a frequência era obrigatória para os alunos dos Cursos Industriais.

[...] concedendo gratificações de magistério aos professores Antônio de Sousa, da Escola Técnica de São Luis; Antônio Botini, da Faculdade de Farmácia de Porto Alegre; **Desirée Tapajós Jansen da Silva, da Escola Técnica de Manaus**; F. Monteiro Fernandes, da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife; Iberê Gilson, da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas; Mário Taveira, da Faculdade Nacional de Farmácia; e Pedro Neiva de Santana, da Faculdade de Direito de São Luis. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3/5/1956, p. 4, grifo nosso).

Durante o ano de 1962 o Curso de Canto Orfeônico foi extinto, adequando o currículo da ETM de acordo com a LDB nº 4.024, 20 de dezembro de 1961, em que ao ensino técnico industrial não condizia com o Canto Orfeônico. Esta Lei “silenciou sobre a cadeira de Canto Orfeônico” (GARCIA, 1962, p.1).

O Diretor da ETM – Waldir Garcia escreveu um documento no dia 18 de abril de 1962, para o Presidente do Conselho de Representantes da escola técnica – Prof. José Dias Barbosa<sup>37</sup>, relatando que a professora Desirée da Silva solicitou por escrito um processo de disponibilidade remunerada de acordo com a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 – “Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União: “Capítulo X – Da Disponibilidade”:

Art. 174: Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade com provento igual ao vencimento ou remuneração até seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de natureza e vencimento compatíveis com o que ocupava.

Por meio da Lei nº 1.711/52, o Diretor Waldir Garcia escreve que seja efetivado o “processamento da disponibilidade da Professora em referência, conforme é de seu querer, por encontrar amparo legal”. O Conselho de Representantes da Escola Técnica de Manaus (ETM) emitiu no dia 27 de abril de 1962 uma Resolução concordando com o parecer do Diretor Waldir Garcia, e resolveu processar a disponibilidade da professora “pelo órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, e seu consequente afastamento do quadro de pessoal docente desta Escola.”

Em 6 de novembro de 1962 o Diretor Waldir Garcia escreve uma Portaria nº 143, informando que o Ministro da Educação – Darcy Ribeiro, solicitou que a professora fosse servir na Diretoria do Ensino Industrial, em Brasília, e relatou:

---

<sup>37</sup> “A partir de 1959, com a Lei nº 3.552, a administração da Escola deixou de ser centrada na figura do Diretor e ficou sob a responsabilidade do Conselho de Representantes. Os membros do Conselho de Representantes eram escolhidos pelo Presidente da República em listas tríplices, encaminhadas pelo Ministério da Educação e Cultura, cabendo ao Presidente do Conselho nomear o Diretor da Escola, seu órgão executivo. O Diretor nomeado administrava no período de três anos. O Conselho de Representantes foi empossado em 1961 tendo como presidente o prof. José Dias Barbosa, e o 1º Diretor nomeado foi professor Waldir Garcia (que ficou na direção de 1961 a 1964)” (MELLO, 2009, p. 68 e 70).

Considerando a necessidade da professora deslocar-se para o local onde foi mandada servir, resolve desligar do quadro de funcionários desta Escola a Professora Desirée Tapajós Jansen da Silva, e agradecer a sua valiosa cooperação prestada a este Educandário, quando no desempenho de suas funções, onde sempre se ouve com zelo, dedicação, entusiasmo e acendrada compreensão de seus deveres, deixando como imperecível mostra de sua passagem por esta Escola o elevado número de amigos entre seus colegas de magistério, funcionários do corpo administrativo e a admiração de seus alunos.

Mediante essa situação, desde o documento que deferiu o processo de disponibilidade da professora Desirée Tapajós Jansen da Silva, até esta Portaria, foram seis meses que a professora estava afastada da escola, no qual estava recebendo, e por não alocarem em outra disciplina, compatível com as aulas de Canto Orfeônico, levanta-se como hipótese que o Ministro da Educação resolve admitir a professora em Brasília. Mediante essa situação, o fato da professora ir para Brasília, pode também sinalizar a influência de seu pai o tenente-coronel Manuel Jansen, o qual pertence a uma posição social de destaque em Manaus.

***c) Maria Leonor Vasconcelos de Castro***

A professora Maria Leonor Vasconcelos de Castro (Figura 36, p. 105), de acordo com o Ofício nº 82 de 30 de abril de 1931, escrito pelo Diretor Esmeraldo Américo Coêlho<sup>38</sup> para o Delegado Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado (Abelardo Álvares de Araújo), foi contratada para o cargo de adjunta de professora do Curso Primário, com a gratificação mensal de quatrocentos mil reis (400\$00), a partir do “mez entrante até 30 de novembro do corrente anno”.

No “Registro Funcional” da ETM encontra-se a informação que a professora nasceu no dia 6/1/1905 na cidade de Itacoatiara; filha de Augusto de Vasconcelos Dias e Luíza Menezes Vasconcelos; foi concursada para trabalhar na escola com publicação no Diário Oficial de 11/10/1948; e no item “Habilitações e Conhecimentos Específicos” destacam-se: Português, Matemática e Francês.

Em 7 de abril de 1949, o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, escreveu um documento no qual resolve nomear a professora Maria Leonor Vasconcelos de Castro para exercer o cargo de Professor de Português da Escola Técnica de Manaus (ETM).

O Jornal do Comercio, de 4 de fevereiro de 1989, publicou uma nota de falecimento da professora Maria Leonor no dia 3/2/1989, no Hospital da Beneficente Portuguesa; era viúva do Dr. Nonnato de Castro, e essa nota também informa que “a mestra falecida militou

---

<sup>38</sup> Este Diretor assumiu a direção da escola em 1917 e permaneceu no cargo até 1932.

brilantemente no Magistério de nosso Estado, tendo sido uma das construtoras da Escola Técnica Federal de Manaus.” A professora tinha um filho o Dr. Paulo Flávio Vasconcellos de Castro, dois netos, dois bisnetos, e irmã de Nemezio, Francisco de Assis, Sebastião Hygino, Maria Ritta Almeida, Ignês, Bartholomeu Augusto e Pedro Meneleu de Vasconcellos Dias.

No Jornal do Comercio de 4 de junho de 1947, noticia a reunião realizada pela “Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra”, no qual a professora Maria Leonor era integrante. As doze integrantes discutiram a pauta sobre o benefício entregue as famílias pobres dos hansenianos hospitalizados e para a assistência nas obras de ampliação da Creche Eunice Weaver.

Em 1948, o Jornal do Comercio de 19 de outubro, publica uma reportagem com o título “Campeonato Olimpico Estudantil, no Estadio: General Ozorio”, informando sobre a realização do campeonato e a participação dos estabelecimentos de ensino: Escola Técnica de Manaus, Colégio Estadual, Colégio D. Bosco, Instituto de Educação e Escola Brasileira de Manaus. A professora é mencionada na modalidade arremesso de peso (4 quilos).

No Jornal do Comercio de 31 de outubro de 1948, relata sobre outra reunião da “Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra”, em que a professora ocupa a função de 1º secretária dessa sociedade.

No Jornal do Comercio de 3 de fevereiro de 1962, publicou sobre o falecimento de Luiza Menezes de Vasconcelos Dias, mãe da professora e viúva de Augusto de Vasconcelos Dias, pai da referida professora. Nesse jornal, cita o nome de todos os dez filhos, inclusive o de Maria Ritta Vasconcelos de Almeida, irmã de Maria Leonor, que também era professora na ETM.

O Jornal do Comercio de 12 de abril de 1965, informou sobre uma nota com o título “Agradecimentos ao Governador”, relatando que o governador Arthur Reis recebeu um telegrama de agradecimento dos filhos de Luiza Vasconcelos (mãe e mestra), aparecendo o nome das professoras Maria Leonor e Maria Ritta, devido o mesmo ter denominado uma das unidades escolares primárias do Estado de “Luiza de Vasconcelos Dias”.

***d) Maria Nazaré Cabral***

A Portaria nº 148, de 29 de novembro de 1962, que menciona o nome da professora Maria de Nazaré Cabral, foi determinada pelo Diretor Waldir Garcia, no qual as bancas examinadoras para os exames orais de 1ª época<sup>39</sup> fossem constituídas de professores de várias disciplinas, e sendo a disciplina Geografia e História do Brasil ministrada pela professora Maria Nazaré Cabral.

***e) Maria Ritta Vasconcelos de Almeida***

O Diretor da ETM Waldir Garcia, através da Portaria nº 39, de 21 de março de 1962, determina que a professora Maria Ritta Vasconcelos de Almeida, lecionasse Ciências mediante a ausência (por motivos de saúde durante 45 dias) do professor interino Hugo Mário Tavares para as turmas da 2ª série A e B; 3ª série A, B e C; e 4ª série. É provável que a professora ministrasse a mesma disciplina em outra turma e foi designada para também lecionar nas turmas citadas no documento.

A Portaria nº 148, de 29 de novembro de 1962, também menciona o nome da professora: Maria Ritta de Vasconcelos Dias. Esta Portaria, determinada pelo Diretor Waldir Garcia, informa sobre os exames de 1º época, e a professora foi designada para constituir a cadeira de Ciências.

No Jornal do Comercio de 3 de fevereiro de 1962, informa sobre o falecimento de Luiza Menezes de Vasconcelos Dias, mãe da professora, no qual também mostra que a professora Maria Ritta era casada com João Batista de Almeida.

***f) Azélia Poggi Sampaio***

A professora Azélia Poggi Sampaio, antes de trabalhar na ETM, ministrava curso de Corte e Costura na Avenida Joaquim Nabuco, nº 820. O aceite à matrícula das alunas, publicado em uma nota na segunda página do Jornal do Comercio de 29 de dezembro de 1935, com publicação no Domingo, informava a especificidade que seria trabalhada no curso:

“modelando sob medida qualquer vestido e garantindo acabamento perfeito nos trabalhos. Botões cobertos, e botões bolas em todos os números. Pontos: Paris, Encordado, A jour e Cariel. Plissados.

---

<sup>39</sup> Os exames orais de 1ª época é mencionado no Decreto-Lei nº 4. 244, de 9 de abril de 1942, no Capítulo XIV – Dos Exames de Suficiência, parágrafo 2º do art. 50: Haverá duas épocas de provas finais. A primeira terá início a 1 de dezembro e a segunda será em fevereiro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 1 de out. de 2018.

Executam-se encantadores, bordados, a fio de metal, com a machina CORNELLY”.

Com essa nota, temos indícios que a professora oferecia um curso particular para o público feminino, que ao publicar no domingo, o jornal era adquirido por mais pessoas da elite Manauara do que os outros dias. Assim, o curso tinha características da alta costura francesa, e por ter esses conhecimentos, é possível que a professora fosse de uma família da classe social alta, e exercia essa função na sociedade.

Não se encontrou a ficha funcional ou outros documentos do período da ETM que trouxesse informações sobre a professora. No entanto, seu nome é mencionado na Portaria nº 148, de 29 de novembro de 1962, para compor a banca examinadora de 1º época, determinada pelo Diretor Waldir Garcia, na disciplina de Matemática, Geografia e História do Brasil, o que entende que a professora pertenceu aos quadros da Escola Técnica de Manaus (ETM).

***g) Emília Braga da Silveira***

Foi encontrado uma Resolução nº 19, de 12 de outubro de 1962, escrita pelo Presidente do Conselho de Representantes José Dias Barbosa referente a professora Emília Braga da Silveira, relatando que a mesma solicitou o pedido de disponibilidade remunerada do curso de “corte e costura feminino”, declarando a extinção do curso.

O documento informa que o Diretor Waldir Garcia concedia o pedido, mas em oposição estava o Conselheiro relator Dr. Justino Marcos da Silva, no qual alegou a ausência de uma Lei que extinguiu o curso, e afirmou que devido a um telegrama do Diretor do Ensino Industrial, Dr. Solon Guimarães, determinou “que não fosse aberta a matrícula para o referido curso, opinando todavia, que fosse a professora posta à disposição do Conselho de Representantes, onde deveria prestar seus serviços, até que sua situação funcional fosse resolvida”. Assim, o Conselho de Representante resolveu colocar a professora a disposição do Conselho pelo prazo de 6 meses, prestando serviços no gabinete da Presidência do Conselho pelo período da manhã.

***h) Outras professoras encontradas***

A figura 33 (localizada na p. 103) mostra o corpo docente da Escola Técnica de Manaus (ETM) em 1949. A vista percebemos oito professoras em destaque e aproximadamente 22 professores homens, elas vestindo vestido social ou saia plissada e camisa social, enquanto eles estavam em sua maioria de calça, paletó e gravata. Nessa figura,

talvez a Escola Técnica de Manaus (ETM) estivesse organizado um evento, e os professores participaram como foi registrado na fotografia.

### **3.4 As professoras na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas: de 1962 a 1971**

Para esta subseção, relatamos de acordo com os documentos encontrados no Arquivo Geral do IFAM, referente a 9 professoras (Quadro 5). Esses documentos são as Folhas de pagamento, Pagamento por serviços prestados, Portarias, Declarações e Fichas funcionais.

Ao analisar esses documentos, perceberam-se algumas lacunas e interrogações, que também nos levou a pesquisar no Jornal do Comercio, processo essencial para contribuir na construção da narrativa histórica (MAGALHÃES, 2004).

Quadro 5 - Professoras ETM e ETFAM.

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
1	Alci Pedrosa de Oliveira Limongi	Professora
2	Betty Antunes de Oliveira	Professora
3	Hilda Tribuzzi	Professora
4	Isa da Silva Brito	Professora
5	Lindalva Paes de Albuquerque	Professora
6	Maria Nazaré Rocha da Silva	Professora
7	Nathália de Mendonça	Orientador Educacional
8	Olga Falcone da Silva	Professora
9	Zanele Santos	Professora

Fonte: Arquivo Geral - IFAM, 2017.

#### ***a) Alci Pedrosa de Oliveira Limongi***

A professora Alci Pedrosa de Oliveira Limongi, trabalhou na Escola Técnica de Manaus (ETM) no ano de 1965, no cargo de professora do Ginásio Industrial, pelo turno da manhã e tarde como professora horista (recebia pelas horas que trabalhou na escola).

O primeiro documento encontrado da professora Alci Limongi foi as “Folhas de Pagamento” do ano de 1965 dos meses de maio a dezembro, em que se percebe variações no salário recebido: março: vencimento bruto Cr\$11.400 / líquido a receber Cr\$ 10.488; abril: vencimento bruto Cr\$162.500 / líquido a receber Cr\$ 149.500; maio, junho e julho –

vencimento bruto Cr\$162.500 / líquido a receber Cr\$ 149.500; agosto: vencimento bruto Cr\$152.500 / líquido a receber Cr\$ 140.300; setembro: vencimento bruto Cr\$182.500 / líquido a receber Cr\$ 166.900; outubro: vencimento bruto Cr\$210.500 / líquido a receber Cr\$ 190.900; novembro: vencimento bruto Cr\$282.500 / líquido a receber Cr\$ 254.300; e dezembro: vencimento bruto Cr\$282.500 / líquido a receber Cr\$ 257.450; na Folha de Pagamento de Julho informa que os professores que receberam nesse mês, estavam com contrato até 31/12/1965.

O segundo documento é uma Declaração de Serviços Prestados de 30 de março de 1965, relatando que a professora recebeu do Diretor Executivo da escola técnica, no mês de março, Cr\$76.912 (setenta e seis mil, novecentos e doze cruzeiros) devido aos serviços prestados na instituição.

Foi encontrado no *site* Blog do Limongi<sup>40</sup> um artigo sobre o falecimento da professora no dia 14 de julho de 2012, escrito pelo seu filho Vicente Limongi Netto, e escreve que ela “foi professora de gerações de amazonenses. Orgulhava-se de seus ex-alunos, transformados ao longo do tempo em mulheres e homens de bem.”

Em outro *site*, foi encontrado um Requerimento de 2010<sup>41</sup>, em que o senador Arthur Virgílio solicitou voto de aplausos para o 93º aniversário da professora Alcy Limongi “mestra de gerações em Manaus”, e que fosse registrado nos anais do Senado.

#### ***b) Betty Antunes de Oliveira***

O período em que a professora Betty Antunes (Figura 37, p. 105). trabalhou na Escola Técnica de Manaus (ETM) encontramos três documentos que nos contam como foi o processo de admissão até seu desligamento. No documento “Registro Funcional”, consta que a professora foi nomeada em caráter efetivo por concurso público para a função de Professora de Educação Doméstica no dia 23/12/1958.

No Jornal do Comercio de 4 de setembro de 1958, publicou uma reportagem com o título “Encerrar-se-á hoje à noite, em sessão solene a Primeira Jornada de Diretores de Colégios”, onde reuniu os professores de todo o Estado e dos Territórios vizinhos, para discutir sobre o ensino médio, e a professora Betty Antunes apresentou uma tese sobre a Lei Orgânica do Ensino Secundário.

---

<sup>40</sup> Disponível em: <http://bloglimongi.blogspot.com/2012/07/mamae-alcly-foi-para-o-melhor-lugar-do.html> acesso em 10/10/2018.

<sup>41</sup> Disponível em : <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=1591344&disposition=inline> acesso no dia 10/10/2018.

O Jornal do Comercio de 25 de dezembro de 1958, publicou uma nota referente aos diplomados do Instituto de Educação do Amazonas, e destacou Betty Antunes de Oliveira Filha, informando que ela foi a primeira de sua turma nos estudos, no qual recebeu o anel simbólico, recebendo a confiança de seus pais, a professora Betty Antunes de Oliveira e Alberico Antunes de Oliveira.

O Jornal do Comercio, de 22 de dezembro de 1959, informou que foi realizado um piquenique no balneário “Las Palmas”, com alunos do Ginásio Ajuricaba, e cita que a professora Betty Antunes era diretora do Ginásio.

Conforme a reportagem publicada no Jornal do Comercio de 8 de março de 1962, sobre a nova direção do Ginásio Ajuricaba pelo professor Aldemir Rodrigues do Vale Melo, também informa o pedido de exoneração da professora Betty Antunes. É possível que a professora também trabalhasse na ETM, conciliando as duas funções.

A Portaria nº 36, de 15 de março de 1962, escrita pelo Diretor Waldir Garcia, informa que a professora solicitou e conseguiu o afastamento da cadeira de Educação Doméstica para tratamento de saúde. Ao retornar a escola, não foi alocada em outra disciplina devido à extinção da cadeira de Educação Doméstica, mas continuou recebendo pagamento da Escola. O trabalho mais compatível com o antigo cargo, citado na Portaria, seria dirigir estudos na biblioteca da escola. Assim, foi determinado que a professora trabalhasse 18 horas semanais na biblioteca orientando estudos e leituras de segunda a sexta-feira das 14h às 17h, e aos sábados das 8h às 11h.

A Portaria nº 100, de 10 de agosto de 1962, no qual o Diretor Waldir Garcia escreve que recebeu a Portaria nº 139, de 12 de junho de 1962 do Ministro de Estado da Educação e Cultura Aderson Andrade de Menezes, colocando a professora à disposição de seu Gabinete para prestar assistência técnica especializada ao Governo do Estado do Amazonas, e resolveu desligar a professora do quadro docente da escola.

Foi encontrado no *site* “Hinologia Cristã”, na aba “Biografias”, um artigo com o título “Betty Antunes de Oliveira: pesquisadora do início da história dos batistas no Brasil”, escrito por Rute Salviano<sup>42</sup>, e que retrata sobre o Capítulo 9 de seu livro: “Vozes femininas no início do protestantismo brasileiro”, no qual escreveu sobre a história de vida da professora Betty Antunes.

---

<sup>42</sup> Rute Salviano nasceu em 22/08/1953 na Cidade de Belo Jardim/PE em um lar evangélico batista. Atualmente, dedica-se a escrever livros e a lecionar na EBD da Igreja Batista do Cambuí, em Campinas. Seu mais novo livro é: “Vozes femininas no início do Cristianismo” (2017). Disponível em: <http://www.hinologia.org/rute-salviano/> > Acesso em 16 de out. de 2018.

Percebe-se neste artigo que a professora nasceu o dia 15 de maio de 1919, no Rio de Janeiro, era filha do Pastor e musicista Ricardo Pitrowsky, de Santa Cruz do Sul (RS) e de Eugenia Pitrowsky, de Santa Bárbara do Oeste (SP). Betty Antunes era bisneta do Pastor Robert Porter, “um dos membros fundadores da Primeira Igreja Batista do Brasil”.

A professora Betty Antunes herdou o talento pela música, e em 1936 formou-se no curso superior de piano (Figura 38, p. 106). No mesmo ano, ficou noiva do seminarista Albérico Nunes de Oliveira (Figura 39, p. 106). Casaram-se em 1938 após Betty Antunes terminar o curso de Bacharel em Ciências e Artes da Educação, e foram para Manaus, pois em 1937 Albérico foi pastorear na Primeira Igreja Batista de Manaus. Os dois tiveram 6 filhos: Nancy, Betty, Nelson Ajuricaba, Junia, Glaucia e Lincoln.

Betty Antunes trabalhou com seu marido na igreja, cuidou de crianças enfermas, foi professora do Colégio Estadual do Amazonas, da Escola Técnica Federal do Amazonas, e coordenadora da Secretaria da Educação e Cultura do Amazonas, estudou jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi pesquisadora e escritora, e faleceu no dia 11/10/2016.

### c) *Hilda de Azevêdo Tribuzzi*

A professora era filha de Inácio Loyola de Azevedo e Hercília Torres de Azevedo, nasceu no dia 27/11/1917. Na “Ficha de Registro de Empregado”, consta que a professora era viúva, tinha como grau de instrução o ensino superior e foi admitida sob contrato por concurso público no dia 8/8/1968, determinado pela Portaria nº 142, de 4 de setembro de 1968.

Hilda Tribuzzi (Figura 40, p. 107), recebeu Cr\$ 39.600 (trinta e nove mil, seiscentos cruzeiros)<sup>43</sup>, sendo descontado 8% de contribuição para o IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), e o salário líquido que recebeu foi de Cr\$ 36.432 (trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e dois cruzeiros) de acordo com o documento “Serviços Prestados”, como professora do Ginásio Industrial, da Escola Técnica de Manaus no dia 30 de março de 1965. E em 1968 de acordo com a Portaria nº 142/1968, de 4 de setembro de 1968, a professora foi admitida pelo Diretor da ETM José Dias Barbosa para exercer durante 2 anos a disciplina de Português, com salário de NCr\$ 460.80 (quatrocentos e sessenta mil e oitenta cruzeiros)<sup>44</sup>, no período de 8/8/1968 até 7/8/1970.

<sup>43</sup> Em 1965 o salário mínimo era de Cr\$ 66.000,00. O período de 1965-1975 foi de arrocho ao salário mínimo diante da política do período militar e sua aliança com os empresários, perseguindo os sindicatos.

<sup>44</sup> O salário mínimo em 1968 era de NCr\$ 129,60.

**d) *Isa da Silva Brito***

A Portaria nº 67, de 27 de abril de 1962, escrita pelo Diretor Executivo da Escola Técnica de Manaus (ETM) – Waldir Garcia, determinou que a professora Isa da Silva Brito ministrasse a disciplina de Matemática no turno noturno para as turmas A e B do Curso Técnico de Eletrotécnica, com gratificação de Cr\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros), por considerar a necessidade de funcionamento, a disponibilidade da cadeira de Matemática do curso citado, e a capacidade da professora para a função.

É possível que esta professora já fosse funcionária da ETM, ministrando outra disciplina (de conhecimentos matemáticos), ou, a própria disciplina de matemática em outro curso, e que por falta de professor no Curso Técnico de Eletrotécnica, tenha sido designada a exercer esta função.

A professora Isa da Silva Brito era reconhecida socialmente pelo ensino ministrado na disciplina Matemática. A Portaria nº 148, de 29 de novembro de 1962, escrita pelo Diretor Waldir Garcia, determina que as bancas examinadoras para os exames orais de 1º época fossem compostas pelos professores: Matemática: Isa da Silva Brito, Manuel João Ribeiro Tavares e Azélia Poggi Sampaio.

No Jornal do Comercio de 12 de novembro de 1954, a reportagem refere-se a Lisia Mara da Silva Brito, filha da professora Isa da Silva Brito e Francisco Brito, que se apresentou no Teatro Amazonas seu primeiro recital com apenas 7 anos de idade.

No Jornal do Comercio de 15 de setembro de 1955, em uma nota escrita pela auxiliar Liana Belem Pereiria da Secretaria do Conselho Estadual do Serviço Público, informou aos candidatos que se matricularam no curso de preparação para a carreira policial que as aulas seriam ministradas no Instituto de Educação do Amazonas, e a professora Isa Brito foi indicada para ministrar a disciplina de Matemática.

Em 1966, o Jornal do Comercio de 6 de dezembro, publicou uma reportagem com o título “Sessenta e seis jovens formam-se este ano pela Escola T. de Manaus”, e consta que os alunos diplomados escolheram para patrono a professora Isa da Silva Brito, e a missa foi na capela do Patronato Santa Teresinha, a entrega dos diplomas no Auditório Gustavo Capanema da ETM, e o baile no Atlético Rio Negro Clube.

**e) *Lindalva Paes de Albuquerque***

No Jornal do Comercio de 12 de junho de 1968, a Escola Técnica de Manaus publicou sobre o calendário das provas didáticas para o cargo de professor da escola técnica. Nesse

jornal, aparece o nome da professora Lindalva Paes (Figura 41, p. 107), como candidata a disciplina de Biologia. De acordo com os documentos a seguir, a professora foi aprovada e trabalhou na ETM.

A Portaria nº 158, de 19 de setembro de 1968 informou que o Diretor José Ribamar Costa admitiu a professora Lindalva Paes por 2 anos de acordo com as provas de habilitação por concurso público, para lecionar Biologia, com salário de Cr\$ 460.80 (quatrocentos e sessenta mil e oitenta cruzeiros), a partir de 8 de agosto de 1968 até 7 de agosto de 1970.

O Conselho de Representantes, através da Resolução nº 84, de 03 de agosto de 1970, autorizou a licença de 90 dias a professora Lindalva Paes de Albuquerque para cursar especialização “Entomologia Médica” na Universidade de São Paulo, de acordo com a disciplina que a professora leciona de Biologia, seguindo determinadas condições escritas na Resolução, sem “prejuízo de remuneração”:

- a) assinatura de termo de compromisso, obrigando-a, após referido curso, lecionar neste educandário pelo período de dois anos;
- b) que o pagamento seja condicionado ao recebimento do respectivo atestado de frequência da Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo.

Na “Ficha de registro de empregado” consta a professora como filha de José Manuel D’Albuquerque e Alice Paes D’Albuquerque, nasceu no dia 3/8/1929, grau de instrução com ensino superior, no item: “nome de beneficiários” encontra-se o nome de sua irmã - Emilia Paes D’Albuquerque, e tem formação em Histórias Naturais pela Faculdade de Filosofia da UFRJ.

No dia 6 de novembro de 1970, professora Lindalva Paes apresenta ao Diretor da Escola Técnica Federal do Amazonas José Roberto de Mello Barreto<sup>45</sup>, um relatório com os documentos: atestado de frequência do mês de outubro, programa desenvolvido, e certificado de especialização em Epidemiologia Médico-Entomológica, referente ao curso que frequentou em São Paulo, e agradece ao apoio da Diretoria da ETFAM.

Nesse movimento, percebemos que o curso realizado pela professora Lindalva Paes de Albuquerque teve de fato dois meses de duração, no qual é possível que a ETFAM autorizava e aprovava a realização da especialização com a finalidade de a professora estar qualificada para ministrar a disciplina de Biologia.

---

<sup>45</sup> Foi Diretor da ETFAM o período de 1969 a 1970, antes de assumir o cargo, era Diretor da Escola Técnica Federal do Ceará. (MELLO, 2009, p. 88).

**f) *Maria Nazaré Rocha da Silva***

A nomeação da professora Maria Nazaré Rocha da Silva ocorreu por meio da Portaria nº 66, de 27 de abril de 1962, onde o Diretor Waldir Garcia resolve nomeá-la para lecionar História Geral, nas turmas da 1ª série A e B do Curso Técnico de Eletrotécnica, à noite, e considerou:

- a necessidade de assegurar a eficiência do Curso Técnico de Eletrotécnica, em funcionamento nesta escola;
- há necessidade de prover a cadeira de História Geral do referido curso;
- a professora Maria Nazaré Rocha da Silva à disposição desta Escola, revela capacidade para a referida função.

Esse documento também aparece o termo “capacidade para a referida função”, e levanta-se como hipótese que nesse período esse fosse o termo utilizado para informar que a professora tivesse conhecimento referente à disciplina, e também, é possível que a mesma fosse professora de História Geral em outra turma, sendo nomeada a assumir as turmas do turno noturno.

A professora era membro de bancas examinadoras da ETM, conforme indica a Portaria nº 148, de 29 de novembro de 1962, escrita pelo Diretor Waldir Garcia, que determinou que as bancas examinadoras para os exames orais de 1º época fossem compostas por diversos professores. Em Geografia e História do Brasil, constavam: Maria Nazaré Cabral, Maria Nazaré Rocha da Silva, e Azélia Poggi Sampaio.

No Jornal do Comercio de 12 de junho de 1968, a Escola Técnica de Manaus publicou sobre o calendário das provas didáticas para o cargo de professor da escola técnica, e no jornal, também aparece o nome da professora Maria Nazaré Rocha da Silva<sup>46</sup>, como candidata para disciplina de História do Brasil.

---

<sup>46</sup> O Jornal do Comercio de 2 de março de 1978 informa, através de uma nota, que o aniversário da professora (nessa mesma data), foi comemorado pelos colegas professores na Escola Técnica Federal do Amazonas. Essa publicação confirma que a professora foi aprovada no concurso, e foi necessário mencionar nessa dissertação, mesmo que o período da publicação não esteja no período desta pesquisa. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pesq=Maria%20Nazar%C3%A9%20Rocha%20da%20Silva](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=Maria%20Nazar%C3%A9%20Rocha%20da%20Silva)> Acesso em 11 de out. de 2018.

**g) *Nathália de Mendonça***

Na Portaria nº 27, de 3 de março de 1962, escrita pelo Diretor Waldir Garcia consta que a professora Nathália de Mendonça foi contratada com dedicação exclusiva para o cargo de Orientadora Educacional, com salário mensal de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

Em 11 de setembro de 1962, o Diretor da ETM Waldir Garcia escreve a Portaria nº 113, relatando que a Orientadora Educacional Nathália de Mendonça advertiu um aluno junto com o guarda de alunos Miguel Feliciano de Oliveira, no qual aquele a desrespeitou e agrediu um colega, ocasionando a suspensão por 5 dias, decretado pelo Diretor.

A Portaria nº 137, de 20 de outubro de 1962, no qual o Diretor Waldir Garcia cita que de acordo com artigo 99 - “Compete ao Diretor”, alínea “e” do Decreto nº 47.038/1959<sup>47</sup> – aprova o Regulamento do Ensino Industrial, resolve dispensar, a pedido, Nathália de Mendonça do cargo de Orientadora Educacional.

Em 1968, com a nota do Jornal do Comercio de 19 de janeiro de 1968, sobre o preenchimento das Guias de Recolhimento, escrita pela professora Nathália Mendonça, percebe-se que ela é Diretora Regional da administração do Serviço Social do Comercio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e assim, após sua saída da ETFAM, levantamos como hipótese que ela foi trabalhar no SESC e SENAC.

**h) *Olga Falcone da Silva***

O “Registro Funcional”, documento encontrado no Arquivo Geral do IFAM, informa que Olga Falcone (Figura 42, p. 107). nasceu em 24/2/1916, filha de Roque Falcone e Beatriz Falcone, ocupou o cargo de Professora de Português na ETM com matrícula 622-924, e no item “Diversos” consta que era diploma como professora normalista e datilografia. Nesse mesmo documento, relata que em 1956 a professora foi desligada do quadro funcional, no qual foi exonerada de acordo com o Decreto publicado no Diário Oficial de 16/4/1956, encaminhado pelo Ofício nº 1473 de 18/4/1956. Em julho do respectivo ano, a professora foi novamente nomeada pelo Decreto de 19 de julho publicado no Diário Oficial para a função interina de professora de Português, assim de acordo com o documento: “vago em virtude de sua própria exoneração para o quadro permanente do Ministério da Educação e Cultura”.

---

<sup>47</sup> “Admitir e dispensar o pessoal sem estabilidade, com a aprovação do Presidente do Conselho de Representantes e designar ocupantes das funções de chefia, conceder férias e licenças e aplicar medidas disciplinares”.

De acordo com o documento “Certidão de 3 de abril de 1963”, o Presidente da República (João Goulart) resolveu nomear a professora Olga Falcone para interinamente ocupar o cargo de professora de Português, devido ao falecimento da professora Lucila Vieira de Freitas<sup>48</sup>, que esteve na função até 24/4/1956. A professora Olga Falcone ao ser desligada, devido a sua exoneração em 16/4/1956, retornou a ETM e assumiu o cargo no dia 28/7/1956.

Cumprе destacar que ao pesquisar na Hemeroteca Digital sobre os pais da professora, encontraram-se referências em que o pai Roque Falcone era pintor e professor, e no Jornal do Comercio de 20 de novembro de 1907, uma publicação informa:

Em companhia do maestro Joaquim Franco, visitou-nos hontem, o sr. Roque Falcone, que acaba de chegar da Italia onde com grande aproveitamento estudou pintura e desenho. O jovem artista brasileiro era pensionista do Estado do Amazonas e é portador de diversos diplomas da Academia de Bellas Artes de Napoles. A convite do Maestro Franco, o sr. Falcone passou a fazer parte do corpo de lentes da escola de Bellas Artes desta capital, onde leccionará desenho e pintura.

O Jornal do Comercio de 8 de março de 1912, publicou uma nota informando que uma obra de arte “um quadro a oleo representando o eminente patricio barão do Rio Branco”, do professor Roque Falcone (natural do Ceará), ficou exposto na sede do jornal. E em 1968, o pintor e desenhista Manauara Moacir Andrade escreveu um artigo no Jornal do Comercio de 22 de dezembro de 1968, entrevistando um pintor amazonense Antonio Rocha sobre os artistas de Manaus, e o referido pintor cita o italiano, também pintor, Roque Falcone, no qual eram muito amigos, que Falcone era amigo de “governadores e políticos poderosos de Manaus”, faleceu devido o alcoolismo, e deixou os filhos: professor Orlando de Lemos Falcone, Olga Falcone; e o neto Carlos Alberto Falcone.

A Portaria nº 91, de 22 de junho de 1962, escrita pelo Diretor da ETM Waldir Garcia, designa a professora Olga Falcone para o cargo de Chefe da Cadeira de Português, durante o impedimento do professor Waldir Garcia.

A Portaria nº 148, de 29 de novembro de 1962, escrita pelo Diretor Waldir Garcia, determina que as bancas examinadoras para os exames orais de 1º época sejam compostas pelos professores: Português – Waldir Garcia, Olga Falcone e Pe. Vicente Albuquerque; “que os exames constem a matéria lecionada, que cada aluno seja examinado, em cada disciplina, pelo menos, por dois professores, que os referidos exames tenham início às 8 horas do dia 1º de dezembro próximo e obedeçam ao horário anexo”.

---

<sup>48</sup> Foi encontrado na “Certidão de 3 de abril de 1963”, que Lucila Vieira de Freitas ocupava o cargo de português, e a descoberta de outra professora, foi possível com este documento.

O documento “Declaração de Serviços Prestados” relata que a professora recebeu da Escola Técnica de Manaus (ETM), a gratificação de Cr\$ 41.994 (quarenta e um mil, novecentos e noventa e quatro cruzeiros) por “serviços extraordinários prestados” em abril de 1965. De acordo com o documento Gratificação Quinquenal por tempo de serviço, a professora Olga Falcone iniciou na ETM em 1935, e completou 30 anos de serviço efetivo em 25/8/1967.

No Jornal do Comercio de 24 de fevereiro de 1959, citou em uma nota o aniversário da professora Olga Falcone, “destacada figura do magistério amazonense, e digna consorte do sr. Elesbão Firmo da Silva, delegado regional do IAPETC<sup>49</sup>.”

No Jornal do Comercio de 5 de outubro de 1971, em um artigo sobre os 61 anos da Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM), escrito por Waldir Garcia com o título “Escola Técnica Federal do Amazonas ontem e hoje”, o nome da professora Olga Falcone é recordado como um dos professores que “[...] deram muito de sua capacidade intelectual e operosidade funcional em prol da educação da mocidade amazonense.”

#### *i) Zanele Santos*

No Jornal do Comercio de 15 de novembro de 1964, na coluna “Agenda Social” informa o aniversário da professora Zanele Santos, “professora normalista pertencente ao quadro do Nilo Peçanha<sup>50</sup>.”

A professora Zanele Santos foi contratada em 1966, por 6 semanas (total de 144 aulas) para ministrar o Curso de Admissão de acordo com a Declaração de Serviços Prestados de 18 de fevereiro, e recebeu da Escola Técnica de Manaus (ETM) Cr\$ 152.352 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros).

### **3.5 As funcionárias na Escola Técnica de Manaus (ETM): 1962 a 1965**

Durante a pesquisa realizada no Arquivo Geral do IFAM o intuito principal era encontrar documentos das alunas e professoras. Porém, no momento da investigação, na procura dos documentos dentro das caixas-arquivos, foram encontradas cinco funcionárias, sendo 2 serventes, 2 escrituraria e 1 contadora (Quadro 6). Esses documentos estavam

<sup>49</sup> IAPETC – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em transportes e cargas. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=64179&pesq=Elesb%C3%A3o%20Firmo%20da%20Silva](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=64179&pesq=Elesb%C3%A3o%20Firmo%20da%20Silva) > Acesso em: 11 de out. de 2018.

<sup>50</sup> Referencia a Escola Estadual Nilo Peçanha.

dispersos, entre as pastas dos professores, e assim, também foi realizada a pesquisa na Hemeroteca Nacional, no qual encontramos algumas informações.

Quadro 6 - Funcionárias da ETM e ETFAM.

Nº	Nome	Cargo
1	Maria Iracy Lima de Melo	Servente
2	Maria Lenize Lima de Queiroz	Escriturária
3	Maria Ondina Guerreiro	Contador
4	Zeneide de Melo Corrêa Lima	Servente
5	Zilma Teixeira Garcia	Escriturária

Fonte: Arquivo Geral - IFAM, 2017.

**a) *Maria Iracy Lima de Melo***

A Portaria nº 22, de 27 de fevereiro de 1962, no qual o Diretor Waldir Garcia relata que a servente Maria Iracy Lima de Melo foi destinada a função de Chefe do Pessoal, com gratificação de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais a partir de 1º de fevereiro do mesmo ano.

Por meio da Portaria nº 86, de 13 de junho de 1962, o Diretor Waldir Garcia concede 30 dias de férias a Maria Iracy, de acordo com o art. 84 da Lei nº1.711, de 28 de outubro de 1952 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União<sup>51</sup>. A Portaria nº 99, de 19 de julho de 1962, o Diretor Waldir Garcia resolve “tornar sem efeito a Portaria nº 22, de 27 de fevereiro de 1962, a partir do dia 1º do mês corrente. Percebe-se nessas dinâmicas, que ao retornar de férias, a funcionária foi afastada do cargo de Chefe do Pessoal, retornando ao cargo de servente.

**b) *Maria Lenize Lima de Queiroz***

Por meio da Declaração de 29 de abril de 1965, Maria Lenize Lima de Queiroz recebeu por serviços prestados como escriturária do Diretor Waldir Garcia da Escola Técnica de Manaus (ETM), Cr\$ 11.500 (onze mil e quinhentos cruzeiros) no período de 26 a 30/04/1965.

---

<sup>51</sup> “Art.84. O funcionário gozará, obrigatoriamente trinta dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala organizada pelo chefe da repartição.”

**c) *Maria Ondina Guerreiro***

O Diretor Waldir Garcia escreveu a Portaria nº 122, de 21 de setembro de 1962, admitindo Maria Ondina Guerreiro para exercer o cargo de Contador na modalidade de prestação de serviço, com dedicação exclusiva até o dia 31 de dezembro do respectivo ano, com salário de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

**d) *Zeneide de Melo Corrêa Lima***

Por meio da Portaria nº 19, de 27 de fevereiro de 1962, escrita pelo Diretor Waldir Garcia, cancela a Portaria nº 62-A, de 21 de setembro de 1961, que designou a servente Zeneide de Melo ao cargo de Secretária do Conselho de Representantes.

A Portaria nº 23, de 27 de fevereiro de 1962, escrita pelo Diretor Waldir Garcia, informa que Zeneide de Melo foi designada ao cargo de Chefe do Serviço de Escolaridade, com gratificação de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

Com a Portaria nº 105, de 17 de agosto de 1962, o Diretor Waldir Garcia confere 60 dias de férias a Zeneide de Melo, correspondente aos anos de 1961 e 1962, e percebemos que a funcionária trabalhava na escola desde 1961.

A Portaria nº 140, de 27 de outubro de 1962, o Diretor Waldir Garcia resolveu por “conveniência de serviço” que Zeneide de Melo passasse a trabalhar no horário das 8 às 11, e das 14 às 17:30 hs, de segunda às sextas-feiras”.

**e) *Zilma Teixeira Garcia*<sup>52</sup>**

De acordo com a Portaria nº 21, de 27 de fevereiro de 1962, escrita pelo Diretor Waldir Garcia, Zilma Teixeira Garcia foi contratada para exercer a função de Secretária da Diretoria, mas o Diretor resolve designá-la para o cargo de Escriurária, com gratificação de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais.

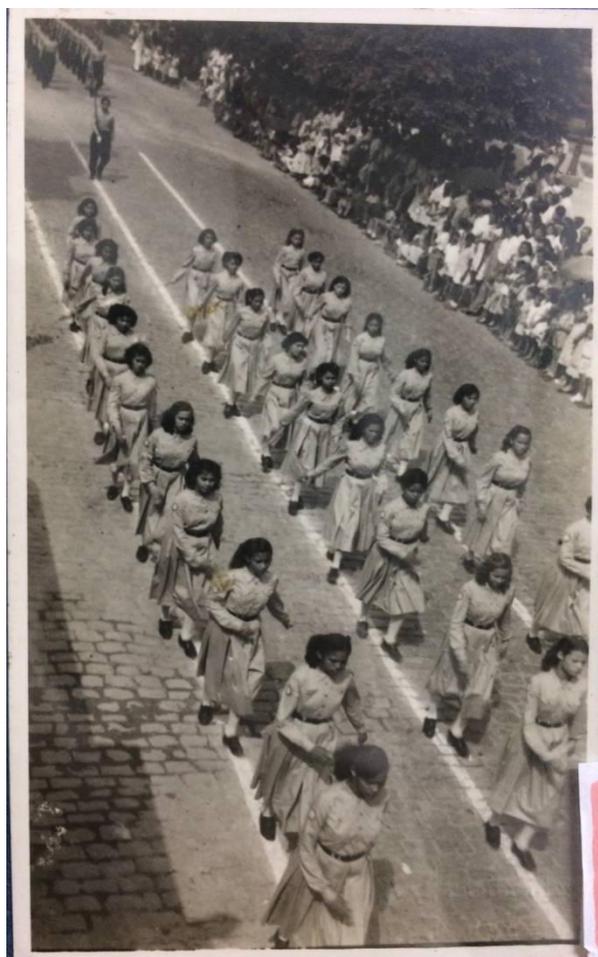
---

<sup>52</sup> No Jornal do Comercio de 27 de setembro de 1984 informa o falecimento de Zilma Teixeira Garcia, sendo ela esposa de Waldir Garcia. É possível que seja a mesma que foi contrata por ele, para a função de secretária. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_02&pagfis=10955&pesq=waldir%20garcia](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_02&pagfis=10955&pesq=waldir%20garcia) Acesso em 11 de out. de 2018. >



**Figura 30.** Alunas da escola com os macacões de trabalho, em 1949. Doação Prof. Hildemar Pais Barbosa.

**Fonte:** Museu Moacir Andrade



**Figura 31.** Alunas da escola desfilando na parada escolar de 1949. Doação Prof. Hildemar Pais Barbosa.

**Fonte:** Museu Moacir Andrade.



**Figura 32.** Foto do corpo discente da escola, tirada em 1949.  
**Fonte:** Museu Moacir Andrade.



**Figura 33.** Corpo docente da escola, 1949.  
**Fonte:** Museu Moacir Andrade.

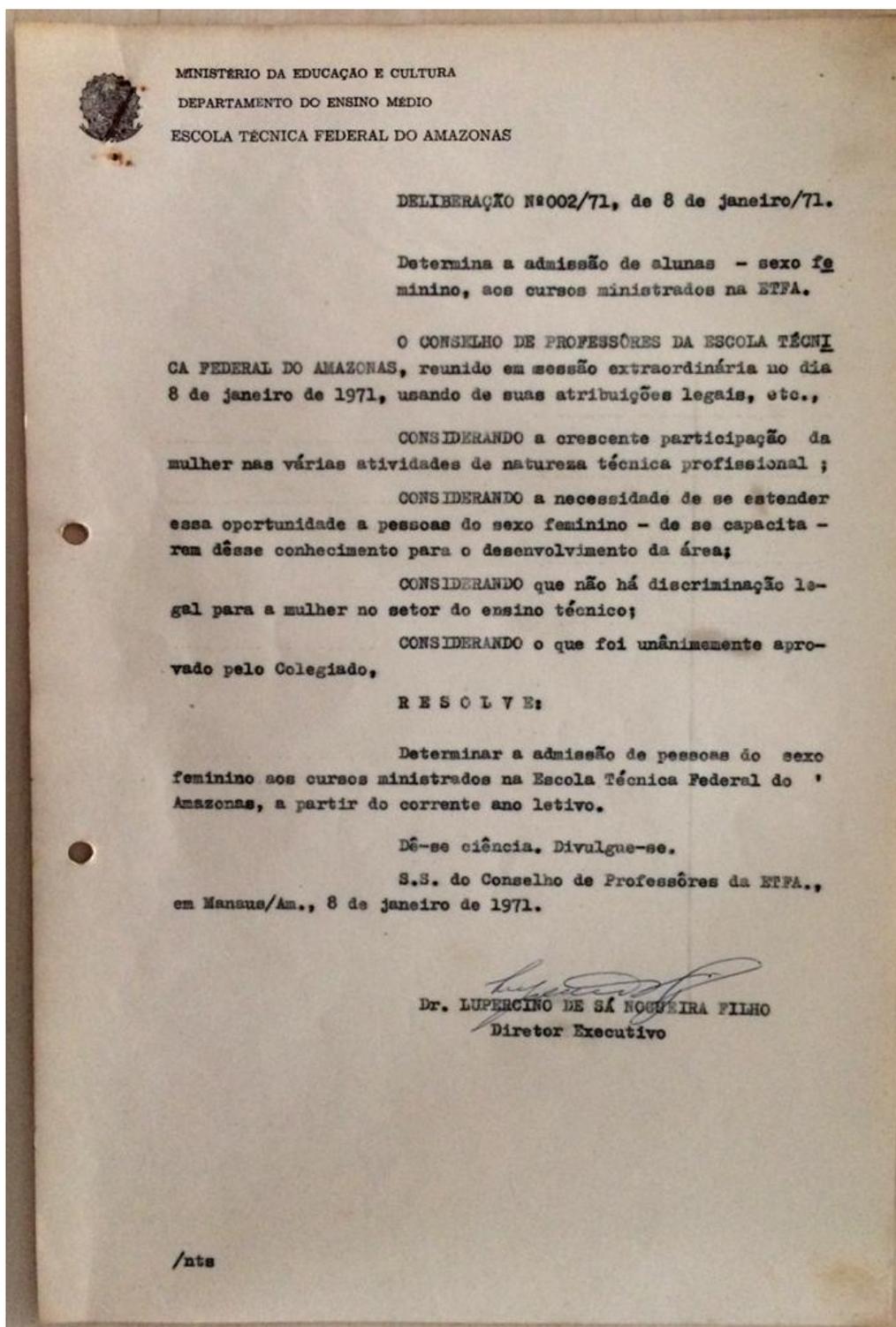


Figura 34. Deliberação nº 002/71 de 8 de janeiro de 1971.

Fonte: Arquivo Geral - IFAM, 2018.



**Figura 36.** Desirée Tapajós Jansen da Silva.  
**Fonte:** Ficha Funcional do Arquivo Geral – IFAM.  
Ano: 1945.



**Figura 35.** Maria Leonor Vasconcelos de Castro.  
**Fonte:** Arquivo Geral – IFAM.  
Ano: 1946.



**Figura 37.** Betty Antunes de Oliveira.  
**Fonte:** <http://www.hinologia.org/betty-antunes-de-oliveira/> Acesso em 29 de set. de 2018.



**Figura 38.** Betty Antunes em frente ao piano.

**Fonte:** <http://www.hinologia.org/betty-antunes-de-oliveira/>. Acesso em 29 de set. de 2018.



**Figura 39.** Betty e Albérico noivos.

**Fonte:** <http://www.hinologia.org/betty-antunes-deoliveira/>. Acesso em 29 de set. de 2018.



**Figura 40.** Hilda Tribuzzi.  
**Fonte:** Arquivo Geral – IFAM.  
 Ano: 1968.



**Figura 41.** Lindalva Paes de Albuquerque.  
**Fonte:** Arquivo Geral – IFAM.  
 Ano: 1968.



**Figura 40.** Olga Falcone da Silva.  
**Fonte:** Arquivo Geral – IFAM.  
 Ano: 1952.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa de Mestrado nos faz refletir que devido todo o contexto de discriminação e limitações da participação da mulher em determinados espaços da sociedade, é visível que na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) essas diferenças ocorressem com menos frequência e a mulher, nesse espaço, tivesse mais visibilidade.

Pesquisar e dissertar sobre as mulheres na ETM e ETFAM, foi desafiador e instigante. Desde as pesquisas do estado da arte sobre a mulher no ensino profissional, constata-se um déficit de estudos (dissertações e teses) e essa realidade nos desafiou e instigou a mergulhar em outras fontes acerca das mulheres em uma instituição de ensino profissional, e por acreditar na importância dessa pesquisa.

A busca árdua pelos documentos nos arquivos (mesmo com a falta de organização do Arquivo Geral do IFAM), nos museus, jornais (Jornal do Comércio de Manaus e Diário de Notícias do Rio de Janeiro), e em outras fontes de informação como nos *sites* da *web*, possibilitou a construção da narrativa histórica referente aos espaços ocupados pela mulher e as dinâmicas frente as suas funções e atividades exercidas no ensino profissional na Escola Técnica de Manaus (ETM) e Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM) no período de 1937 a 1971.

Com esses documentos pesquisados, tivemos os primeiros indícios da presença feminina na instituição. Foram encontradas 23 mulheres entre elas: 2 alunas, 16 professoras e 5 mulheres que ocupavam o cargo de servente, escrituraria e contadora.

Através da análise desses documentos ficou evidente que 12 dessas mulheres, apresentadas nessa dissertação, pertenciam à classe social alta e, nesse contexto, eram mulheres que circulavam no poder público amazonense, eram liberadas da Escola Técnica para se especializarem em suas áreas de formação, eram homenageadas e respeitadas socialmente com publicações no Jornal do Comercio (AM) e Diário de Notícias (RJ), e com influência em Manaus, devido à posição social ocupada por seus pais e maridos.

As outras mulheres, que não encontramos os documentos referentes a seus pais, maridos, e outras atividades em ambientes externo a escola, fica visível que elas, ao estarem em uma instituição de ensino profissional, influenciavam historicamente nas relações que estabeleciam, tornando-se visíveis através dos documentos que a própria escola elaborava.

Percebe-se que a mulher passou por muitas restrições ao longo de sua luta para conquistar vários espaços e principalmente o mercado de trabalho, no qual era ocupado

somente por homens. O pensamento que dominava de acordo com fundamentação estudada do século XIX e XX, caracterizava a mulher como frágil, com habilidades apenas para atividades domésticas, o cuidado com o marido e os filhos.

E diante disso, estudar as atividades e os espaços ocupados, e as dinâmicas pela mulher em uma instituição de ensino profissional nos remetem a questionamentos diante das produções científicas sobre a temática e as práticas da pesquisa histórica no Amazonas (THOMPSON, 1981).

As contradições que impulsionaram esses movimentos no ensino profissional em Manaus não podem ser esquecidas, para que se entenda as diferenças sociais, culturais e econômicas que favoreciam o homem e limitando os espaços que as mulheres pudessem ocupar. O ensino profissional é um amplo campo de pesquisa, principalmente com o viés para a investigação da mulher, que nos remota historicamente para uma invisibilidade e discriminação que ela sofria em todos os ambientes.

As transformações acerca do capitalismo configurou-se na ausência da igualdade, liberdade e da cidadania, assim como Santos (1995) afirma, esses elementos são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social. Nesse contexto, causam o surgimento da desigualdade e a exclusão, principalmente relativas aos indivíduos de classes menos favorecidas, e de grupos sociais como as mulheres, os negros e os indígenas.

Assim, as configurações das políticas públicas por meio dos principais instrumentos normativos utilizados “Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942) e Lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” são relevantes para se compreender a organização do ensino e da sociedade brasileira, em determinado momento, com vistas à divisão e aos processos de exclusão social.

A história das mulheres é primordial que seja sempre discutida, estudada e problematizada, propiciando a sua visibilidade entre as pesquisas, no sentido de enfatizar que a igualdade de direito nas relações de gênero podem ser favoráveis para o desenvolvimento na sociedade. Nessa perspectiva, esta pesquisa abre outras interrogações e discussões para novas investigações que contribuirão para a história da mulher no Amazonas.

## FONTES

### Álbum

Álbum do Amazonas (1901-1902)

Coleção Silvino Santos – Acervo do Museu Amazônico

Fotografias – Acervo Museu Moacir Andrade

### Legislação

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)> Acesso em: 07 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De14048.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14048.html)> Acesso em: 13 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Industrial.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942. **Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8673-3-fevereiro-1942-459565-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. **Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. **Lei Orgânica do Ensino Comercial.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950. **Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências.** Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 30 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. **Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1711.htm)> Acesso em: 18 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. **Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVil\\_03/leis/L1821.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/L1821.htm)> Acesso em: 30 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 17 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942. Aprova o regulamento do quadro dos cursos do Ensino Industrial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8673-3-fevereiro-1942-459565-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 03 de mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8621-10-janeiro-1946-416555-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 30 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1965. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-lei/Del0288.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del0288.html)> Acesso em: 30 de jul. 2018.

## Documentos oficiais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

CPDOC. “Relatório Referente aos Terrenos das Escolas de Aprendizes Artífices, 1937”. In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema 1937-1945. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&pagfis=70&pesq=escola%20de%20aprendizes](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=70&pesq=escola%20de%20aprendizes)> Acesso em 06 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. “Sedes escolares, 1937” In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema 1937-1945. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&pagfis=130&pesq=escola%20de%20aprendizes](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=130&pesq=escola%20de%20aprendizes)> Acesso em 06 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. “Edifício – Escola Técnica Nacional, 1937”. In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&pagfis=395&pesq=escola%20t%C3%A9cnica](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=395&pesq=escola%20t%C3%A9cnica)> Acesso em 24 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. “O Novo Prédio, 1937”. In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&pagfis=133&pesq=escola%20de%20aprendizes](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=133&pesq=escola%20de%20aprendizes)> Acesso em 18 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. “Escolas de Aprendizes Artífices do Amazonas – matrícula e frequência de 1910 a 1939”. In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema 1937-1945. Disponível em:

[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&pagfis=138&pesq=escola%20de%20aprendizes](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=138&pesq=escola%20de%20aprendizes) Acesso em 13 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. “Informações relativas ao ensino industrial, 1944”. In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema 1937-1945. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&pagfis=495&pesq=Informa%C3%A7%C3%B5es%20Relativas%20ao%20Ensino%20Industrial](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=495&pesq=Informa%C3%A7%C3%B5es%20Relativas%20ao%20Ensino%20Industrial)> Acesso em 16 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Verbete. In: Melo, Leopoldo Tavares da Cunha. 2010. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/melo-leopoldo-tavares-da-cunha>> . Acesso em: 15 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. “Aspectos da cidade de Manaus – álbum fotográfico (iconografia). In: Mello, Nelson de. 1933. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/NeM/audiovisual/aspectos-da-cidade-de-manaus>>. Acesso em: 16 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. “Histórico da Construção do Liceu Industrial de Manaus - 1938.”. In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&pagfis=41363&pesq=escola%20de%20aprendizes](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=41363&pesq=escola%20de%20aprendizes)> Acesso em 19 de mai. De 2018.

\_\_\_\_\_. Relatório. “Convocação dos diretores das escolas industriais e escolas técnicas – 1943. In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema.

Disponível em:  
[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&pagfis=31018&pesq=escola%20t%C3%A9cnica%20de%20manaus](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=31018&pesq=escola%20t%C3%A9cnica%20de%20manaus)>. Acesso em 16 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. O Ensino Profissional e o Estado Novo – Novas construções para os Liceus Industriais - 1940 . In: Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema. Disponível em:  
[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_gc\\_g&pagfis=80&pesq=estado%20novo](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&pagfis=80&pesq=estado%20novo)> Acesso em 18 de abr. 2018.

## Jornal

**Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 3 de mai. de 1956. Disponível em:**  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093718\\_03&pagfis=49955&pesq=desir%C3%A9%20tapaj%C3%B3s%20jansen%20da%20silva](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pagfis=49955&pesq=desir%C3%A9%20tapaj%C3%B3s%20jansen%20da%20silva) > Acesso em 13 de set. 2018.

**Jornal do Comercio, Manaus, 20 de nov. de 1907. Disponível em:**  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=4992&pesq=roque%20falcone](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=4992&pesq=roque%20falcone) > Acesso em 24 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **2 de jan. de 1912. Disponível em:**  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=12350&pesq=manuel%20jansen%20pereira%20da%20silva](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=12350&pesq=manuel%20jansen%20pereira%20da%20silva) > Acesso em 23 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **8 de mar. de 1912. Disponível em:**  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=12819&pesq=roque%20falcone](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=12819&pesq=roque%20falcone) > Acesso em 24 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **6 de mai. de 1924. Disponível em:**  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=31971&pesq=rita%20alves%20da%20concei%C3%A7%C3%A3o](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=31971&pesq=rita%20alves%20da%20concei%C3%A7%C3%A3o) > Acesso em 18 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **23 de abr. de 1927. Disponível em:**  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=35608&pesq=rita%20alves%20da%20concei%C3%A7%C3%A3o](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=35608&pesq=rita%20alves%20da%20concei%C3%A7%C3%A3o) > Acesso em 18 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **25 de fevereiro de 1930. Disponível em:**  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=39192&pesq=Az%C3%A9lia%20Poggi%20Sampaio](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=39192&pesq=Az%C3%A9lia%20Poggi%20Sampaio) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. **29 de dezembro de 1935. Disponível em:**  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=40606&pesq=Az%C3%A9lia%20Poggi%20Sampaio](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=40606&pesq=Az%C3%A9lia%20Poggi%20Sampaio) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 7 de dez. de 1937. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=41163&pesq=paulo%20sarmiento](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=41163&pesq=paulo%20sarmiento) > Acesso em 14 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. 28 de fev. de 1943. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/43648?pesq=suplementofeminino](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/43648?pesq=suplementofeminino) > Acesso em 13 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. 7 de set. de 1943. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=43795&pesq=mulher%20amazonense](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=43795&pesq=mulher%20amazonense) > Acesso em 5 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. 4 de fev. de 1945. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=147717&pesq=escola%20t%C3%A9cnica%20de%20manaus](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=147717&pesq=escola%20t%C3%A9cnica%20de%20manaus) > Acesso em 4 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. 4 de junho de 1947. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=150421&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=150421&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 19 de outubro de 1948. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=153052&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=153052&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 31 de outubro de 1948. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=153111&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=153111&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 12 de novembro de 1954. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=54521&pesq=Isa%20da%20Silva%20Brito](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=54521&pesq=Isa%20da%20Silva%20Brito) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 15 de setembro de 1955. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=55832&pesq=Isa%20da%20Silva%20Brito](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=55832&pesq=Isa%20da%20Silva%20Brito) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 4 de setembro de 1958. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=60918&pesq=Betty%20Antunes%20de%20Oliveira](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=60918&pesq=Betty%20Antunes%20de%20Oliveira) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 25 de dezembro de 1958. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=61698&pesq=Betty%20Antunes%20de%20Oliveira](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=61698&pesq=Betty%20Antunes%20de%20Oliveira) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 24 de fevereiro de 1959. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=62155&pesq=Olga%20Falc%C3%B5ne%20da%20Silva](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=62155&pesq=Olga%20Falc%C3%B5ne%20da%20Silva) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 22 de dezembro de 1959. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=64193&pesq=Betty%20Antunes%20de%20Oliveira](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=64193&pesq=Betty%20Antunes%20de%20Oliveira) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 15 de jan. de 1961. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=66224&pesq=dom%C3%A9stico](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=66224&pesq=dom%C3%A9stico) > Acesso em 5 de jun. 2018.

\_\_\_\_\_. 3 de fevereiro de 1962. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=68421&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=68421&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 3 de fevereiro de 1962. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=68421&pesq=Maria%20Ritta%20Vasconcelos%20de%20Almeida](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=68421&pesq=Maria%20Ritta%20Vasconcelos%20de%20Almeida) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 8 de março de 1962. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=68661&pesq=Betty%20Antunes%20de%20Oliveira](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=68661&pesq=Betty%20Antunes%20de%20Oliveira) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 15 de novembro de 1964. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=74244&pesq=Zanele%20Santos](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=74244&pesq=Zanele%20Santos) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 12 de abril de 1965. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=76614&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=76614&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 6 de dez. de 1966. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=79780&pesq=isa%20da%20silva%20brito](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=79780&pesq=isa%20da%20silva%20brito) > Acesso em 23 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. 19 de janeiro de 1968. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=83345&pesq=Nath%C3%A1lia%20de%20Mendon%C3%A7a](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=83345&pesq=Nath%C3%A1lia%20de%20Mendon%C3%A7a) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 12 de junho de 1968. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=84637&pesq=Linda%20Paes%20de%20Albuquerque](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=84637&pesq=Linda%20Paes%20de%20Albuquerque) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 12 de junho de 1968. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=84655&pesq=Maria%20Nazar%C3%A9%20Rocha%20da%20Silva](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=84655&pesq=Maria%20Nazar%C3%A9%20Rocha%20da%20Silva) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 22 de dez. de 1968. Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=86519&pesq=roque%20falcone](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=86519&pesq=roque%20falcone) > Acesso em 24 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. 5 de outubro de 1971. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pagfis=159495&pesq=Olga%20Falcone%20da%20Silva](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pagfis=159495&pesq=Olga%20Falcone%20da%20Silva) > Acesso em 11 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. 4 de fevereiro de 1989. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054\\_02&pagfis=35767&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=170054_02&pagfis=35767&pesq=Maria%20Leonor%20Vasconcelos%20de%20Castro) > Acesso em 11 de out. de 2018.

**O Escolar, Itacoatiara, 1 de abr. de 1919.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=850594&pagfis=3&pesq=Desir%C3%A9e%20Tapaj%C3%B3s%20Jansen%20da%20Silva> > Acesso em 10 de out. de 2018.

## Mensagens

**AMAZONAS** – *Mensagens do Governador do Amazonas para Assembléia, 1891-1927.* Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=872784&pagfis=2264&pesq=manuel%20jansen%20pereira%20da%20silva> Acesso em 23 de set. 2018.

## Relatório

**AMAZONAS - Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, 1891-1930.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720879x&pagfis=2243&pesq=manuel%20jansen%20pereira%20da%20silva> Acesso em 23 de set. 2018.

**ETM. Organização e Direção de Oficinas Escolares.** Manaus – 1949.

**ETFAM. Assim é o DAE – Administração pública organiz.** 1999.

TEIXEIRA, Carlos Garrido. **Relatório:** relativo ao ano escolar de 1947. Manaus: Amazonas, 1947.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível.** – São Paulo: Editora UNESP, 1998 – (Prismas).

ALVES, Hercules Alfredo Batista. **A educação na Região da Campanha – MG: O Collegio Marianno (1867-1907).** Tese de Doutorado. Itatiba, SP. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Francisco, 2014.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira. **Arquitetura dos edifícios da escola pública no Brasil (1870-1930):** construindo espaços para a educação. Tese de Doutorado. Campo Grande, MS. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2010.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural.** 3ª. ed. – Manaus: Editora Valer, 2009.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado.** Rio de Janeiro, Conquista, 1973.

BRAGA, Robério. **100 anos do IEA (1880-1989).** Manaus: Governo do Amazonas, 1989.

BUFFA, Ester. **A questão das fontes de investigação em História da Educação.** Série – Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande – MS, n.12, p. 79-86, jul/dez 2001. Disponível em: < <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/574/463> >. Acesso em: 19 jul. 2018.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 2009.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989).** Tradução Nilo Odália. Editora UNESP – São Paulo, 1992.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as Mulheres de Manaus (1890-1940).** 2010. 206f. Dissertação ( Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Tradução de: Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica: Arno Vogel.

COLÉGIO DOM BOSCO (Manaus) (Org.). **Histórico.** Disponível em: <http://www.domboscomanaus.edu.br/nossa-escola/conheca-a-escola>. Acesso em: 02 set. 2018

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **No limite do possível: as mulheres e o poder na Amazônia – 1840-1930.** Tese de Doutorado. Campinas. Faculdade de Educação. Universidade de Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_. **As mulheres e o poder na Amazônia.** – Manaus: EDUA, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, 2000, São Paulo, n.14. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06>> Acesso em 10 de jan. 2018.

CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. Revista História & Ensino, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12396/10864>> Acesso em 13 de out. 2018.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 4º ed. – São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. (Org). **História das Mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanezi Pinsky. 10. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **Conversas e histórias de mulher**. 1. ed. – São Paulo: Planeta, 2013.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanezi Pinsky. 10. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

ENGELS, Fredrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1984.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanezi Pinsky. 10. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

FIGUEIREDO, Agnaldo Nascimento. **Manaus nos anos 40: a sociedade**, 24 out. 2015. Disponível em: <http://historiante.blogspot.com/2015/10/manaus-nos-anos-40-i-sociedade.html>. Acesso em: 13 nov. 2018.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. 1962. 1º v. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/327224020/FONSECA-Celso-Suckow-Historia-do-Ensino-Industrial-no-Brasil-pdf>> Acesso em 26 de abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **História do ensino industrial no Brasil**. 1962. 2º v. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/327224020/FONSECA-Celso-Suckow-Historia-do-Ensino-Industrial-no-Brasil-pdf>> Acesso em 26 de abr. 2018.

FRAGO, Antonio Vñao; ESCOLANO, Austín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP, 2001.

FRASQUETE, Débora Russi; SIMILI, Ivana Guilherme. **A moda e as Mulheres: as práticas de costura e o trabalho feminino no Brasil nos anos de 1950 e 1960**. Revista História da Educação. vol. 21 n.53 Santa Maria set./dez. 2017. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v21n53/2236-3459-heduc-21-53-00267.pdf>> Acesso em 15 de set. de 2018.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A. 1989.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios.** Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, Autores Associados, SBHE, n.1, jan./jun. 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo.** São Paulo: Cortez, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou O ofício de historiador.** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

LOBATO, Ana Maria Leite. **Re-contando a história da Escola Técnica Federal do Pará: a educação profissional em marcha de 1967 a 1979.** 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Brasileira, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil.** Coordenação de textos de Carla Bassanezi Pinsky. 10. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e unidade nacional.** – São Paulo: IBRASA, 1980.

MAGALHAES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora universitária São Francisco, 2004.

MARTINS, Flat James de Souza. **Processos de exclusão e inclusão dos valores femininos na sociedade.** 2007. Disponível em:<[http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art151\\_199/art159.htm](http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art151_199/art159.htm)>. Acesso em: 27 de jul. 2017.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher.** Bauru, SP: EDUCS, 2000.

\_\_\_\_\_. **História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas.** Mandrágora. São Paulo: Universidade Metodista, v.19, n.19, 2013.

MELLO, Maria Stela Vasconcelos Nunes de. **De escolas de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história** – Manaus: Editora, 2009.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. **Aspectos da educação infantil no Estado do Amazonas: o Curso Infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933)**. 2014. 400 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2014.

MOTA, Assislene Barros da. **A Escola Normal da Província do Amazonas (1880-1890)**. 1. ed. Manaus: Valer, 2010.

MOTA, Assislene Barros da. **A Escola Normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889-1945)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO/SP), 2015.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira do. **Cem anos de Ensino Profissional no Brasil**. 2007. ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

NOGUEIRA, Sílvia Cristina Conde. **II Fase da política de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública**. 2016. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulher e prisioneiro**. Tradução Denise Bottman. 4ª edição. Editora Paz e Terra – 2006.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanezi Pinsky. 10. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanezi Pinsky. 10. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

RAMOS, Jucelém Guimarães Belchior. Relações de gênero: trabalho e educação. In: OLIVEIRA, Selma Baçal de Oliveira. (Org.). **Trabalho, Educação, Empregabilidade e Gênero**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 190-206.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1981.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis, Vozes, 1989.

SALVIANO, Rute. **Betty Antunes de Oliveira: pesquisadora do início da história dos batistas no Brasil**. Disponível em: <http://www.hinologia.org/betty-antunes-de-oliveira/> Acesso em 29 de set. de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, 1995, Rio de Janeiro

SANTOS, Fabiane Vinente dos. **Filhas de Eva no País das Amazonas: gênero, sexualidade e condição feminina nos jornais de Manaus (1890-1915)**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus. Universidade Federal do Amazonas, 2006.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker – Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Nina Maria da Guia de Souza; MEDEIROS NETA, Olivia Morais de. **A lei orgânica do ensino industrial e o processo de organização do serviço de orientação educacional na escola industrial de Natal (1942 – 1968)**. Anais do IX Congresso Brasileiro de História da Educação. João Pessoa, 2017.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: o século XIX**. Vol. 4 – Edições Afrontamento, Ltda, 1991.

\_\_\_\_\_. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 4 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2009.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

\_\_\_\_\_. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanezi Pinsky. 10. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **A escola de aprendizes artífices do Amazonas: os caminhos de sua implantação e consolidação (1909-1942)**. 2002. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Tradução de Waltensir Dutra.

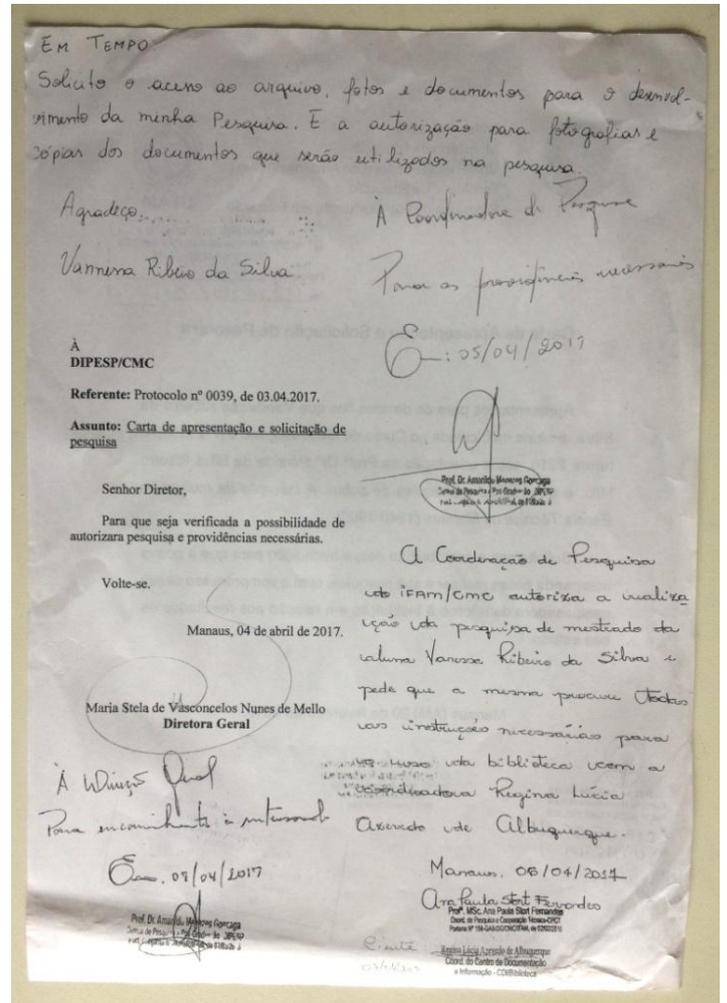
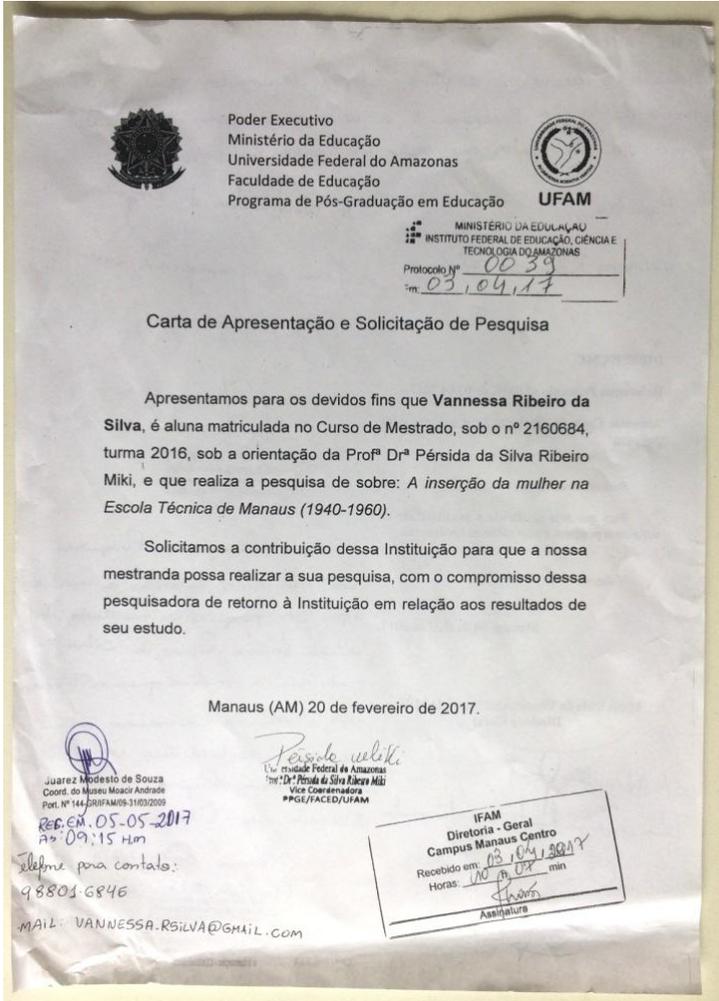
VIEIRA, Sofia Larche. **Desejos de Reforma: legislação educacional no Brasil – Império e República**. Brasília: Liber livro, 2008.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. O debate historiográfico da escola pública no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel

Moura. **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2005

**ANEXOS**

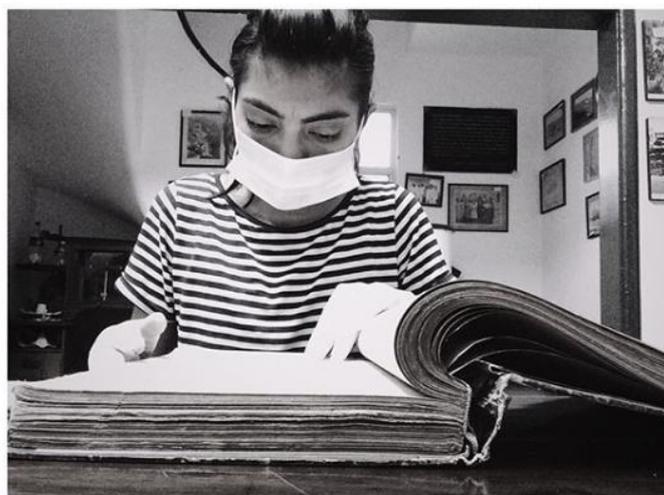
**Anexo A - Carta de apresentação e solicitação da pesquisa**



## Anexo B – FOTOGRAFIAS DA PESQUISA



Anexo B – Arquivo Geral do IFAM e caixas-arquivos. Manaus, 2017



Anexo B – Museu Moacir Andrade - IFAM. Manaus, 2017



Anexo B – Arquivo da Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) do IFAM. Manaus, 2017

Quadro 7 – Presidentes da República Federativa do Brasil 1937 a 1971.

<b>Presidente</b>	<b>Início do mandato</b>	<b>Fim do mandato</b>
Getúlio Vargas	3 de novembro de 1930	29 de outubro de 1945
José Linhares	29 de outubro de 1945	31 de janeiro de 1946
Getúlio Vargas	31 de janeiro de 1951	24 de agosto de 1954
João Fernandes Campos Café Filho	24 de agosto de 1954	8 de novembro de 1955
Carlos Coimbra Luz	8 de novembro de 1955	11 de novembro de 1955
Nereu Ramos	31 de janeiro de 1951	24 de agosto de 1954
Juscelino Kubitschek	31 de janeiro de 1956	31 de janeiro de 1961
Jânio Quadros	31 de janeiro de 1961	25 de agosto de 1961
Ranieri Mazilli	25 de agosto de 1961	7 de setembro de 1961
João Goulart	7 de setembro de 1961	2 abril de 1964
Ranieri Mazilli	2 de abril de 1964	15 de abril de 1964
Humberto Castelo Branco	15 de abril de 1964	15 de março de 1967
Artur da Costa e Silva	15 de março de 1967	31 de agosto de 1969
Emílio Garrastazu Médici	30 de outubro de 1969	15 de março de 1974

Fonte: Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_presidentes\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Brasil) > Acesso em 16 de out. de 2018.